

Afirmativa

ANO 3 - Nº 13 - AFROBRAS / UNIPALMARES

plural



“Sieg,”

Nosso mascote na Copa da Alemanha

Lucas Eduardo dos Santos



Bradesco**mp**leto

Mais uma peça
da nossa atuação
socioambiental:

14 milhões de mudas
destinadas à recuperação
da Mata Atlântica.

O Bradesco faz mais do que preservar. Ele ajuda a recuperar o meio ambiente. Há mais de 15 anos, parte dos recursos obtidos com o Cartão de Crédito Afinidade e com o Título de Capitalização Pé Quente Bradesco SOS Mata Atlântica é destinada à recuperação da mata. E isso é apenas uma parte do que o Bradesco faz pelo meio ambiente. Porque um banco completo tem que investir também na qualidade de vida das pessoas.



RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL



Bradesco

Entrevista Especial

Carlos Alberto Reis de Paula..... 7

13 de Maio

Cerimônia de outorga da medalha do Mérito Cívico..... 10
Entrevista com o Senador José Sarney..... 16
Entrevista com Ministro do STJ Luiz Fux 18
Somos negros, sim! E daí? - Benedita da Silva..... 20
Inclusão da Nação Negra: ontem e hoje - Paulo Paim..... 22
A escravidão, no Brasil, acabou? - Sandra Lia Simón..... 24

Cidadania

Inclusão social e crescimento econômico - Márcio Cypriano 32
O brasileiro teve que buscar sua identidade em várias
civilizações - Aldo Rebelo 34
Racismo, como enfrentá-lo? - Miguel Jorge 36
Contra preconceito: educação e participação política -
Marta Suplicy..... 38
Uma doença chamada preconceito - Vicente Paulo da Silva..... 42
Quando todos ganham - Cezar Degraf..... 44
Sonho ou pesadelo - Maurício Pestana 45
A guerra dos nossos dias ou a guerra de todo o dia -
Marco Aurélio Mendes de Farias Mello..... 46
Igualdade racial: o gol que as empresas precisam fazer -
Oded Grajew 48

Comportamento

Políticas públicas para jovens já! - Milú Villela 50

Política

Opinião pública e a política - Alberto A. Zvirblis..... 52

Opinião

Quando a infâmia venceu a cidadania -
Rosenildo Gomes Ferreira..... 54

Empreendedorismo

Ropahrara 55

Responsabilidade social

Instituto Solidariedade HSBC..... 56

Capa

Afrobras vai à Copa do Mundo 2006 58

Perfil

Canarinho: uma vida de realizações! 66

Educação

A Unicamp e seu programa de ação afirmativa..... 68
Brasil Alfabetizado..... 70

Mercado de Trabalho

Mais 76 alunos da Unipalmes ingressam em instituições
financeiras 74
A cor e o cargo 77
Relatório Perfil Social, Racial e de Gênero 78

Cultura

Agenda Cultural 82

Negros em Foco

Entrevista com Arthur Roquete de Macedo 84

Plural

Índia também é doutora 87
Artigo Reginaldo Mattar Nasser 88
Artigo Luiz Alberto Moniz Bandeira..... 89
Artigo Paulo Edgar Almeida Rezende 90

Palavra do Presidente

Avenida Paulista e os dentes do PCC..... 91

ndice



Da esquerda para a direita: Zulmira Felício, Francisca Rodrigues, Grace Ellen Rufino e Ana Luiza Biazeto.

Afirmativa Plural é uma publicação da Afrobras - Sociedade Afro Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural e da Universidade Zumbi dos Palmares - Faculdade de Administração, com periodicidade bimestral. Ano 3, Número 13 - Rua Washington Luiz, 236 - 3º andar - Luz - São Paulo /SP - Brasil - CEP 01033-010 - Tel. (55 -11) 3228-1824.

Conselho Editorial: José Vicente, Ruth Lopes, Raquel Lopes, Francisca Rodrigues, Cristina Jorge, Nanci Valadares de Carvalho, Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Jarbas Vargas Nascimento, Humberto Adami, Felice Cardinali, Sônia Guimarães. **Direção Editorial e de Redação:** Jornalista Francisca Rodrigues (MTb. 14.845 - francisca@afrobras.org.br); **Redação e Publicidade:** Maximagem Assessoria em Comunicação (mim@maximagemmidia.com.br) - Tel. (11) 3229-9554.

Redação: Zulmira Felício (zulmira.felicio@globo.com - Mtb.11.316), Demetrius Trindade (demetrius@afrobras.org.br - Mtb.30.177) - Ana Luiza Biazeto (analuiza@afrobras.org.br - Mtb.42.365); Grace Ellen Rufino (grace@afrobras.org.br - estagiária); **Fotografia:** J.C.Santos, Cíntia Sanchez, Miro Ferreira e divulgação. **Colaboradores:** Rodrigo Massi (agendacultural@afrobras.org.br), Maurício Pestana (pestana@mauriciopestana.com.br) e Rosenildo Gomes Ferreira (rosenildoferreira@revistadineiro.com.br).

Editoração eletrônica, CTP, Impressão e Acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

A revista Afirmativa Plural é uma publicação da Afrobras/Unipalmes. A Editora não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos e matérias assinadas. A reprodução desta revista no todo ou em parte só será permitida com autorização expressa da Editora e com citação da fonte.

TEVE UMA BLITZ. FUI A ÚNICA A SER REVISTADA.

"Eu e meu ex-marido, que é branco, estávamos num ônibus quando os policiais de uma blitz entraram. Fui a única a ser revistada."

A história de Luzia de Cássia acontece todo dia, em todos os cantos do Brasil. E é para entender o preconceito racial e descobrir como acabar com ele que a campanha "Onde você guarda o seu racismo?" reúne dezenas de instituições na iniciativa Diálogos Contra o Racismo. Entre em contato, conheça e faça parte desse movimento.

www.dialogoscontraoracismo.org.br

Foto: Rodrigo Lopes

Onde
você guarda
o seu
racismo?



DIÁLOGOS
contra o racismo

[Pela igualdade racial]

INTEGRANTE DA:

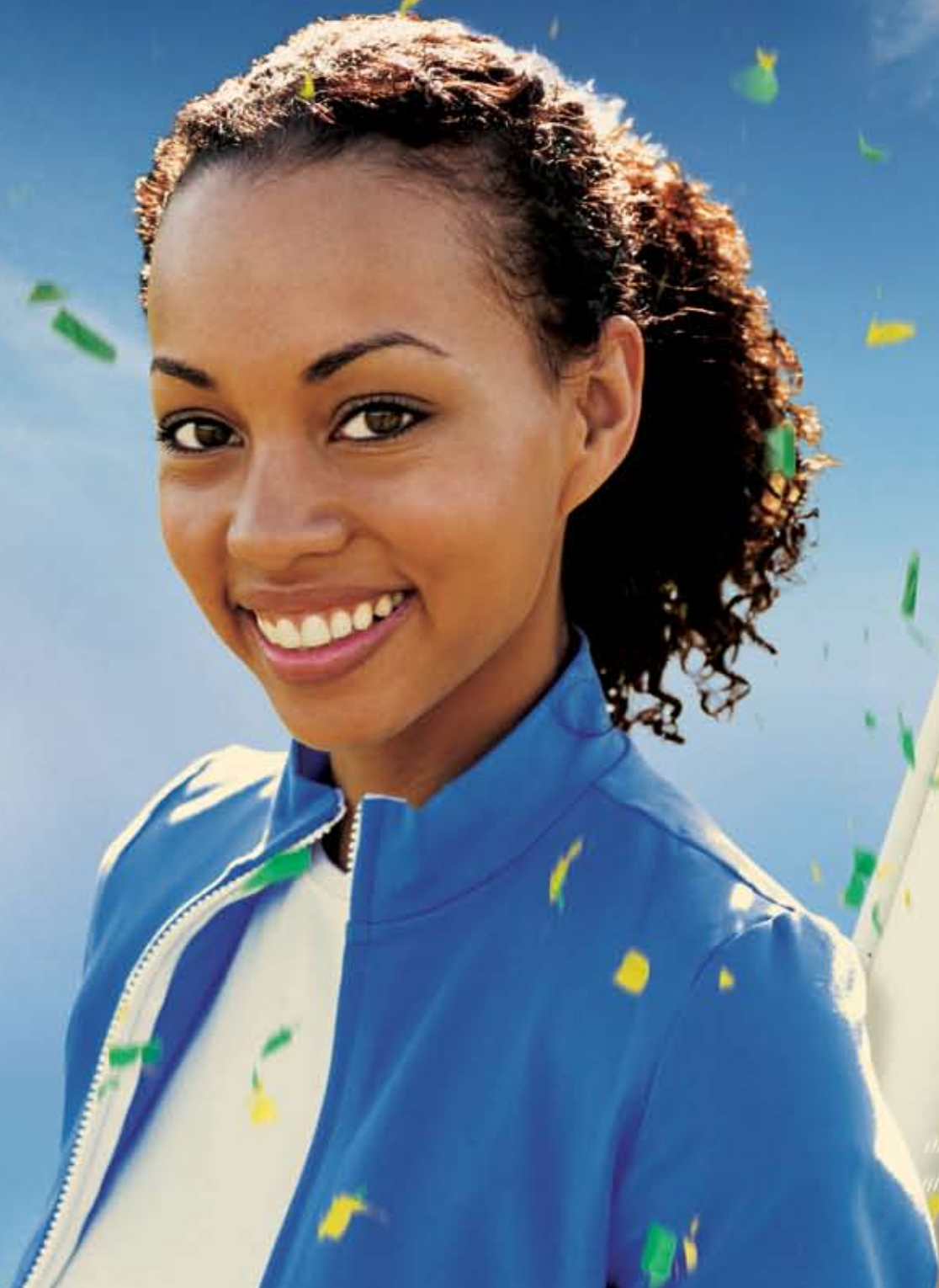


APOIO:

n(o)vib
OXFAM NETHERLANDS



**Você é a sexta estrela
que o Itaú quer conquistar.
Seja Cliente Itaú.**



A large, three-dimensional sign for Itaú is shown against a blue sky with scattered confetti. The sign consists of a red, perforated rectangular base. On the base, there are five white, three-dimensional stars arranged in a slight arc. Above the stars is a blue, rounded rectangular sign with the word "Itaú" in bold, yellow, sans-serif capital letters. To the right of the main sign, a large, bright yellow five-pointed star is superimposed on the image. The overall scene is festive and celebratory.

Itaú

No ano da Copa o banco cinco estrelas também quer o hexa. E você é a sexta estrela que a gente quer conquistar. Venha para o Itaú. Existem muitas maneiras de ser cliente: você pode financiar um carro, fazer um seguro, ter um cartão de crédito ou um empréstimo na Táií. E, com uma conta corrente no Itaú ou no Itaú Personnalité, você tem acesso aos melhores produtos e serviços. Tudo isso e muito mais com toda a conveniência do banco feito para você. **Seja Cliente Itaú. Existe um Itaú feito para você.**

Sieg*

(*vitória, em alemão)

Nesta edição da Afirmativa Plural tivemos dificuldades para escolher o tema da capa, pois a revista está repleta de assuntos variados e importantes para o negro e para o Brasil de forma geral.

Tivemos nossa cerimônia reflexiva de 13 de Maio, Abolição da Escravatura, com um jantar oferecido pela Afrobras aos nossos Comendadores, Conselheiros do Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior e alguns amigos. Na oportunidade, tivemos o prazer de receber mais um Comendador e “um soldado da causa” como bem disse ele

Através do “Leve essa Bandeira”, promovido pela Coca-Cola, Lucas vai entrar na abertura do jogo carregando a bandeira do Brasil na partida contra o Japão, em 22 de junho. A ida de Lucas significa o acerto da Afrobras e da Unipalmars na estratégia de valorização da negritude. Mas nem tudo é festa. O relatório Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas ações Afirmativas – pesquisa 2005, realizado pelo Instituto Ethos, mostrou que a presença de negros nas empresas no quadro de diretoria é de apenas 3,4% e que a participação dos negros

– José Sarney – ex-presidente do Brasil, senador e imortal, pela Academia Brasileira de Letras. Ao receber a Comenda no grau Chanceler, o senador admitiu e reconheceu a grande dívida do Brasil para com a raça negra.

Mas neste mês de junho temos um dos maiores eventos do mundo, principalmente para nós, brasileiros: a Copa do Mundo, da qual esperamos trazer a taça e o título de hexacampeão. Se depender de nós, principalmente da Afrobras e Unipalmars, já estão ganhos. Estamos enviando para a Alemanha nosso mascote,

Lucas Eduardo Silva dos Santos, 15 anos, aluno de canto e percussão do Projeto Guri Pólo Afrobras/Unipalmars.

decrece quanto mais alto é o nível hierárquico. Muitos empresários ainda não atentaram para o fato de que uma empresa que tem diversidade é mais ágil e enfrenta melhor as crises. Mas continuaremos lutando para mudar esse quadro de desigualdade. Para tanto, acreditamos que esses jovens que trabalham como estagiários nas principais instituições financeiras do País, através de convênio com a Unipalmars, conseguirão derrubar essas barreiras do preconceito e formar uma elite negra, refletindo os benefícios disso para sua família, sua comunidade, seu país. “Sem Educação não há Liberdade”.

Francisca Rodrigues
Editora

ditorial

É

importante buscarmos uma
visão de grupo

e nunca acreditarmos
que subimos
apenas por



nostros
méritos,
diz ministro

Carlos Alberto Reis de Paula

“Basicamente temos sempre que buscar a chave para abrir as portas, para o que é indispensável uma continuada busca de qualificação. Diria, mais, para o momento que vivemos, que é importante também buscarmos uma visão de grupo, e nunca acreditarmos que subimos apenas por nossos méritos, porque muitos nos deram as mãos, principalmente os nossos irmãos na fé e na raça.” A afirmação é do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Carlos Alberto Reis de Paula, primeiro negro a alcançar este posto no Brasil. Mineiro de São Leopoldo, é bacharel em Direito e doutor na área de Direito Constitucional, ambos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre outras qualificações. Foi outorgado por diversos órgãos e instituições e é autor de livros e artigos. Desde 1998, quando assumiu o cargo de ministro, passou a ser grande referência, devido à rara ocupação de negros em cargos elevados no Poder Judiciário, no Brasil. Em entrevista exclusiva à *Afirmativa Plural*, o ministro expressa sua opinião sobre vários temas.

Afirmativa: *O senhor alcançou um dos mais altos graus na Justiça do País e foi o primeiro negro no Tribunal Superior do Trabalho, mantendo a condição de único por muitos anos. Fale-nos sobre sua trajetória profissional e as barreiras vencidas para alcançar o sucesso.*

Carlos Alberto Reis de Paula: Destaco, inicialmente, que a par-

tir de fevereiro deste ano passamos a contar, no TST, com mais um negro, o ministro Horácio Raymundo Sena Pires, proveniente da Bahia. Se pudesse resumir a minha trajetória profissional, de professor de ensino médio, advogado, funcionário do Tribunal de Contas da União e Juiz do Trabalho desde 1979, tendo chegado ao TST em 1998, diria que basicamente temos sempre que buscar a chave para abrir as portas, para o que é indispensável uma continuada busca de qualificação. Diria, mais, para o momento que vivemos, que é importante também buscarmos uma visão de grupo, e nunca acreditarmos que subimos apenas por nossos méritos, porque muitos nos deram as mãos, principalmente os nossos irmãos na fé e na raça.

Afirmativa: *O senhor conhece o projeto da Unipalmes? Que contribuições o sr. acredita serem dadas pela Unipalmes à sociedade brasileira?*

Carlos Alberto Reis de Paula: O projeto da Unipalmes tem em si o germe do amanhã, do crescimento, porque trabalha com os valores indispensáveis para a inserção daqueles que, marginalizados, ficariam para sempre à margem da sociedade, sem possibilidade de afirmarem os valores próprios de sua cultura, bem como não se afirmariam como cidadãos na sociedade. É importante se afirmar uma identidade negra no país. Assim como é importante que os negros busquem sua qualificação para ocu-

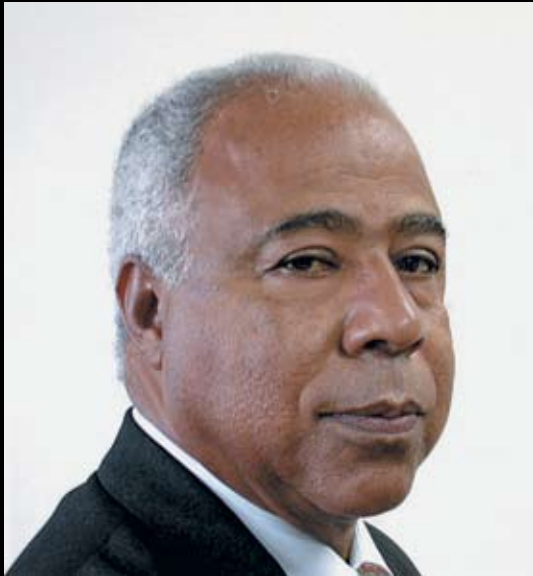
parem o espaço que lhes é dado como conquista com talento e qualidade, e não apenas por serem negros.

Afirmativa: *Como o sr. vê as ações do Ministério Público que levam os bancos a implantarem ações afirmativas em prol dos negros?*

Carlos Alberto Reis de Paula: Com muito entusiasmo, porquanto a sensibilidade dos membros do Ministério Público, atentos às suas funções institucionais, tem despertado a sensibilidade e a consciência dos que administram os bancos que têm percebido nas ações a favor dos negros uma forma de lhes dar condições de se afirmarem e de buscar uma vida com dignidade.

Afirmativa: *Algumas instituições financeiras firmam parcerias com a Unipalmes, através de estágios aos alunos de Administração em diversas áreas, a fim de atuarem ainda como estudantes no mercado de trabalho ao qual estudam a graduação. Qual sua opinião sobre este início de carreira?*

Carlos Alberto Reis de Paula: Sabemos das dificuldades generalizadas para alguém no início de carreira. É problema vivido praticamente por todas as famílias. Essa dificuldade é maior ainda para os negros, como sabemos. Este início de carreira para os estudantes é um grande presente, porque lhes permite agregar aos conhecimentos teóricos uma vivência prática em instituições



“ O projeto da Unipalmes tem em si o germe do amanhã, do crescimento, porque trabalha com os valores indispensáveis para a inserção daqueles que, marginalizados, ficariam para sempre à margem da sociedade, sem possibilidade de afirmarem os valores próprios de sua cultura, bem como não se afirmariam como cidadãos na sociedade. ”

que se caracterizam pela organização, por lhes estimular iniciativas, bem como desenvolver neles o espírito do trabalho em grupo. Mas, principalmente, dá a esses alunos um sentimento de auto-estima e de dignidade que vai ser fundamental no dia-a-dia do exercício da profissão.

Afirmativa: *O que o sr. acha do governo, a exemplo dos EUA, adotar dentro das licitações empresas que tenham ações afirmativas para o negro?*

Carlos Alberto Reis de Paula: A estratégia é correta porque estimula as empresas a abrirem espaço para a afirmação dos negros como profissionais, bem como o governo observa um dos objetivos fundamentais da República, qual seja, “erradicar a

marginalização e reduzir as desigualdades sociais”.

Afirmativa: *Qual a sua avaliação sobre o crescimento do trabalho informal no Brasil?*

Carlos Alberto Reis de Paula: A constatação estatística é que tem havido crescimento do trabalho informal, o que é muito preocupante, porque em tais condições não são assegurados os direitos mínimos trabalhistas, ligados à dignidade do trabalhador, e muito menos os direitos ligados à saúde, à previdência e à assistência social, em um conjunto denominado de seguridade social. Temos de combater o mito de atribuir o crescimento do trabalho informal à existência dos direitos trabalhistas, que encareceriam o custo do trabalhador. Na verdade,

as experiências neste sentido, como o Banco de Horas e o Regime de Trabalho a Tempo Parcial não alteraram o quadro da informalidade. O que de fato pesa muito para o empregador são as parcelas de natureza tributária. O caminho ideal passa obrigatoriamente pelo desenvolvimento, ou seja, uma política que importe na expansão das atividades industriais, comerciais, agrícolas ou de serviços, a possibilitar o oferecimento de novos empregos.

Afirmativa: *Exponha as suas considerações finais.*

Carlos Alberto Reis de Paula: A Revista Afirmativa tem ocupado espaço importante na divulgação dos valores e lutas dos negros no Brasil, e merece o reconhecimento de todos os que estão integrados neste objetivo. ■

13 de Maio:

Há quem festeje, reflita, batalhe

No dia 12 de maio, com a presença de ilustres parceiros de luta pelo desenvolvimento dos afrodescendentes brasileiros, a Abolição da Escravatura, ocorrida em 13 de Maio de 1888, teve uma reflexão a convite da Afrobras – Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural – durante um jantar organizado no hotel Gran Meliá Mofarrej. Durante o evento foi entregue, como ocorre na data, e no Dia Internacional Contra Discriminação Racial (21 de Março), a Medalha do Mérito Cívico AfroBrasileiro, a pessoas que trabalham em prol dos afrodescendentes. Foram condecorados com a medalha o ministro do STJ Luiz Fux; o procurador de justiça Nadir de Campos; a coordenadora do Núcleo de Apoio Psicológico da Unipalmarens (NAP), Maria Célia Malaquias e a cantora Paula Lima.

Com a faixa no grau Chanceler, foram homenageados o reitor da Universidade Paulista (Unip), João Carlos Di Genio, e o ex-presidente da República e senador, José Sarney. Hoje, apenas três pessoas têm a Medalha no



João Carlos Di Genio, reitor da Unip e José Sarney, senador



Luiz Fux, ministro do STJ

grau Chanceler: João Carlos Di Genio, José Sarney e o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

A comissão de outorga foi formada pelos comendadores: presidente do Bradesco e da Federação Brasileira de Brancos (Febraban), Márcio Cypriano; Dra. Sonia Guimarães, do Instituto Aeronáutica e Espaço; embaixador-chefe do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo, Jádriel de Oliveira; presidente do Instituto de Advocacia Racial e Am-

biental (Iara), Humberto Adami; o cantor Wilson Simoninha; e a diretora de Comunicação da Afrobras, Francisca Rodrigues. Na oportunidade, Márcio Cypriano lembrou que o dia 13 de Maio é um dos mais importantes e um marco na história da nação. “Neste dia foi iniciada a busca pela igualdade das pessoas e essa discriminação que ainda se vê tem que acabar o quanto antes”, diz, e acrescenta que “o banco procura apoiar tanto no

manual interno, onde é proibido qualquer tipo de discriminação, quanto com ações como a parceria com a Unipalmares, que prepara

os jovens para o mercado de trabalho através de estágio”. (Leia mais na página 74). Hoje existe uma conscientização crescente de todas as empresas na contratação de afrodescendentes, diz Cypriano, e o trabalho que “José Vicente faz é maravilhoso, fundamental para criar condições

para estes jovens poderem crescer e se desenvolver”.

O reitor da Unip, João Carlos Di Genio lembrou ser uma data importante para levantar discussões sobre o panorama social brasileiro. “A questão da liberdade e do reconhecimento de valores dos negros partiu do que simboliza o 13 de Maio.”

De acordo com Nadir de Campos Jr., o problema mais evidente do negro está na ascensão social. “Não está só na cor de pele, mas na criação de condições para que nos sintamos iguais nos termos da Constituição Federal”, afirma.

Segundo Maria Célia Malaquias, ser condecorada é uma honra e ain-



Nadir de Campos, promotor de justiça



Paula Lima, cantora

da mais por ser uma representante das mulheres negras, pois “sabe-se que de todos os que sofrem com as desigualdades, as mulheres negras são as mais atingidas”. O dia da abolição foi, para ela, o dia em que o primeiro passo foi dado, mas ainda há diversos a serem caminhados. “Vimos e sentimos que mudanças devem ser feitas. O dia 13 de Maio deixou nossos antepassados sem rumo, moradia, empre-

go, devido à falta de planejamento na libertação dos escravos, mas hoje lutamos por melhores condições e certamente, com ações claras, alcançaremos todos os postos que ainda possam nos faltar.”

Para a cantora Paula Lima, o futuro dos negros brasileiros é promissor e mais igualitário, com avanços sociais e econômicos melhores dos que encontrados hoje em dia. “A melhoria é crescente, porque a luta ainda é acirrada, mas – explica ela – ainda ouço relatos estarrecedores de racismo, mesmo quando se acredita que a situação seja mais amena”, fala indignada.

A composição “13 de Maio”, de Caetano Veloso, diz que

“os pretos celebravam (talvez hoje ainda o façam)/o fim da escravidão/tanta pindoba!/ lembro do aluá/ lembro da maniçoba/foguetes no ar/pra saudar Isabel/ô isabé pra saudar isabé...”.

Há quem celebre e quem abomine a idéia do festejó da abolição. Contudo, não há outra escolha senão as modificações imediatas para a valorização do negro brasileiro. ■

“ A questão da liberdade e do reconhecimento de valores dos negros partiu do que simboliza o 13 de Maio. ”

João Carlos Di Genio



Maria Célia Malaquias, membro do Instituto Afrobrasileiro

Momentos da comemoração



Márcio Cypriano, presidente do Bradesco, senador José Sarney e João Carlos Di Genio, reitor da Unip



Thami Valiu, cônsul da África do Sul



Nill Marcondes, ator, e Wilson Simoninha, cantor



José Luiz Rodrigues Bueno, diretor do Bradesco



Raquel Lopes Costa, diretora da Afrobras



Mãe Sylvia de Oxalá e desembargador Alvaro Lazzarini



Coral Unipalmars

Momentos da comemoração



Hélio Duarte, diretor-executivo do HSBC



Milton Matsumoto, diretor-executivo do Bradesco



Diretor da Unip, José Augusto Nasr



Cantora Paula Lima e diretora da Afrobras, Ruth Lopes



Joyce Ribeiro, jornalista



Márcio Cypriano, José Vicente, presidente da Afrobras e senador José Sarney



Neto de Paula, cantor



Sônia Guimarães, do Instituto Afro Brasileiro, Francisca Rodrigues, diretora da Afrobras, Clélia e Suelly Guimarães



Dick Santos, do Jornal Trovão



Silvia Regina Galatti e Valéria Veiga Riccomini, gerente de Atração e Integração de Pessoas do Itaú



Embaixador Jádriel de Oliveira



Marcelo Reis Lobo, da Fiesp e a juíza Mônica de Cássia Thomaz Perez Reis Lobo



Secretário de Habitação de São Paulo, Márcio Bueno, Ministro do STJ, Luiz Fux e o advogado Humberto Adami



Comissão de outorga



Atores Luciano Quirino e Lena Roque



Superintendente de RH do Banco ABN Amro Real, Maria Cristina Carvalho, e o médico Domingos José de Carvalho Jr.

Ex-presidente e
senador José Sarney
condena e ratifica dívidas
históricas para
com os negros

precisamos
resgatar
a dívida
do

Brasil

com a

raça negra

“É sempre bom rememorar o Dia 13 de Maio, Abolição da Escravatura, porque hoje, mais do que nunca, precisamos resgatar a dívida do Brasil com a raça negra, pois a ela devemos a identidade nacional. A escravidão no Brasil é uma mancha na nossa história da qual é impossível se livrar.” A declaração

é do ex-presidente do Brasil e senador (PMDB – AP), José Sarney, durante jantar de reflexão realizado pela Afrobras no dia 12 de maio, em São Paulo. Na ocasião, o ex-presidente foi condecorado como Comendador Chanceler pela Afrobras, com a entrega da Faixa Dourada e com a Medalha do Mérito Cívico Afro-Brasileiro.

“O resgate da dívida”, de acordo com o senador, “parte da forma de pensar e agir. Precisamos promover a ascensão social e termos ações positivas. Este é um dos motivos para a minha dedicação em completar o resgate da

dívida escravocrata. Nada é maior do que lutar pela ascensão da raça negra. Este é um dos grandes desafios ao Brasil”, ressalta. Pensar que a escravidão no país chegou até quase ao fim do século XIX é, sem dúvida, diz o parlamentar, uma incompreensão. “Impossível que o país tenha vivido este problema como viveu”. Na opinião de Sarney, a contribuição dos negros vindos da África para a formação da nacionalidade brasileira é das mais importantes, pois “deram a cultura da alegria, tão presenciada no futebol, do sincretismo religioso, da convivência

e o ser cordial que é o Brasil”.

O contentamento do povo brasileiro é lembrado pelo senador no relato da estada em Cabo Verde, no continente africano, com o escritor baiano Jorge Amado. “Olhamos uma multidão que se aproximava com galhos na mão, cantando e eu disse ao Jorge: olha, a alegria do Brasil veio da África. Você está vendo? É como se a Bahia estivesse chegando aqui, atravessado esses oceanos.”

“Enquanto presidente da República (1985-1990), período em que criei a Fundação Palmares, disse às Nações

Unidas que o Brasil era um país mestiço e que, portanto, a convivência e a maneira com que o Brasil se apresentava no Concerto das Nações, eram, sem dúvida, o resultado das raças que aqui tínhamos conseguido caldear, mas que não podíamos distinguir que a maior força de todas elas era a do sangue negro que teve o Brasil”.

“Eu reabri o debate no Brasil das cotas, não só na universidade, mas também em todos os setores da vida pública brasileira, quando em 1999 apresentei o primeiro projeto neste sentido. Acho que, com todas as incompreensões que podem ter, é por aí que devemos começar a exigir o programa de cotas”, reforçando que esta é uma medida usada para acelerar a resolução da desigualdade e obriga a todos que saiam da inércia.

José Sarney lembra ainda que não é possível o Brasil se conformar com dados explícitos de racismo. “Vivemos num país em que os mais pobres, os que mais demandam emprego e saúde são negros. Entre os analfabetos, o maior número é o da raça negra.”

Sarney ilustrou o discurso com reverência a personalidades essenciais para a história na luta do abolicionismo, como José Bonifácio, Ruy Barbosa e Joaquim Nabuco.

O político e escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, citou dois livros da literatura brasileira que têm heroínas negras. “Um do Jorge Amado, Teresa Batista Cansada de Guerra e outro, bem menor [divertese], é Saraminda, do José Sarney, que conta a história e a beleza de uma mulher negra, já na 7ª edição no Brasil e traduzido em dez línguas.”



José Sarney

Quanto ao Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim (PT – RS), José Sarney é ativo e favorável. “O projeto que apresentei em 99 [citado anteriormente neste texto], o Paim quis incluir no Estatuto. Temos trabalhado juntos. Sou lutador”, orgulha-se.

Para José Sarney, a homenagem pres-

tada na solenidade leva à reflexão do avanço na solução das deficiências em torno da população negra. “Vejo a Afrobras e Unipalmars engajadas na educação, com grande felicidade”, e elogia o presidente da ONG e reitor da universidade: “José Vicente, o trabalho que você faz é uma realidade. Isto é uma beleza”, enaltece. ■

Ministro do STJ diz que cotas são parte de um resgate histórico amplo

“Partimos de uma tradição de sociedade escravocrata para um momento em que vivemos o auge das ações afirmativas, exatamente cumprindo esta promessa constitucional de criarmos no Brasil, que é um estado democrático de direito, uma sociedade justa, solidária, plural e sem discriminações.” A afirmação é do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux, durante a entrega da Medalha do Mérito Cívico Afro-Brasileiro, da Afrobras, no dia 12 de maio, em São Paulo. Segundo o ministro, “o Brasil empreende um justo resgate histórico pela disseminação e enfrentamento de

Ativo combatente e debatedor de discriminação racial do STJ, Luiz Fux é homenageado pela Afrobras

olhos bem abertos àquela violência simbólica, que era o mito da igualdade que apregoava, na essência, uma verdadeira desigualdade”.

A conscientização da população brasileira foi levada a efeito pelos movimentos afrodescendentes, de acordo com Fux. “Esses movimentos têm levado o entendimento ao cidadão de que a discriminação é

absolutamente inaceitável num país em que 50% da população é afrodescendente”, diz.

Ele acrescenta que vê as ações afirmativas com maior expressão, apesar de não serem ações judiciais. “São atitudes afirmativas para superação desse velho preconceito que manchou durante 400 anos a história do Brasil”, afirma.

Para Fux, as ações afirmativas estão no caminho certo, mas ainda não completaram o seu ciclo, ou seja, não são perfeitas. “Isso vai se promover através de uma conscientização social ainda maior, mas também pela legislação, que deve impor que entidades mantenham nos seus quadros de funcionários um percentual mais expressivo de afrodescendentes integrando a corporação e em cargos elevados”, diz referindo-se à recente pesquisa do Instituto Ethos que aponta pouco mais de 3% de negros em cargos de chefia (Leia mais na página 78).

O ministro se disse favorável e defensor das cotas universitárias para negros e as vê como medida inteligente, pois “propicia que se promova parte de um resgate histórico amplo”. Segundo ele, não adianta dizer que o problema não está na universidade e está no ensino médio ou fundamental. “Se o jovem não tem acesso à universidade, conseqüentemente não tem acesso ao mercado de trabalho, o que o leva ao problema de baixa auto-estima, portanto, em algum momento deve-se resolver isso.”

Segundo Fux – engajado na política de inserção no ensino superior para acompanhar as cotas universitárias



Luiz Fux

– é necessária também uma política coadjuvada para minimizar as deficiências do jovem que tem um passado de discriminação e absorve a chance de cursar uma universidade. Sobre este aspecto, conclui que

“não basta oferecer as cotas sem que seja oferecido um suporte para que este alunado possa se comportar em condições de normalidade em relação aos demais alunos que tiveram um berço esplêndido”. ■

Por: Benedita da Silva, presidente da Fundação Internacional Benedita da Silva

Num dia turvo, via cair pela janela de meu quarto de estudos a chuva que quase inundava toda minha cidade. Entre os muitos jornais e revistas separados para minha leitura, deparei-me com uma notícia que me comoveu: o número de pessoas que se declaram, de forma espontânea, sendo pertencentes à raça negra ou simplesmente da cor preta, subiu significativamente nos últimos anos. Esses dados, aferidos pelo Instituto de Pesquisa Datafolha, revelam uma mudança de comportamento que visa definir a identidade racial de uma parte numerosa da população brasileira. Podemos dizer que hoje somos mais negros e menos “moreninhos”. Fiquei divagando e pude perceber a enorme diferença que uma palavra faz na construção de uma sociedade mais justa. O “morenismo” escamoteou por séculos a verdadeira situação do negro no Brasil. No momento em que temos

omos
negros,
sim! E daí?

ali-
berdade
de assumir a nossa verdadeira identidade, explicitamos o histórico abismo sócioeconômico existente entre brancos e negros. Por curiosidade fui até o dicionário para conhecer o significado da palavra pardo, que é usado como sinônimo de afrodescendente mais “branquinho”. Segundo o Aurélio, é “um branco sujo duvidoso, cor entre o branco e o negro”. Claro que essa raça não existe, mas para muitos de nós ainda é mais fácil estar entre o branco do que ser apenas negro. É de conhecimento público que os negros representam, de acordo com os critérios

do
IBGE,
45% da população, mas são 64% dos pobres e 68% dos indigentes do país. E mais ainda, são considerados pobres, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), aqueles que não ganham o suficiente para suportar o pagamento de uma cesta alimentar, mais um mínimo de gastos

individuais com vestuário, habitação e transporte.

Que a pobreza não é democrática e que afeta assustadoramente os negros brasileiros não é novidade para ninguém. Ora, então assumir sem disfarces o tom da pele também é, de certa forma, confrontar a desigualdade social em que vivemos. A partir deste confronto poderemos caminhar para o início da quitação da dívida social que o Brasil contraiu com três séculos de política escravagista.

Uma outra pesquisa relacionada ao Índice Nacional de Alfabetismo Funcional, realizada pelo Ibope, também aponta que as taxas de alfabetização refletem as desigualdades sociais no Brasil: 66% dos analfabetos se declaram negros e 81% pertencem às classes D e E. Entre os alfabetizados rudimentares, 57% são negros e 64% pertencem às classes D e E.

Se por um lado os índices das pesquisas apontam uma maior aprovação da população brasileira com relação à política de cotas nas universidades e vagas de trabalho, por outro comprovamos a ineficiência das ações governamentais e não-governamentais de aspecto universalista. O recorte racial na aplicação de políticas públicas é um referencial para que o Brasil possa recuperar os séculos de discriminação e segregação aos afrodescendentes. Por mais correta e elogiada que seja a política de cotas, é preciso um trabalho de respaldo. Garantir a conclusão do ensino médio aos jovens negros é, em curto prazo, o mesmo que facilitar o seu acesso à universidade. Penso que o trabalho na base



Benedita da Silva

do ensino é a garantia da construção de um país com igualdade de direitos e condições. Precisamos perceber que há um ciclo viciado nas relações sociais. O discurso que tenta justificar a disparidade entre os salários recebidos entre brancos e negros no mercado de trabalho vem fortemente baseado na baixa escolaridade dos afrodescendentes.

Assumir a nossa negritude é oferecer dados concretos da exclusão de nos-

so iguais. Estimular essa percepção em nossas casas e transformar esse reconhecimento de nossa identidade numa coisa simples e natural é fator prioritário para que as ações políticas em todos os níveis sejam mais bem orientadas. Parece óbvio, mas não é assim tão fácil. É necessário encarar como vitória ancestral termos a liberdade para vencer séculos de “embranquecimento” da nossa cultura, e dizer: “sou negro, sim! E daí?” ■

N Inclusão da Nação Negra: ontem e hoje

*Por: Paulo Paim, senador (PT-RS),
autor do Estatuto da Igualdade Racial*

A partir de 1670, Zumbi lidera uma luta pela cidadania e liberdade do povo negro. Bandeira que continua tremulando até os dias de hoje. Há 118 anos seus ideais permaneciam na batalha travada por abolicionistas, anônimos ou não, brancos e negros, homens e mulheres. Enfim, em 13 de maio de 1888 a Lei Áurea foi assinada pela Princesa Isabel: os negros estavam libertos.

A guerra entre abolicionistas e escravocratas dava um passo à frente em favor daqueles que almejavam a igualdade entre todos os seres humanos. Mas, os escravocratas queriam que os negros permanecessem nas senzalas, afinal, eram mão-de-obra barata. Com a assinatura da Lei Áurea, isso não foi diferente. Os negros alcançaram a liberdade, mas não tiveram direitos. Não foi dado aos afro-brasileiros o direito a terra, à educação e nem sequer ao trabalho.

Devemos lembrar o 13 de Maio como uma data importante. A batalha dos abolicionistas não foi em vão. A partir da liberdade, pequenas conquistas foram avançando lentamente, passo a passo. Infelizmente, hoje a batalha entre os que defendem os princípios abolicionistas e os escravocratas perdura. E a luta daqueles que aprovaram a Lei se repete. O tempo foi passando e os ideais dos abolicionistas não morreram. Hoje existem os que pensam como eles: há a necessidade de criarmos fórmulas que integrem os negros à sociedade.

Prova disso são, em 1951, a aprovação da Lei Afonso Arinos; em 1988, a Constituição declarar em seu artigo 5º, inciso XLII, que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”; em 1989 termos a Lei Caó que regulamenta o princípio constitucional para comba-

ter o racismo; e, em 1997, aprovarmos a Lei 9.459, de nossa autoria, que, entre outras coisas, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e de injúria.

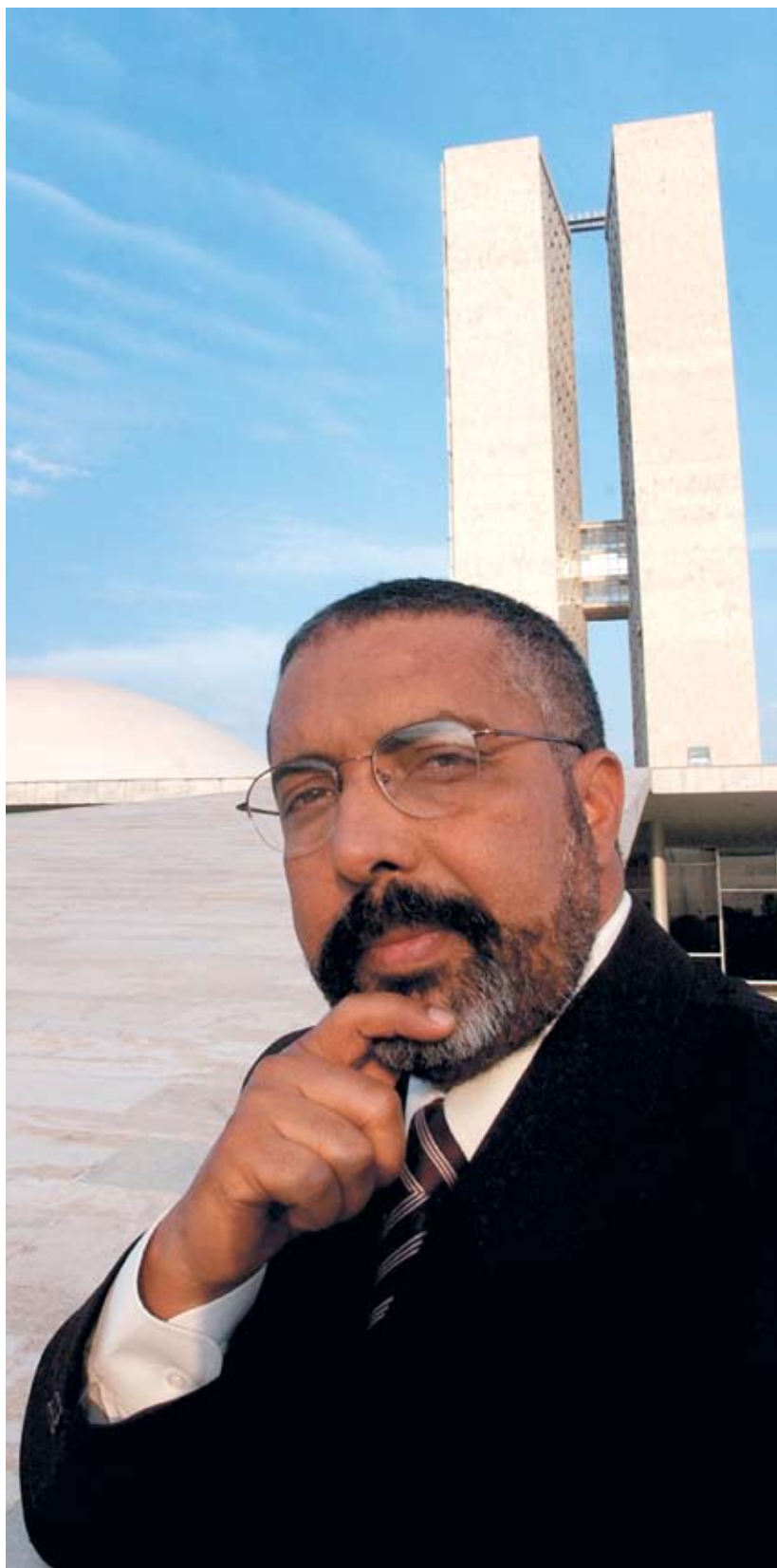
Essas leis comprovam que por mais que neguem alguns, o preconceito está arraigado em nossa sociedade. Ele veio para cá com o tráfico dos escravos iniciado no século XVI. A fim de eliminarmos o racismo, o preconceito e as discriminações, muito tem sido feito, mas ainda há muito a se fazer.

O Estatuto da Igualdade Racial já foi aprovado pelo Senado, por unanimidade, está em debate na Câmara dos Deputados. Vemos que os conservadores de hoje não querem sua aprovação e, assim como os escravocratas de ontem, preferem que os negros continuem figurando entre os mais pobres, com os menores índices de escolaridade e os mais baixos salários.

Para esses conservadores, seria um erro o Brasil adotar ações reparatórias, compensatórias e afirmativas que beneficiem o povo negro. Dizem que ações assim aguçariam o conflito racial. Discordamos. Para nós o que alimenta o conflito racial é manter o “status quo”. Ficamos felizes por perceber que de cada cem pessoas, 90 lutam em favor da igualdade e da justiça. Queremos que o Brasil avance, tal como aconteceu nos Estados Unidos que, em 1964, depois de muitas batalhas lideradas por Martin Luther King, o Congresso aprovou os Direitos Civis dos Negros Norte-Americanos. Pensamos em uma sociedade almejada por King em que as pessoas não sejam qualificadas pela cor de sua pele.

O importante é termos consciência de que não estamos sós nesta luta. Poderíamos citar as duas marchas sobre Brasília ocorridas no ano passado. Ambas, exigindo os direitos e a cidadania plena ao povo negro. Tivemos também avanços no Executivo, por exemplo, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial, a aprovação do ProUni e o reconhecimento do Quilombo Silva em Porto Alegre. Isso entre tantas outras lutas e conquistas.

No futuro, quando já não estivermos mais aqui, certamente gerações comentarão que no início do século XXI o Brasil travou uma grande batalha entre os que queriam assegurar os direitos civis para os afro-brasileiros e entendiam ser este o momento para isso e aqueles que, como os escravocratas do século XIX, pretendiam o contrário negando que o preconceito existe. ■



Paulo Paim

“Vejo os canaviais de cana doce a ondular em todo o litoral do Nordeste brasileiro. Vejo os navios negreiros a aportar no Recife, zarparam da costa ocidental de África. Branca é sempre a cor do opressor? E os sobas e régulos africanos que venderam outros negros, seus prisioneiros, aos escravocratas brancos? Transportados como gado no porão, vejo que em Pernambuco desembarcam yorubás, angolas, benguelas, congos, cabindas, monjolos, quilos, minas, rebolos e uns tantos mais, homens, mulheres, até crianças. Vejo a princesa Aqualtune a ser vendida num leilão de escravos. Vejo que a levam para a casa grande de um senhor de engenho. Dão-lhe um banho e roupa nova, vai aprender a servir a mesa”.(1) A escravidão se confunde com o início da história da Humanidade. Escravo, etimologicamente, deriva do grego bizantino, “sklábos” e do latim, “sclavu”. (2) É, portanto, desde a sua origem, uma prática de dominação: do dominador sobre o dominado. Tem finalidade econômica, posto que a utilização do trabalho escravo importa na mais valia absoluta e

traz, como uma de suas mais importantes conseqüências a discriminação, ou melhor, a exclusão social.

No Brasil, a história da dominação dos mais fortes pelos mais fracos, com fins econômicos, remonta à época do seu descobrimento e se prolongou muito além da abolição da escravatura. Os portugueses utilizaram a mão-de-obra indígena, inicialmente, na extração vegetal (pau-brasil) e mineral. Depois, na lavoura, escravizaram milhares de índios e exterminaram outros milhões: quando chegaram no Brasil, em 1500, os portugueses encontraram cerca de 8,5 milhões de índios; no final do século XX, restavam pouco mais de 300 mil. (3)

Já os negros trazidos da África vieram também aos milhões: calcula-se em aproximadamente 10 milhões (ou até mais), os negros trazidos para a América Latina, sendo o Brasil o responsável por abrigar 40% deste então lucrativo tráfico, que enriqueceu a burguesia européia, principalmente a inglesa. (4) A “liberdade” do negro resultou igualmente de rações



escravidão, no Brasil, acabou?

Por: Sandra Lia Simón, Procuradora-Geral do Trabalho

econômicas, muito mais do que de espírito humanitário ou igualitário. A crescente e rápida industrialização do mundo fez surgir necessidade de mercado consumidor. A produção industrial substituiu a economia rural, assim como a rural havia substituído a extrativista, séculos atrás. A abolição da escravidão, no Brasil, em 1888, não marcou o fim da exploração do homem pelo homem. A história registra uma transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, na qual a servidão e o trabalho forçado, com mão-de-obra dos negros recém-libertos e de imigrantes japoneses, italianos, e europeus em geral foi extremamente marcante.

Passados mais de 100 anos da Lei Áurea, o Brasil e o Mundo ainda se vêem em luta contra o trabalho em situação análoga a de escravo, ainda se vêem em luta contra a discriminação e a exclusão social. Dados da OIT demonstram que a Ásia e a América Latina são os continentes onde se encontram a maior concentração de utilização para fins econômicos do trabalho forçado (“trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade” – Convenção 29, da OIT – “Abolição do Trabalho Forçado”, art. 2º). (5)

É interessante registrar que esta mesma pesquisa da OIT demonstra que a Europa e os EUA, embora tenham praticamente eliminado o trabalho forçado, para fins econômicos, apresentam uma “mutação” desta modalidade de exploração humana, sendo, atualmente, os continentes que mais utilizam a escravidão, em especial na modalidade de tráfico de seres humanos (principal-



Sandra Lia Simón

mente mulheres e crianças), vindos do Leste Europeu, por exemplo, para fins de exploração sexual!

No Brasil, nas regiões do Pará, Mato Grosso, Maranhão, Piauí e Minas Gerais, dentre outros, é muito grande, ainda, o número de trabalhadores que se encontram em situação de servidão. Maus empresários rurais utilizando-se de prepostos denominados “gatos”, que vão a pequenos vilarejos e localidades arrasados pela seca e outros fla-

gelos, arregimentar trabalhadores. Estes cidadãos são transportados para a lavoura ou para o desmatamento (extração de madeira), lhes são cobrados valores elevados por alimentação e alojamento, forçando-os a um regime de endividamento, que termina por vinculá-los quase que eternamente ao “patrão”. Em muitos casos há tortura, castigos, punição para os “fugitivos” e coação com armas e animais. (6)

O Ministério Público do Trabalho tem

a atribuição constitucional de velar pela observância dos direitos sociais indisponíveis, ou seja, de combater todas as práticas que violem os direitos difusos e coletivos do cidadão trabalhador e que lhe prive do gozo de seus direitos trabalhistas. Para tanto, utiliza-se de procedimentos investigativos, tais como os inquéritos civis, para apurar a existência de situações como a de trabalho análogo a de escravo. Propõe, na Justiça do Trabalho, ações civis públicas, com pedido de indenizações reparadoras de danos patrimoniais e morais dos trabalhadores aviltados.

Erradicar o trabalho escravo no Brasil é uma das metas da Instituição, que atua em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Polícia Federal, a Justiça do Trabalho, outros ramos do Ministério Público e com a sociedade civil organizada, realizando operações nos locais onde haja denúncias da existência desta terrível e vergonhosa prática. Após o resgate dos trabalhadores, estes são encaminhados de volta a suas cidades e poderão ser incluídos em um dos programas do Ministério do Trabalho e Emprego (seguro-desemprego, por exemplo), que lhes permitirá sobreviver até que encontrem emprego formal. Os empresários rurais são identificados e além de responderem também pessoalmente nas ações civis públicas propostas, passam a integrar lista (a conhecida “lista suja”) periodicamente editada pelo MTE, que impede, entre outras coisas, que utilizem auxílios e incentivos fiscais.

Entretanto, a questão aqui colocada assenta no homem, na sua essência. O aprimoramento do ser humano é o único meio duradouro de pôr termo

final às práticas de exploração dos mais fortes pelos mais fracos. As políticas públicas de inclusão, de educação e de repressão são os meios mais aconselhados para se tentar coibir práticas hediondas como o tráfico de pessoas, a exploração sexual de crianças, a utilização de mão-de-obra em situação análoga à de escravo. As estatísticas, no entanto, demonstram que as práticas não se extinguem, mas se transmutam, mantendo a sua característica de perversidade extrema.

Será que a solidariedade é uma nota muito elevada na escala musical, que os ouvidos dos homens comuns ainda não conseguem perceber com clareza? A nossa ordem constitucional está impregnada de outras “notas”, dentre elas o valor universal da dignidade da pessoa humana, da liberdade, do direito à vida, do direito da criança ser respeitada como ser humano em estágio de desenvolvimento. Estas “notas” são direitos fundamentais do homem, repetidos nas Declarações de Direitos Fundamentais e nas Cartas Constitu-

cionais de quase todos os países modernos. Ninguém, nenhuma Nação desconhece ou contesta referidos direitos humanos, mas, por que será que não são praticados com firmeza? Por que será que não são satisfatoriamente concretizados?

A responsabilidade pelo fim da exclusão social não é única e exclusiva dos Poderes Públicos. Discriminação e preconceito, exploração do homem pelo homem são sentimentos transformados em atos que permeiam ainda vários segmentos da sociedade, nos mais recônditos lugares das consciências humanas. É esse o alvo da reflexão que devemos alcançar: o que cada um de nós faz, como pessoa ou como integrante de uma instituição/ organização, na luta pela verdadeira aplicação dos direitos fundamentais básicos, inerentes e necessários a todo ser humano?

“O futuro não pode ser uma continuação do passado” (7). Eis o desafio que cada um de nós deve aceitar! É responsabilidade nossa! ■

(1) In Silva, Fernando Corrêa da. “Zumbi dos Palmares: Libertador de Escravos”.

(2) In Sento-Sé, Jairo Lins de Albuquerque. “Trabalho Escravo no Brasil” – São Paulo: ed. LTR, 2000.

(3) In Caldeira, Jorge e outros autores. “Viagem pela História do Brasil” – São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

(4) In Gomes, Flávio dos Santos. “História da Cidadania”. “Sonhando com a Terra, Construindo a Ci-

dadania” – São Paulo: ed. Contexto, 2003.

(5) Relatório Global OIT - Organização Internacional do Trabalho – Aliança Global contra o Trabalho Forçado, 2005. Site OIT.org.

(6) In Sento-Sé, Jairo Lins de Albuquerque. “Trabalho Escravo no Brasil” – São Paulo: ed. LTR, 2000.

(7) In Hobsbawn, Eric. “Era dos Extremos: O breve século XX” – São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

Negros
em Foco

future



Negros em Foco. A cara do Brasil.

Entrevistas,
política, saúde, emprego
e todos os assuntos que fazem
parte da nossa vida.
A comunidade afrodescendente
em foco.

Domingos, às 21h30,
na Rede Brasileira de Integração -
RBI-TV Mix, canal 14 UHF.
Reprise às quartas-feiras,
às 21h30.

Realização:
Afrobras - Sociedade
Afro Brasileira
de Desenvolvimento
Sócio Cultural

Apresentação:
José Vicente

Treze de Maio: dia da abolição da escravatura?

*Por: Maria Célia Malaquias, psicóloga-
psicodramatista-mestre em Psicologia
Social, Coordenadora do NAP- Unipal-
mares – mcmalaquias@uol.com.br*

A história do negro no Brasil provoca, entre outras, uma constante reflexão sobre questões que envolvem as relações humanas e o racismo.

Será que o aprisionamento, os mau-tratos foram extintos? O que é liberdade? De diferentes lugares buscamos compreender e darmos respostas a estas questões que nos instigam. O racismo, definido por alguns pesquisadores como “sistema que afirma a superioridade de um grupo sobre o outro”, apresenta-se como justificativa para, no caso do Brasil, de uma forma não velada, mas até por esta razão profundamente eficaz, do poder dominante, que ainda é visto como não negro, exige que nos empenhemos na luta por uma sociedade em que seus cidadãos possam ser vistos e respeitados nas suas semelhanças e diferenças. O racismo, além das práticas discriminatórias, atinge de forma a inibir as aspirações do negro, funcionando como um mecanismo que impede a mobilização social. É evidente o debate sobre as questões de negritude. Cada vez mais estudiosos têm se desdobrado na ten-



Maria Célia Malaquias

tativa de dar conta desta complexidade. No entanto, nas primeiras décadas do século XX, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos já nos alertava: “há o tema do negro e há a vida do negro”, na perspectiva de diferenciar o negro-tema do negro-vida. O negro-vida não se deixa imobilizar, não é definitivo, é atuante, mobilizador, desbravador, apesar das forças externas contrárias. Passados 118 anos da abolição da escravatura, percebemos que avançamos. Mudamos de forma significativa as relações entre negros e não-negros. No entanto, inúmeras correntes invisíveis

atuam de forma eficaz, tentam cercar e aprisionar homens e mulheres negros. Pesquisas recentes mostram que a tendência de mudança em alguns setores da sociedade ainda é muito lenta. Ainda somos poucos nas academias, nas grandes empresas, nos meios de comunicação, na política, entre outros. Reconhecemos os nossos avanços, entendemos que são importantes sinais representativos e, como tal, devem servir como forças motrizes, para maiores empenhos coletivos.

As formas de lutas se diferenciam da época do Brasil escravocrata, cada geração ao seu tempo e época busca fazer a revolução a seu modo, onde quer que esteja e desejamos que tais lutas e objetivos estejam pautados nos princípios da comunidade, como bem comum. Outrora, nas senzalas, os senhores donatários estrategicamente nos separaram, evitaram a formação de grupos, certamente entendiam de força grupal. Na atualidade, entendo que é vital estarmos atentos. A população negra brasileira é imensa, diversa, carente por mudanças que exigem ações construtivas de cada um de nós em nossos diferentes grupos. A partir do lugar que estamos no aqui-e-agora, faz-se necessária a abolição da escravidão negra brasileira. ■

“Sou crioulo preto brasileiro...”

Trecho da música Bora lá pra Quadra, Bora lá pro Baile, de Sandra de Sá

Pelos 118 anos da abolição da escravatura, a cantora e compositora Sandra de Sá não se acanha em dizer que “para os negros, tudo ainda precisa mudar”.

Assim como v êem historiadores, militantes e todos que procuram desvendar o 13 de Maio, para Sandra de Sá os anos de aprisionamento de africanos e descendentes chegaram a uma liberdade desestruturada e sem planejamento de inserção na sociedade. “Nos disseram: vocês querem a liberdade? Então aí está! Todos saíram das senzalas, dispersos, em busca de algo concreto, trabalho ou moradia, por isso ‘batemos a cabeça’ até hoje”, contesta Sandra.

Para ela, os negros necessitam de informação e conhecimento da própria cultura. “Precisamos jogar a nossa cultura no ventilador, para o mundo aprender e absorver que somos capazes, inteligentes e felizes. Somos seres humanos e precisamos ser tratados como tais, respeitar e ser respeitados”.

De acordo com Sandra, a existência da Unipalmare e desta revista Afirmativa são avanços importantes, assim como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). “A partir do momento em que leio a Afirmativa, por exemplo, vejo o negro que fala, que deixa o complexo, que é pior que o racismo, e assume a negritude. Desta forma sacudimos nossas mentes”, entusiasma-se com alguns símbolos de mudança para os negros.

Com 16 CDs gravados e 26 anos de carreira, a cantora e compositora frisa que a consciência é essencial para o desenvolvimento da população negra. “O negro precisa saber e disseminar o que foi, é e sempre será”, recomenda Sandra de Sá. ■



Foto: Luciana Prêzia

Sandra de Sá

O Brasil sustenta a desonrosa posição de ter sido o último país a libertar os escravos, fato que mancha a nossa história, da Monarquia escravagista à República desigual. Após o 13 de Maio de 1888, mais precisamente na consolidação das leis civis, organizada por Teixeira de Freitas, os bens eram classificados como móveis, imóveis e ações civis.

Os escravos pertenciam expressamente à classe dos semoventes,

junto com os animais (não apenas os negros traficados para o Brasil, mas também os seus descendentes).

Ao contrário do movimento de tráfico de negros na América, onde os mercantes escolhiam a dedo as Nações onde seqüestrar e escravizar trabalhadores, seguindo suas demandas na arte da metalurgia, agricultura e ourivesaria, esse movimento no Brasil não foi tão seletivo assim. Estima-se que mais de quatro milhões de africanos aportaram no País, transportados em navios da morte, conhecidos como “negreiros”. Centenas de milhares morreram pelo caminho do Atlântico. Durante a guerra do Paraguai, em 1868, a coroa convocou os negros para a luta armada e, desde então, o Brasil escravis-

ta não foi o mesmo, pois “ao objeto de direito é conferido tratamento de sujeito de direito, representando os interesses do Império”. Segundo reconheceram os próprios imperialistas, “os vitoriosos desarticularam o sistema escravista baseado

americano, que nasce a partir dos estados, com governos locais atuantes, o oposto do Brasil.

Observe-se a aplicação de disposições do Direito Romano na lacuna da legislação da época, que previa que os filhos de escrava havidos com seus senhores, assim como suas mães, deveriam ser libertados após o parto. Moralmente para os romanos era inadmissível um pai ser proprietário do próprio filho.

Se a mesma situação fosse aplicada na época ao Brasil, os escravos e os afrodescendentes desfrutariam outro panorama, pois corre em suas veias o mesmo sangue dos senhores de engenho. Certamente a essa altura os afrodescendentes não freqüentariam os índices mais baixos de emprego, salários ou condições de miserabilidade. Por certo os jovens também não lutariam por uma política de cotas, já que o próprio MEC reconhece que 76% dos formandos em cursos superiores são brancos.

A legislação atual não discrimina diretamente, mas a questão da escola pública atinge massivamente o afrodescendente. Sem uma base escolar adequada, o acesso à universidade e a pós-graduação não se consolida. Sem o domínio de uma língua estrangeira, o conhecimento fica limitado. Estou convencida de que a nossa juventude negra também é portadora de necessidades especiais e, como

14 de maio não chegou para os afrodescendentes

*Por: Eunice Aparecida de Jesus Prudente, Secretária da
Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo*

em rebeliões e fugas, e o reconhecimento deste fato provocou a Abolição Gradual (leis do Ventre Livre, dos Sexagenários)”. Nos três episódios constitucionais importantes, a Abolição do escravismo (1888), da Proclamação da República, e o advento da Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1891), foi adotado simplesmente o modelo político norte-

tal, deve ser socorrida com medidas reparatórias, com a discriminação positiva que advém das Ações Afirmativas.

No campo político, segundo a ONU, se fosse mantido o ritmo lento entre 1% e 2% de mulheres em cargos de direção, a paridade dessa representação com os homens se daria apenas em 400 anos. Essa reparação no Brasil se dá através do projeto de lei 783195, que originou a lei eleitoral 9300/85. A sociedade brasileira, sobretudo a parcela contrária à política de cotas, deve se informar. Nos Estados Unidos a cultura dos guetos foi introduzida nas universidades, com grande reflexo na sociedade americana, em todos os aspectos, através da política de cotas.

Temos, no Brasil, o futebol como exemplo clássico: quando os negros foram aceitos nos clubes, passamos a ser uma escola para outros países, a praticar o futebol-arte e conquistar o pentacampeonato, com Ronaldinho Gaúcho, atleta negro melhor pago no mundo. Se as mesmas oportunidades nos gramados e na música fossem dadas para outras áreas, certamente teríamos Ronaldinhos nas ciências exatas e humanas, nos postos de direção de grandes corporações, viajando em direção ao espaço e, por que não dizer, na presidência da República de uma potência ocidental.

Para finalizar, lembro que as conquistas democráticas sempre surgem a partir de uma ação discriminatória. Não foram os homens que pensaram os problemas das mulheres, foram elas que se levantaram; assim como os trabalhadores exigiram seus direitos junto aos patrões, os portadores de deficiência à acessibilidade com amparo da lei e os homossexuais espaço e voz na luta contra a discriminação. Muitas dessas demandas foram provocadas pelos movimentos sociais, em particular o Movimento Negro. Esse esforço se re-



Eunice Aparecida de Jesus Prudente

flete nesta Secretaria da Justiça através do Sidec – novo Serviço Integrado de Defesa da Cidadania, cujo objetivo é orientar e atender pessoas discriminadas. O Sidec funcionará em todo o Estado, acolhendo denúncias e acompanhando os processos. Para o segundo semestre também

será instalado o Conselho Inter-religioso, com objetivo de garantir uma cultura de paz, e a inclusão das religiões de matrizes africanas no contexto social. Eis o nosso “day after”, problema brasileiro a ser enfrentado tanto pelo governo, como a sociedade civil organizada. ■

Inclusão social e crescimento econômico

*Por: Márcio Artur Laurelli Cypriano,
presidente do Bradesco e da Federação
Brasileira de Bancos (Febraban)*

As atitudes corporativas no sentido da inclusão social e integração étnica são uma tendência internacional. É muito positivo que isso aconteça, pois o mundo é hoje uma economia sem fronteiras e formado por grandes blocos de nações. Tornou-se um grande mercado global constituído de culturas, etnias e nacionalidades integradas.

O Brasil é um País relativamente jovem e tem uma população constituída pela soma de diferentes povos, predominantemente da África, da Europa latina e da Ásia. Essa característica formou uma população cujos valores rejeitam qualquer tipo de manifestação de segregação racial.

Mas somos um País classificado como emergente, com questões econômicas

importantes a resolver. A principal delas é o crescimento econômico, ou a falta dele. Essa discussão chega a ser angustiante, de tão recorrente. Em inúmeras entrevistas e artigos, defendemos que o Brasil precisa, e tem potencial para isso, de crescer por anos seguidos a taxas médias de 5%, com inflação baixa e estabilidade de regras.

A falta de um processo de desenvolvimento perene, sustentável no tempo, gera vários problemas, como a desigualdade de renda, falta de novas oportunidades de emprego e ausência de mobilidade social. Agrava-se a situação dos jovens, que não encontram possibilidades de ocupação quando alcançam idade para ingressar no mercado de trabalho, o que pode repercutir negativamente nos índices de criminalidade das grandes cidades.

Também os brasileiros afrodescendentes conhecem essa situação e as dificuldades

que se impõem. Por isso, considero um direito legítimo defender, democraticamente, seu espaço na sociedade. Não temos preconceito em relação a esse assunto, pelo contrário, consideramos que devemos trabalhar juntos e contribuir da melhor maneira.

Nos últimos tempos, o Bradesco concretizou várias ações, como o estabelecimento de um convênio com a Unipalmarens para abrir 60 vagas de estágio aos alunos dessa universidade. Eles têm a oportunidade de conhecer na prática as várias funções executivas de diferentes áreas de importância estratégica para o Bradesco, como operações de câmbio, investimentos, crédito, entre outras. O estágio tem período de dois anos.

O Bradesco, sua história registra, é uma empresa que valoriza a diversidade. Nosso negócio começou em 1943, em Marília, interior de São

Paulo. Naquela época, banco era um negócio exclusivo para os detentores de capital. O Bradesco fez diferente. Suas agências abriram, democraticamente, o acesso para serviços bancários ao operário, ao pequeno agricultor e ao cidadão comum.

Essa atitude representa ainda hoje um dos pilares do nosso modelo de negócio. O Bradesco preocupa-se em universalizar oportunidades no ambiente de trabalho e rejeita, inclusive em nosso Código de Ética, atos discriminatórios por condição social, crença religiosa, cor, raça, sexo, fé ou ideologia política.

Somos reconhecidos no mercado por nossa política de gestão de pessoas. O Bradesco tem um sistema de carreira que premia a prata da casa. Todos aqui têm, como terão os estagiários da Unipalmarens, oportunidade de desenvolver carreira de longo prazo.

Trata-se de uma contribuição a mais, que vai agregar valor para a sociedade, mas não é suficiente para resolver todas as demandas, obviamente. Por isso, é essencial que não percamos como referência principal a necessidade urgente de o Brasil voltar a crescer com energia e dinamismo.

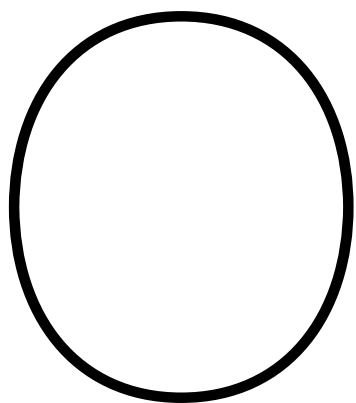
Esse é o caminho consistente e mais curto para uma integração plena da sociedade, eliminando os focos de pobreza, miséria e desigualdade social. Será com a atração de novos investimentos e a criação de empresas, num ambiente de livre mercado, que



Márcio Artur Laurelli Cypriano

vamos conseguir integrar milhões de pessoas ao mercado consumidor brasileiro. Os afrodescendentes representam um universo de milhões de pessoas. Representa uma das principais forças de produção e de

consumo em potencial do País. Esta é uma realidade. Devemos trabalhar juntos, unidos e solidários, para a construção de novos caminhos de desenvolvimento econômico, com justiça social. ■



brasileiro teve que buscar sua identidade em várias civilizações

Por: Aldo Rebelo, presidente da Câmara Federal

A formação social do brasileiro, a nossa maneira de ser, a nossa cultura e a nossa forma de nos vermos e de vermos o mundo foram condicionadas, pois tivemos que buscar nossa identidade em várias civilizações, não em uma cultura ou em outra, não havia opção a não ser que buscássemos nas três contribuições civilizatórias que recebemos.

Aqui se desenvolveu, por necessidade dessa identidade nova, a tolerância, a capacidade de respeitar a diferença. Aqui nós não desenvolvemos o ódio, nem o ódio social, nem racial, nem étnico, nem regional, nem religioso. Se carregamos os preconceitos, as discriminações, o fazemos sem nunca ter constituído o preconceito em política de estado como em outras civilizações pretendidas mais avançadas do que a nossa, infelizmente, fizeram.

Creio que nós precisamos nos apoiar nas

qualidades e nessas virtudes, precisamos nós, os políticos, educadores, intelectuais e empresários. O sucesso cultural, econômico e financeiro de muitos povos se deve também à base civilizatória que preservaram, que cultivaram, que defenderam. São essas virtudes mais profundas e mais duradouras que permitem a mobilidade, a ascensão dos momentos favoráveis e a resistência dos momentos de adversidade. O Brasil, portanto, pode ter esse sucesso, apoiando-se nas qualidades que nos faz um país gigantesco falando mesmo que outro, sem qualquer conflito separatista, vivendo em paz ao longo de 16.800 km de fronteira.

Todos nós imaginamos isso como uma coisa natural, comum. Mas não é assim. Basta examinarmos a situação do mundo e a convivência entre povos e nações diferentes para vermos que conviver com vizinhos ao longo de 16.800 km de fronteira sem reivindicar um centímetro de território, já é uma qualidade que nos permite energia, fôlego e tempo para tratar de coisas mais importantes.

É preciso que encontremos forças para igualar, se não superar, aqueles que estão no mesmo nível e nas mesmas condições de concorrência que o Brasil.

O que devemos divisar como tarefas, desafios para que o Brasil possa cumprir seu papel e ocupar seu lugar no mundo? Creio que precisamos olhar, e nos apoiar nas nossas virtudes e qualidades e que todos nós conhecemos.

Nós temos os nossos defeitos e deformações e delas também precisamos cuidar. O Brasil é cheio de desequilíbrios, desigualdades e deformações.

Começamos pelas desigualdades regionais que muitas vezes impedem que o Brasil conclua até a votação de um simples projeto de unificação de ICMS por causa de disputas entre estados governados por um mesmo partido, como é o caso de São Paulo e de Goiás, por exemplo. E observando as razões de um e de outro, sabemos que a razão principal é o desequilíbrio entre as regiões que estimula a guerra fiscal.

Temos as desigualdades sociais, que

nos impedem, naturalmente, de oferecer acesso ao mercado consumidor, além de manchar a nossa promessa de civilização democrática e ajustada. Temos desequilíbrios entre as empresas, entre setores do mesmo ramo de atividade e de produção. Temos os desequilíbrios na educação, na saúde e na cultura e temos problemas em função de todos esses desequilíbrios, a dificuldade de ajustarmos uma agenda que represente um mínimo de coesão social e política para que promovamos a remoção dos obstáculos.

O Congresso, principalmente a Câmara, por ser a casa do povo, onde está representado o camponês e o grande empresário rural e toda a sociedade, é ali, portanto, a casa que pode permitir, pela diversidade da representação, a unidade do país, tecer aquilo que seja o fator de unificação para a superação das dificuldades. Mas, ao mesmo tempo, a Casa não representa a diferença do país e é preciso, portanto, que seja a Casa da construção do diálogo e da unidade para que as diferenças possam ser superadas.

O Brasil é o país onde muitas vezes nos deparamos com o ambiente ciclotímico, hora da unidade e da coesão e hora da dispersão que espalha tudo e não consegue juntar nada. Creio que passamos por esse momento de centrifugação, de dispersão, das forças das idéias, dos caminhos, mas sou otimista, pois isso é recorrente na história do Brasil. Passamos da dispersão para a unidade e nesses momentos conseguimos superar as dificuldades e promover pelo menos um passo adiante na construção das transi-



Aldo Rebelo

ções que se fazem necessárias no Brasil. Nós temos um momento de crise política, de disputa acirrada entre partidos e facções e isso não é novidade no Brasil. É preciso ter paciência e perseverança para administrar esses momentos. Nós já vivemos momentos assim dessa história desde os tempos de José Bonifácio. Mas o país encontra os meios de construir e de superar as dificuldades. O Brasil superou com muito sacrifício o trauma da inflação, mas não superamos ainda o trauma e o medo do crescimento da economia, pois o crescimento ainda paralisa e se podemos dizer com seguran-

ça que o crescimento não resolve todos os problemas de nosso país, precisamos entender que sem crescimento não resolvemos problema nenhum, pois ele pelo menos nos dá uma chance de superar alguns desafios.

Sem crescimento não temos nada. Creio que precisamos superar por etapas aquilo que paralisa as forças materiais e espirituais que podem fazer o Brasil voltar a crescer. Acho que crescimento foi retirado do imaginário da própria sociedade. Valorizou-se apenas um aspecto, que deve ser reconhecido e valorizado, a estabilidade, mas ela sem crescimento, não resolve nosso problema. Devemos nos apoiar na estabilidade alcançada, sem questioná-la e, a partir dela, encontrarmos os caminhos para crescer. Não se compreende que países que têm dilemas mais difíceis que os nossos cresçam a taxas mais elevadas que nós, e o Brasil, não. Precisamos recuperar o

imaginário dos governantes, dos políticos, intelectuais, acadêmicos, o valor e a possibilidade de o país voltar a crescer. Creio que precisamos no âmbito do Executivo e Legislativo, assumirmos o risco de promover mudanças que permitam ao país crescer.

Precisamos ter um diálogo mais permanente no dia-a-dia, onde a agenda seja acompanhada, onde as lideranças possam acompanhar um cronograma negociado, discutido, para que os obstáculos, no âmbito do Legislativo, possam ser superados, alguns com muita facilidade, outros em um processo mais demorado de negociação e de interesses diversos, mas isso também é possível. ■

Por: Miguel Jorge, jornalista, vice-presidente de Recursos Humanos e Assuntos Corporativos do Santander Banespa

Infelizmente, neste limiar do século XXI, ouvem-se ainda vozes correntes, no País, a dizer que brasileiros brancos, pardos, mulatos e negros nascem desiguais e desi-

guais serão para sempre, considerando-se grau de inteligência, capacitação profissional e condição de saúde, entre outros itens.

Vozes desprezíveis e que trazem, entre seus muitos conceitos, a idéia esdrúxula de que os Estados Unidos, por exemplo, são mais avançados do que o Brasil porque, a bordo do Mayflower, marco de

sua história, viajavam imigrantes anglo-saxões, de raça superior.

Quanta pobreza de interpretação, imaginada apenas para amesquinhar o papel do negro na formação da raça brasileira, e, sobretudo, quanto primarismo supostamente científico ou antropológico para explicar eventual superioridade ou inferioridade de uma sociedade sobre outra! Pior é que esse pauperismo – para dizer o mínimo – vem de muito longe. Veja-se que, já em 1897, o então ministro da Indústria – e depois da Fazenda - Joaquim Murtinho, em célebre documento, advertia o governo que o Brasil não se industrializaria como os Estados Unidos por lhe faltar as “aptidões superiores da raça americana”!

O mais incompreensível nesse tipo de colocação racista e vergonhosa,

que ainda alimenta nossos preconceitos, é o fechar de olhos para uma realidade que nos mostra, dia-

riamente, em todo o mundo, que povos de todas as raças – independentemente do meio físico, das condições climáticas, da situação geográfica etc. – podem criar desenvolvimento com justiça social.

Para isso, basta que descubram seus próprios caminhos, o que não aconteceu aqui (exceto esporadicamente), porque o Estado brasileiro e parte da sociedade civil, especialmente as chamadas elites – mas num processo que também permeia boa parte de nossa classe média – tentam nos instilar o conceito de que temos uma democracia racial, enquanto negam ao negro crescimento e bem-estar.

Grosso modo, talvez isso decorra de nossa maneira de ser sempre anti-qualquer coisa, e no mínimo, anti-alguma

Racismo como enfrentá-lo?

coisa - ou, dizia o velho humorista e jornalista carioca Dom José Cavaca, de sermos “um povo sem preconceitos, exceto contra negros, judeus, divorciados, estrangeiros e muçulmanos”.

Nesse contexto, teremos que reaprender dia após dia, não apenas com carnaval e futebol, mas principalmente no nosso emocional, que aos brasileiros de todas as raças – e não só aos negros, pardos, mulatos, cafuzos e mamelucos – devemos a “culpa” de nossos avanços e fracassos.

É o que a sociedade brasileira vem procurando fazer – inclusive os responsáveis pela revista *Afirmativa* – ao nos obrigarmos a reconhecer que, apesar de os preconceitos raciais terem sido bastante atenuados no País, e de admitirmos que, um dia, possam vir a de-

saparecer, ainda há um longo caminho a percorrer para o resgate desse passivo social e psicológico.

Em relação às instituições do Estado brasileiro, e a um governo que se diz popular sem ser populista, o momento é oportuno para se ordenar ações e programas que contribuam para a inserção dos negros marginalizados na cidadania. Numa sociedade justa, por exemplo, as leis têm que ser aplicáveis aos brancos e aos negros, assim como aos ricos e aos pobres. Isso, infelizmente para toda nossa sociedade, e na imensa maioria dos casos, ainda não ocorre neste País. Basta ver os choques de classe social que se espalham pelos tribunais de todos os tipos, favorecendo os brancos, especialmente se tiverem recursos para pagar advogados, em detrimento desses últimos.

Da mesma forma, para que uma sociedade digna reduza a desigualdade social, é necessário que seu mercado de trabalho, de bens de produção, de serviços etc., seja aberto a todos os cidadãos, brancos, negros, mulatos ou de qualquer outra cor, raça, procedência e crenças religiosas e políticas.

Contudo, o que ocorre entre nós é que os negros, mesmo os mais instruídos, precisam fazer verdadeiros malabarismos para burlar as portas que lhes são vedadas por preconceitos culturais e sociais – em capitais de população de esmagadora maioria negra, parda e mulata, como Salvador, de 81,8% dessas cores de pele, apenas 10,3% deles ocupam cargos de chefia em empresas. No caso dos não negros, esse número é de 29,6%, mais de três vezes maior.

Chame-se isso do que quiser – de discriminação, de preconceito ou de racismo. Mas o fato é que salta à mente de qualquer um que esse tipo de problema ainda desafia o Brasil miscigenado



Miguel Jorge

e pluralista, cuja sociedade já deveria estar totalmente madura para se libertar dos seus conflitos e se orgulhar da própria identidade.

É inegável que se compreenda ainda existirem grandes diferenças de classe e de condições entre os grupos sociais, entre muitos outros problemas oriundos de nossa formação histórica.

Mas o que não podemos é continuar aceitando, especialmente com a passividade que temos demonstrado – que eles continuem essa tendência de se eternizar.

E é isso, exatamente, o que acontecerá – ou se aprofundará – se cada brasileiro não se dispuser a enfrentar essa questão cada vez mais candente, nos seus aspectos emocionais e práticos.

Mesmo num mundo de desigualdades sociais e econômicas, no qual sempre haverá pessoas mais aptas e pessoas menos aptas, não há qualquer desculpa para que cada um de nós e todos os brasileiros não lutem contra essas desigualdades, sobretudo quando a ela se associam fatores raciais. ■

Contra preconceito: educação e participação política

Por: Marta Suplicy, ex-prefeita de São Paulo

Uma sociedade é mais ou menos avançada em função da maneira como as minorias, as mulheres, os idosos e as crianças são tratados. Se prevalecerem a tolerância e o respeito, haverá avanços; se a discriminação e o preconceito imperarem, haverá retrocesso. No Brasil, caminhamos muito, mas precisamos ir adiante, afinal, a sociedade que queremos é a mais avançada possível. Sem dúvida, a principal trincheira desta luta que travamos é a da educação.

Mesmo com as conquistas obtidas a partir do protagonismo dos próprios negros na luta contra a discriminação, ela continua presente na nossa sociedade e nos surpreende como começa cedo na vida das pessoas.

Pesquisa etnográfica realizada pela professora Elaine Cavalleiro mostrou que, na década de 90, perversamente, crianças negras de 4 a 6 anos foram levadas a construir uma identidade negativa em relação ao seu grupo. Ao mesmo tempo, o estudo identificou o sentimento de superioridade assumido pelas crianças brancas em diversas situações, atitudes preconceituosas e discriminatórias. Isto nos faz refletir: como crianças de 4 anos já se encontram impregnadas de preconceitos?

As crianças têm preconceitos porque a história dos negros no Brasil é repleta de episódios de violações e ultrajes. A libertação dos escravos, há quase 120 anos, foi feita atendendo outros interesses que não os da inclusão social. Atravessamos o século passado com sérias dificuldades para, sobre terra arrasada, começar

a construir identidade, auto-estima e mais oportunidades. Em meio à miséria, pouco se fez. Mais recentemente, depois de muitas lutas, a partir da redemocratização do país e nas bandeiras de partidos como o PT, mais lentamente do que gostaríamos, obtivemos vitórias contra o preconceito e a favor da inclusão social, resgates de cidadania.

Contudo, é imperativo avançar mais. Índices de desigualdade racial criados pela Fundação Seade apontam que o número de analfabetos entre negros e pardos (17%) é mais do que o dobro do apresentado pela população branca (7,5%). Em 2004, segundo a Seade, os estudantes brancos de 18 a 24 anos do ensino superior somavam 46,6%; entre os negros e pardos da mesma faixa etária, esse percentual caía para 16,5%.

No Estado e na região metropolitana

de São Paulo, o desemprego é sempre maior na população negra. A população branca ocupada recebe mais que a de negros e pardos. O rendimento médio nominal dos ocupados negros, de 15 anos ou mais, era de R\$ 616, em 2004, enquanto o rendimento dos brancos era de R\$ 1.037.

Embora o preconceito seja crime, até na prestação de serviços de saúde ainda verificamos diferenças significativas. Deise Benedito, secretária-executiva do Fórum Nacional de Mulheres Negras, cita uma pesquisa realizada recentemente no SUS do Rio de Janeiro, segundo a qual as mulheres negras esperam duas vezes mais do que as brancas na hora do parto.

Os 3,5 milhões de africanos negros, escravizados durante 300 anos, construíram, ao lado de brancos, índios e migrantes de todas as partes do mundo, uma pátria multirracial. O Brasil é fruto de uma rica mistura cultural e étnica. Deveria, portanto, em seus indicadores sócioeconômicos, apresentar oportunidades de acordo com esta composição.

Das ações já realizadas para vencer as dificuldades de um ciclo vicioso de pobreza, desemprego, baixa autoestima, exclusão, o investimento em educação tem sido a ferramenta mais eficiente. Na cidade de São Paulo, entre 2001 e 2004, a prefeitura realizou um governo voltado à implantação de políticas sociais e educação inclusiva. Como resultado, uma criança matriculada numa escola da periferia passou a render o mesmo que um estudante da região central. Antes, rendia três vezes menos. Em âmbito federal, o governo do presidente Lula tem



Marta Suplicy

feito muito para que se vençam desigualdades como esta que assistíamos em São Paulo.

Em 2003, Lula criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, iniciativa inédita para promover a integração e combater as desigualdades. Adotou a concessão de bolsas de estudos para assegurar a permanência de alunos de baixa renda

na universidade, pelo programa ProUni (Universidade para Todos), que já beneficia 92 mil estudantes negros, e defende a política de cotas para as universidades públicas.

É assim, com ações afirmativas, ampliando-se o acesso à educação de qualidade e a participação política da população negra, que o Brasil vai vencer as desigualdades e os preconceitos. ■

Um banco que entende de dinheiro é bom, mas é basicão.



Talão de cheques
é basicão.

Talão com papel
ecologicamente correto
só no Banco Real.

Pablo Grecco,
funcionário do Banco Real



Andréa Lemos Pinho,
funcionária do Banco Real

Atender empresas
é básico.

Planejar o crescimento
sustentável delas aqui e fora
do Brasil é bem melhor.



Mariuza Rocha,
funcionária do Banco Real

Emprestar dinheiro
é muito básico.

Dar 10 dias sem juros
por mês no Realmaster*
para você gerenciar
melhor a sua vida
é coisa do Banco Real.



José de Quintal Júnior,
funcionário do Banco Real

Ter fundos de investimento
é o básico.

Criar o Fundo Ethical,
o primeiro com ações de
empresas com boa
governança corporativa e
socioambientalmente
responsáveis, foi idéia
do Banco Real.



Marcia Regina Rocco, Marlene Batista
e Valério João Mugnol, funcionários do Banco Real

Faça algo de real pela sua vida.
Venha falar com a gente.

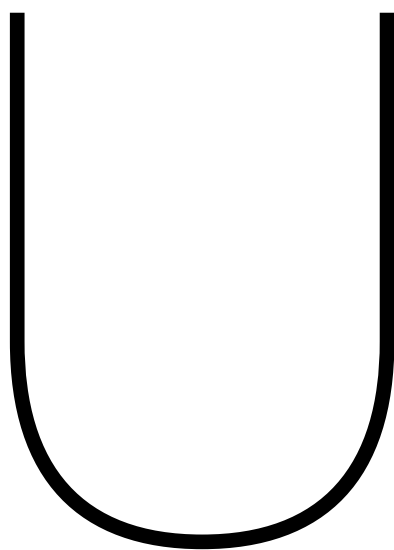
A gente aqui no Banco Real não se contenta mais com o básico. E você?

www.bancoreal.com.br

Fazendo mais que o possível

BANCO REAL
ABN AMRO

*Sujeito a análise e aprovação de crédito. A partir do 11º dia, serão cobrados juros por todo o período.



ma doença chamada preconceito

Por: Vicente Paulo da Silva, deputado federal (PT/SP) - e Laércio Lopes da Silva - Juiz do Trabalho - TRT/SP

Estudos de novembro de 2005 revelaram dois Brasis, um Brasil “branco” e um Brasil “negro”. Na análise do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, se os negros brasileiros formassem um país, ele ocuparia a 105ª posição no ranking que mede o desenvolvimento social no mundo, enquanto o Brasil “branco” seria o 44º e o unificado seria o 73º. Se brancos e negros formassem países separados, seriam 61 posições de diferença, como apresentado pela imprensa, em novembro de 2005. O estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada mostra que as negras sofrem tripla discriminação: racial, de classe e de gênero e têm renda média mensal de R\$ 279,70 enquanto um branco recebe a média de R\$ 931,10, dados estes com base no ano de 2003.

Os estudos ainda revelam dados alarmantes, considerando-se bem-estar, po-

sição nos cargos das empresas e acesso à escolaridade. Em outro aspecto, lançados à própria sorte, mais de 90% dos moradores das favelas e cortiços e mais de 70% dos mendigos são negros e negras, o que representa milhões de brasileiros, sem a mínima presença do Estado, sem água, luz, saneamento básico, lazer, vivendo em condições insalubres e encurralados pela violência urbana. Este é o mais acabado inventário da situação do negro no país.

Resultado dos mecanismos criados pelas classes dominantes para manter o negro na marginalidade, os dados são a constatação de que os instrumentos de segregação da comunidade negra foram sendo mantidos e aperfeiçoados ao longo dos séculos para cumprir um objetivo maior: manter a supremacia de uma raça sobre a outra.

A luta contra o racismo no Brasil é diversa de todas as demais lutas travadas pelos trabalhadores e por todos os outros movimentos. Essa doença, chamada preconceito, contamina também outros movimen-

tos sociais e partidos de esquerda; quando não são contaminados, ficam insensíveis, e os partidos conservadores, quando muito, usam os negros para os seus interesses eleitoreiros. No movimento sindical também se constata dificuldades.

Reconhecemos que dentro dessas estruturas existem pessoas, ou grupos, que heroicamente lutam contra a discriminação. Parabéns às pessoas brancas que assumem essa luta, afinal combater o racismo é uma luta de todos.

Ao revés, temos poderosos adversários que insistem em dizer, sem explicação, que são contra as cotas para os negros. Temos exemplos eloqüentes de que até os grandes “democratas” brasileiros pouco se importam com a luta anti-racista, mesmo quando os direitos mais sagrados do povo negro são violados. Como no caso do Bar Bodega: três negros foram violentamente torturados para confessar um crime que depois se comprovou que não haviam cometido. Todos se calaram, no entanto, o mes-

mo não ocorreu quando a proprietária da Daslu foi detida, recebendo as mais diversas manifestações de autoridades. Esses exemplos mostram que o racismo desumaniza e elimina a compaixão das pessoas, que não conseguem manifestar os sentimentos mais nobres do ser humano quando as vítimas não são seus “iguais”.

O Estado e a sociedade não podem mais fazer vistas grossas de fatos concretos e alarmantes. Assim, Municípios, Estados, União Federal, poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público, demais órgãos estatais e empresas privadas que não traçam políticas efetivas de combate à desigualdade racial, estarão incorrendo em inconstitucionalidade, porquanto estarão descumprindo os objetivos fundamentais daqueles inscritos no art. 3º da Constituição de construir uma sociedade livre e igualitária, com desenvolvimento social, sem nenhum tipo de discriminação.

Avanços ocorreram com a instituição da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial pelo Governo Federal, mas queremos mais: Políticas mais efetivas e afirmativas para os negros, pois já se comprovou que as políticas universalistas não são suficientes para eliminação das diferenças que decorrem do racismo.

Não precisamos somente de ministros, juízes, deputados ou secretários de Estado negros, queremos nos ver representados na cúpula de todos os segmentos da sociedade: nas Forças Armadas, na Igreja, entre os Diplomatas, no Poder Judiciário, no Poder Legislativo, no Ministério Público, na OAB, nas universidades, nas estatais, nas empresas privadas e na mídia. Para tanto, as cotas são um primeiro passo, embora sofram tanta resistência, inclusive daqueles que sempre delas se beneficiaram.



Vicente Paulo da Silva

Certo também que nossa luta não deve reforçar o estereótipo do ‘negro dócil’ com a escravidão e o racismo, contudo nossas “armas” não podem ser as mesmas daqueles que nos discriminam. Cabe ao Movimento Negro, ao Estado brasileiro e a toda a sociedade tomar para si os caminhos para a erradicação das desi-

gualdades oriundas do racismo, para que possamos fazer cumprir efetivamente os desígnios constitucionais, participando desta jornada. Parabéns a CCJ da Câmara dos Deputados que aprovou as cotas para estudantes oriundos da Escola Pública. Que o Congresso aprove logo o Estatuto da Igualdade Racial. ■

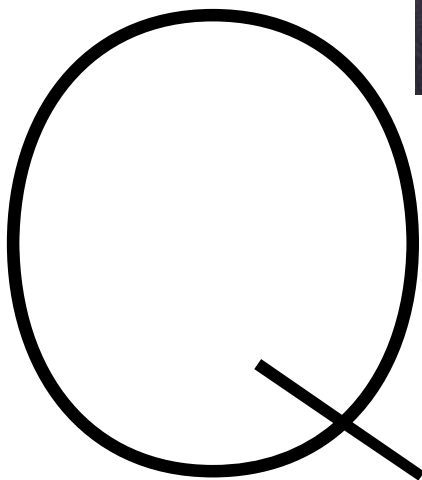
*Por: Cezar Degraf Matheus, Advogado,
Ouvidor do STJ - Superior Tribunal
de Justiça*

A história brasileira está a mostrar que, lamentavelmente, não reagimos ou não nos indignamos com as injustiças sociais como deveríamos ou poderíamos. Felizmente, essa não é a conduta da Afrobras. Há alguns anos venho acompanhando o grande esforço da Afrobras em tornar mais justa a nossa sociedade. É uma batalha enorme. Muitas vitórias já foram conquistadas, entre elas a Faculdade de Administração Zumbi dos Palmares, carinhosamente Unipalmares - Universidade



Cezar Degraf

b) a conscientização dos próprios negros de que é possível conquistar um lugar ao sol e realizar sonhos; c) tornar claro que a educação é a melhor ferramenta para o sucesso. Conquistas como essas, embora muito importantes, ainda são pequenas diante do abismo da desigualdade e exclusão social em todas as unidades federativas de nosso querido Brasil. Na verdade, é triste constatar que não conseguimos enxergar os benefícios sociais e econômicos da inclusão. Toda vez que um cidadão rompe a barreira da exclusão e passa a fazer parte do mercado consumidor, todos ganham. Ele e seus familiares ganham dignidade. O comércio e a indústria, mais consumidores. O Poder Público, mais impostos. A sociedade se fortalece. É isso mesmo: todos ganham! Já passou da hora de nascer uma grande campanha nacional de conscientização da sociedade civil, e dos empresários em geral, a respeito dos grandes benefícios sociais e econômicos da inclusão. Enquanto isso não acontece, o mínimo que podemos fazer é contribuir em nossa esfera de atuação contra a discriminação racial e a exclusão social. O exemplo da Afrobras é a prova viva de que esse sonho é possível. ■



Quando

todos

ganham

da Cidadania Zumbi dos Palmares. Outra grande vitória é a colocação no mercado de trabalho de afrodescendentes. Entretanto, as maiores conquistas, para mim, são: a) o envolvimento de personalidades importantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, grandes empresários e parte da mídia e das organizações não governamentais;

Sonho ou Pesadelo

Por: Maurício Pestana, cartunista e publicitário
www.mauriciopestana.com.br

Certa vez, conversando com o amigo e professor de sociologia da Howard University de Washington D.C., o afro-americano Olli Jonson, eu dizia que era inspiradora a marcha realizada nos anos 90 na capital americana intitulada Marcha de Um milhão de Homens Negros.

Mas sempre fiquei intrigado em saber como então pouco tempo conseguiu-se mobilizar tantas pessoas e fazer uma marcha de sucesso como aquela.

O professor Olli então me disse:

A grande liderança daquela marcha foi o senhor Louiz Farrakhan, um líder da comunidade afro-americana mulçumano. Eu estive lá, foi um momento muito importante para todos nós, negros: Washington parou naquele dia!

Em seguida lhe perguntei.

- Mas você não é mulçumano?

- Não sou, e divirjo de várias das posições do senhor Farrakhan, porém o dia em que eu vi aquele senhor na televisão, se dirigindo aos afro-americanos, dizendo mais ou menos assim: "Você, afro-americano, que está desempregado, ou mesmo trabalhando, mas se sente discriminado pelo sistema, você que mora nos lugares mais insalubres e nas piores condições, que são a maioria



Maurício Pestana

nas prisões, nas humilhantes filas do seguro social, nos..."

Enfim, o discurso era longo, dirigido principalmente para os excluídos deste país. De certa forma, aquele discurso tocou meu coração e fez com que eu e centenas de milhares de afro-americanos seguissemos para a marcha, pois aquele senhor conseguiu tocar profundamente os nossos corações.

Após aquela conversa sempre imaginei: será que um dia eu veria uma grande liderança da comunidade negra no Brasil tocar com um discurso o coração dos afro-brasileiros, uma vez que nossa situação também não é muito diferente? Somos a maioria entre os desempregados, somos também a maioria entre os pre-

sidiários, somos a maioria dos que moram em péssimas condições, a maioria dos excluídos e discriminados desta sociedade.

Durante muito tempo pensei neste assunto e imaginava que se um dia isso acontecesse no Brasil, não tinha dúvidas que a cidade propícia fosse São Paulo, pois, a exemplo de Washington D.C., é a cidade com o maior número de negros no país, com cerca de 3 milhões.

Mas logo sentenciava: difícil! Uma marcha mesmo que pacífica, reivindicadora, e oportuna, jamais pararia a cidade que nunca pára, uma cidade maior que qualquer grito, reivindicação, movimento ou clamor.

Quinze de maio de 2006, o que parecia impossível para qualquer cético ou sonhador aconteceu – São Paulo parou; a reivindicação: alguns aparelhos de televisão, a troca de cor de uniformes das prisões e, para começar, um cheese-picanha. A grande liderança não atacava os corações com discurso profundo e sensível, mas com ameaças e mortes. Foram poucas horas para as autoridades perceber que nem tudo, sempre, está sob controle.

Várias foram as lições que o 15 de maio deixou. A maior, sem dúvida, foi que carros blindados, bairros cercados, centros financeiros e seguranças particulares em nada puderam conter um poder obscuro cada vez mais forte, bem equipado, articulado e que cresce no terreno fértil da exclusão, do desrespeito, da insensibilidade, da violação de direitos básicos da pessoa humana.

A grande frase, a ser refletida para que não haja outros 15 de maio foi, sem dúvida, a do governador Cláudio Lembo, quando disse: "Nós temos uma burguesia muito má, uma minoria branca muito perversa. O cinismo nacional mata o Brasil."

Se isso que o governador disse não for levado a sério, o jeito é ficar torcendo e sonhando para que neste terreno fértil da exclusão apareçam lideranças pacíficas como Martin Luther King, Mahatma Gandhi e Jesus Cristo, além de outros. ■

A guerra dos nossos dias OU a guerra de todo o dia

*Por: Marco Aurélio Mendes de Farias
Mello, presidente do Superior Tribunal
Eleitoral e Ministro do Supremo
Tribunal Federal*

Há uma guerra acontecendo lá fora, noticiada diuturnamente, detalhe por detalhe, o que por vezes faz sobressair até as minúcias mais cruéis. As vítimas são milhares e, tão anônimas quanto desprotegidas, na maior parte dos casos não souberam ou não tiveram como reagir. Os arsenais não se ombréiam, dado o desnível e a desproporcionalidade que visivelmente os distanciam quer em se tratando de números, quer de tecnologia, como se, às centenas de fuzis e metralhadoras de última geração, contrapusessem-se cacetetes, estilingues, paus e pedras. O massacre avança de tal sorte e frequência assustadora que, ao passar do tempo, começamos a nos acostumar. Alguns já não enxergam com a mesma indignação a truculência dos métodos, a ignomínia dos propósitos, a covardia

dos embustes. Golias parece definitivamente demolido por Davi. Também, pudera! Golias encontra-se velho e cansado, além de gordo, surdo, cego e esclerosado, enquanto Davi aproveitou a trégua para se reciclar – tomou aulas com “renomados mestres”, contratou especialistas, com os quais aprendeu novas técnicas de gerência, adquiriu os mais modernos armamentos, enfim, aperfeiçoou a inata liderança, pois compreendeu a tempo que a concorrência não está para brincadeira.

O leitor já percebeu, claro, que aqui não se está falando do combate digital, asséptico e com efeitos em technicolor, patrocinado pela superpotência. Cuidado, isto sim, infeliz e surpreendentemente, da guerrilha engendrada pelo narcotráfico que invadiu as ruas do Brasil, um país de alardeadas tradições pacifistas, meio bonachão, talvez até relaxado demais. O preocupante é que toda a gente, de alguma forma, já se alarmou com esse estado de coisas. As autoridades esbravejam, o rebuliço é

constante. Contudo, Davi prossegue, devagarzinho e, pé ante pé, quem diria, agora quer nos roubar a Lua, só para lembrar Maiakovsk. Estrategicamente, começou por tomar os morros. Aos poucos vem ganhando os bairros, aliciando, para compor suas hostes criminosas, de maneira sórdida, justamente os mais valorosos guerreiros, os jovens. A fim de garantir algumas das privilegiadas posições que alcançou, esforça-se para cooptar pessoas influentes. E o pior: quando não consegue, mata-as.

O Estado-Golias agoniza. Pesado por tantos anos de inércia, movimenta-se com dificuldade, ineficazmente. As amarras burocráticas que secularmente o engessam impedem-no de proteger a população, principal mister a si confiado. Não obstante, à guisa de desculpa, resmunga, meio cínico, meio entediado, que não tem recursos para se reaparelhar, que precisa de tempo para estudar o assunto e chegar à solução satisfatória – afinal, trata-se de uma

guerra mesquinha, rasteira e desigual. Atordado, o Gigante, que nasceu em berço esplêndido, parece contradizer as nobres origens e, alvo cada vez mais fácil, como que diariamente desonra a si mesmo, num ritual macabro de autocomiseração e masoquismo, permitindo ou facilitando os ataques do inimigo outrora incapaz de grandes arroubos.

A automutilação do Estado brasileiro é o primeiro passo para a barbárie, ou será o último? Até quando subsistiremos, como nação livre, soberana e democrática, se aceitarmos compassivamente a eliminação inicialmente de agentes públicos – juízes, prefeitos, vereadores –, depois dos Poderes, instituições e valores, enfim, do próprio Estado? Até quando resistiremos aos ataques aviltantes e infames à nossa honra como cidadãos, como contribuintes honestos, probos e pacatos? Até que ponto a raiva deve inflamar os ânimos para que a indignação, mobilizando toda a sociedade – milhões em passeatas diárias, aos gritos, a extravasar genuíno e justificado medo –, desperte o Gigante desse sono letárgico, incitando-o à luta pela sobrevivência? O assassinato de dois juízes em dez dias parece ser a pedra lançada pelo estilingue de Davi. Golias resfolega, atônito. Ainda não caiu. Cena congelada. O filme parou aí. Cabe a nós, brasileiros, escolher o final. Se continuarmos desarticulados, discutindo o dever-ser, esperando a conjuntura ideal para a ação pertinente, a massa de excluídos da cidadania, órfãos do amparo constitucional devido pelo Poder Público, ocupará os vazios de autoridade deixados pelo Gigante-Estado, nutrida que



Marco Aurélio Mendes de Farias Mello

estará pelas benesses assistencialistas do comando criminoso. O momento de agir há muito já tarda. A partir de agora, poderemos perder, vez por todas, o controle da situação.

Busquemos as causas, não os efeitos. A ousadia, o cinismo e o deboche dos bandidos não se exacerbaram por inexistir um sistema legal punitivo severo. A Lei dos Crimes Hediondos confirma a tese de que não adianta majorar, tampouco endurecer o regime de cumprimento das penas. Antes, a omissão do Estado – desviando-se do bem comum, não proporcionando aos cidadãos condições mínimas de subsistência digna, no que se incluem objetivos fundamentais, como segurança, saúde, educação –, resultou no aprofundamento das desigualdades sociais – escara que a todos os brasileiros envergonha e humilha – cujo preço é o recrudescimento sem peias da violência urbana e até rural.

Sim, a legislação penal em vigor é suficiente. O que falta é sanar os vícios na

infra-estrutura carcerária e policial do País. Não dá para escapar do óbvio – é urgente e preciso que se enfrente de vez a corrupção, desfazendo nós górdios, como a obsolescência do modelo de segurança em uso. Claro está que a responsabilidade, neste caso, compete às polícias – civil e militar –, nunca ao Ministério Público e ao Judiciário. Estes, ao contrário, prescindem de mártires, dispensam intimidações de qualquer natureza. Um Judiciário sem independência é como um governante sem poder, de nada serve e talvez em muito atrapalhe.

Há que se reaparelhar as polícias brasileiras, dar-lhes dignidade, estatura, meios para atuar com desembaraço e brio. Dizem que a Scotland Yard é incorruptível. Pois bem, quanto se lhes paga? Como se trata um policial europeu? Decerto não da forma jocosa, leviana e ofensiva como se vem ensaiando por aqui. Cumpre rapidamente atualizar a política penitenciária, modernizar-lhe a administração, garantir a transparência de métodos, a proibidade das ações e a utilidade dos fins almejados. Não basta transferir presos de um lado para outro, de modo flagrantemente atabalhado, a demonstrar a visível confusão das autoridades, a notória falta de estratégia, enfim, a ausência de soluções para problemas antigos, agora definitivamente insuportáveis.

Como num jogo virtual, contamos com a prerrogativa de optar pelo desenlace do filme. Creio piamente num final feliz. Guimarães Rosa profetizava que, onde há uma vontade, sempre existe um caminho. Façamos, pois, o caminho, já que ninguém mais pode olvidar a vontade. ■

Igualdade racial:



que as empresas
precisam fazer

Oded Grajew é presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

Nesta época de Copa do Mundo de futebol, os negros se encontram muito bem representados dentro da seleção nacional. Com tantos craques brasileiros sob as luzes da mídia mundial, parece mais fácil acreditar naquele velho clichê segundo o qual o Brasil é um grande exemplo de democracia racial. Porém sabemos que nossa sociedade, em suas vias capilares, é bem menos igualitária do que em sua face voltada para o sol, que é o mundo do espetáculo.

No mercado de trabalho, brancos ainda têm preferência para cargos de maior prestígio e remuneração. As decisões empresariais, no século XXI, ainda estão impregnadas de

preconceitos que remontam aos tempos coloniais e imperiais. Essa situação que se formou lá atrás, no Brasil das sinhás e das carruagens, ainda reverbera neste país de elevadores climatizados e tecnologia digital. E, se vemos os gráficos em forma de barras e pirâmides que expressam indicadores socioeconômicos, descobrimos ali a forma difusa de um pelourinho.

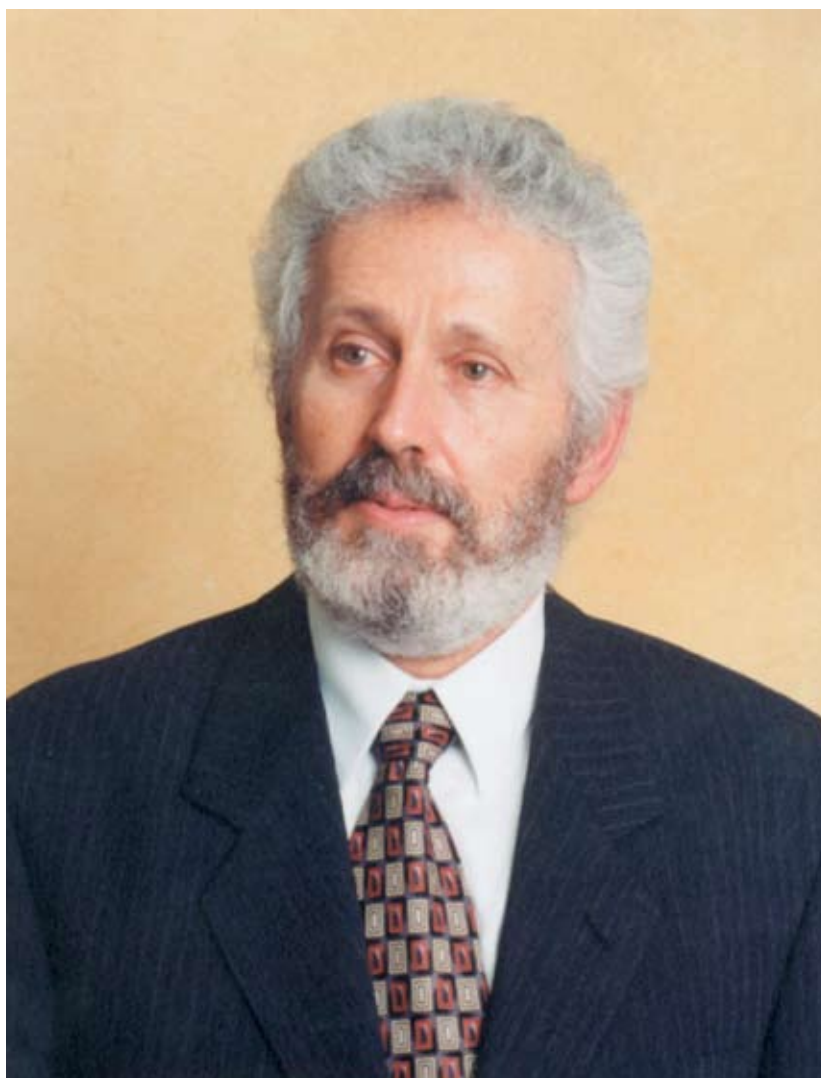
Em 1960, as rendas médias de um homem preto e de um homem pardo correspondiam respectivamente a 60% e 57% da de um homem branco. Em 1976, esses percentuais, já preocupantes, caíram para 38% e 44%. Isto quer dizer que, mesmo durante o chamado “milagre eco-

nômico” as desigualdades raciais se aprofundaram. Tais índices aumentaram no final do século XX (45% e 46%, respectivamente, em 1999), porém dentro de um cenário bem menos promissor, no qual a renda per capita não evoluiu e houve retração no mercado de trabalho. Foi uma vitória de Pirro, do ponto de vista da democracia racial.

A ascensão econômica dos negros brasileiros e o exercício de seus direitos de cidadania são dificultados pelo baixo acesso à saúde e à educação. Mesmo nos casos de pessoas de escolaridade equivalente (e em qualquer faixa, incluindo a pós-secundária), o negro recebe cerca de 30% a menos

que o branco. Portanto, não é um diploma, em si mesmo, que iria resolver a questão. Há também o preconceito. E ele conspira até contra pessoas bem-sucedidas. Num banco de São Paulo, por exemplo, uma gerente negra era sempre tratada como uma serviçal pelos clientes que chegavam à agência e não acreditavam que estavam tratando com a própria pessoa com quem haviam combinado o encontro ao telefone. Pediam a ela para lhes servir cafezinho. Até que ela própria, por não agüentar mais, pediu demissão.

A condição feminina é um capítulo dramático dentro da questão racial no Brasil. Segundo dados da última pesquisa Ethos-Ibope, no universo das 500 maiores empresas do Brasil, em 2005, as negras eram apenas 655 entre as 8.149 mulheres em nível de gerência; e não mais que 8 entre as 190 mulheres em nível de diretoria. De acordo com a Pnad 2001, na faixa com até 1 ano de escolaridade, há um percentual de 4,7% de brancas contra 13,9% de pretas e 13,7% de pardas.



Oded Grajew

Se a raça negra ocupa espaços tradicionais nos esportes e nas artes, só agora o fenômeno se esboça no setor empresarial. Devemos ser otimistas: algo como 40% das grandes empresas já se deram conta de que as medidas em favor da diversidade estimulam a convivência diária, a criatividade, a flexibilidade interna e a própria imagem corporativa. Como a seleção canarinho, uma empresa brasileira só

tem a ganhar se tiver dentro dela as mais variadas colorações de pele. A diversidade é uma de nossas grandes riquezas. Trazê-la para dentro das empresas, investindo na capacitação e proporcionando condições iguais de desenvolvimento profissional, é uma forma de promover justiça social e contribuir efetivamente para a construção de um país melhor. ■

políticas públicas para jovens já!

Por: Milú Villela, presidente do Faça Parte - Instituto Brasil Voluntário, é empresária e embaixadora da Boa Vontade da Unesco, presidente do Museu de Arte Moderna e do Instituto Itaú Cultural

O Relatório Mundial sobre a Juventude 2005, divulgado pela ONU (Organização das Nações Unidas) no mês passado, revelou o quanto é difícil ser jovem no mundo urbanizado e globalizado, especialmente quando se vive em países em desenvolvimento, como o Brasil.

Além dos números, mas sem perdê-los de vista, o documento permite ao leitor mais sensível avaliar

o tamanho do desperdício de talentos, de sonhos e de energia de mudança que vem ocorrendo por falta de melhores oportunidades de educação, de trabalho e de lazer.

Na maioria dos casos, a juventude só se torna objeto de uma política pública quando associada a estereótipos negativos.

De um total de 1,2 bilhão de jovens em todo o mundo, 200 milhões sobrevivem com menos de US\$ 1 por dia, 88 milhões não têm empregos e 10 milhões possuem Aids. Populações maiores que as de muitos países começam a beber cada vez mais cedo, estão mais vulneráveis a conflitos armados, à violência sexual e às doenças sexualmente transmissíveis – pessoas com

idade entre 15 e 24 anos representam hoje a metade dos novos casos de contaminação do vírus HIV.

Esse é um quadro que exige decisões urgentes de governos, de empresas socialmente responsáveis e de organizações do terceiro setor.

As medidas necessárias são bastante conhecidas. Ninguém, em sã consciência, discorda delas.

Ou os países aumentam seus investimentos em políticas públicas voltadas aos jovens ou continuaremos reduzindo a pó os ideais de uma geração que pode fazer do mundo um lugar melhor para viver.

Mas é preciso que sejam políticas públicas propositivas, e não reativas. Na maioria dos casos, a juventude só se torna objeto de uma quando associada a estereótipos negativos, como a delinquência, a violência e o abuso de drogas. Jovem é solução, e não problema. É investimento, e não despesa. É ativo, e não dívida social. É protagonista, e não coadjuvante.

O que ele quer e precisa é de políticas que lhe assegurem uma escola acessível e de qualidade, formação profissional adequada, oportunidades dig-

nas de trabalho e renda, alternativas de lazer saudável e aconselhamento sobre reprodução e saúde sexual. O jovem necessita de apoio, atenção e perspectivas de auto-realização.

Sem esse mínimo, nada garante que ele deixará de ser objeto de estatísticas preocupantes e vítima preferencial de um ciclo vicioso que, a rigor, compromete o futuro dos países.

Ciclo, sim, porque é uma situação que se arrasta e tem piorado ao longo do tempo. Vicioso, sim, porque os seus efeitos não interessam a ninguém. A sociedade perde com eles. O mundo perde com eles. Ou eliminamos as variáveis que ajudam a manter esse ciclo ou não poderemos garantir aos nossos jovens direitos básicos de cidadania.

O estudo da ONU mostra ainda que a maioria dos problemas atinge indistintamente os jovens do mundo inteiro. O quadro, no entanto, é mais grave nos países em desenvolvimento.

Vejamos a situação no Brasil. Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), 1,6 milhão de jovens procuraram e não encontram emprego nas principais capitais brasileiras; cerca de sete entre os dez jovens mais pobres não conseguem trabalho porque não estão qualificados para ocupar as funções existentes.

Jovens sem educação e trabalho estão condenados ao subemprego, à subcidadania e, por tabela, a uma espécie de subvida marcada pela ausência de perspectivas e de ambições positivas. São os filhos que a ONU chama de uma “cultura impulsionada pela mí-



Milú Villela

dia”, não podem aspirar aos bens e valores cultuados por essa mesma mídia e, o que é mais grave, acabam perdendo um dos mais nobres direitos relacionados à natureza humana – o direito de sonhar.

Não surpreende, portanto, que os jovens sejam hoje as principais vítimas da violência no país, das mortes por armas de fogo, das guerras entre torcidas de futebol e das brigas de gangues.

Se já sabemos o que é necessário fazer para romper o ciclo, é hora de fazer. Que os governos em suas três instâncias, associados às empresas e organizações da sociedade civil, integrem esforços e recursos nessa direção.

Em nome do futuro do país e do futuro do mundo, precisamos urgentemente de políticas públicas para a juventude. ■

Opinião Pública e a

P olítica

*Por: Alberto A. Zvirblis, desembargador
do Tribunal de Justiça e membro da
Associação Juízes para a Democracia*

Para o exame da opinião pública é imprescindível, em princípio, ser examinada sua conceituação. Nada é mais mutável e incerto. A dificuldade em conceituá-la molda-se, muitas vezes, às manipulações políticas.

Se, muitas vezes, molda-se às manipulações políticas, daí talvez surja a dificuldade em conceituá-la, mormente se a relacionamos com política.

A política é tudo o que diz respeito aos cidadãos, ao governo de um país, enfim, envolve tudo que diz respeito à cidadania, ou seja, ao exercício da cidadania, cujo exercício fundamental é a opção pelo voto de um bom governo.

Para o exercício convicto da opção eleitoral, a convicção política depende da opinião pública, que se constitui no acordo de muitos de um país aos julgamentos a que cada indivíduo de per si chegou à própria

convicção sobre um assunto, no caso um assunto político.

Portanto, a opinião pública caracteriza-se pela anuência de muitos ou da maioria dos cidadãos quanto à convicção de um assunto político, que é objeto do tema enfocado.

Destarte, a opinião tem um sujeito que é o público. E todo público tem um motivo polarizador que o define e converte seus indivíduos como membros.

Para se sustentar uma mesma opinião não há necessidade de nenhum tipo de organização. Basta haver algum traço em comum com aqueles que, por diferentes modos, chegam a ter a mesma opinião. Mas isto não quer dizer que o sujeito de opinião não possa formar grupos mais ou menos organizados, que facilitem uma organização.

Tem ele de ser manifesto e notó-

rio e seu conteúdo será o mesmo da opinião em geral, mas adquire caráter público por ser conhecido por muitos.

O objeto da opinião é sua expansão que decorre da propaganda, isto é, da mídia.

Então, para a existência da opinião pública, as condições são: a) objeto sobre o qual se possa opinar, em controvérsia, que seja conhecido e que desperte o interesse de muitos; b) conjunto de pessoas que opinem sobre o mesmo assunto e tenham consciência dessa situação de coincidência; c) como resultado, cada sujeito, ao conhecer a opinião dos demais, exige de si a própria opinião, de alguma maneira, direta ou indireta; d) a opinião implica tomada de posição face a outras posições.

Enfim, a essência da opinião pública é a discussão. Ela nasce do debate

público, pois, como foi visto, seu objeto é a coisa pública. Ela não pode se restringir à esfera da intimidade familiar. Deve ser partilhada através de ação comunitária. Mas deve ser livre e não manipulada. Daí, o papel da imprensa livre e não da imprensa que vise à manipulação da opinião pública, que, manipulada e desinformada, deixa de cumprir seu papel de zelar pela moralidade da causa pública.

A manipulação, quando utilizada, significa desinformação, adulteração de uma informação objetiva, não visando divulgar a notícia de fatos com vista à informação de uma opinião livre, mas antes visando sabotar e deformar a informação para obter uma opinião pública condicionada, por ação ou por omissão, isto é, o silenciamento a respeito de um fato, mantendo, nesta hipótese, a opinião pública desinformada.

Na atualidade, pela facilidade dos meios de comunicação, é preciso se acautelar para que a opinião pública não seja desinformada.

Qual é a influência da opinião pública na política?

Para que a política seja a arma da cidadania, é preciso que os meios de comunicação não evitem a discussão sobre temas gerais e tampouco cerceie a crítica da opinião pública, mormente em relação à ética política, facilitando a discussão sobre a ética na política e demonstrar qual é o verdadeiro artífice da política, abnegado na luta em prol da causa pública. Cabe aos meios de comunicação, mormente em época de eleição, informar a opinião pública e



Alberto A. Zvirblis

não manipulá-la sobre o embusteiro e o demagogo.

Cabe, ainda, aos meios de comunicação permitir o conhecimento acerca da política de mercado livre, se ela soluciona, ou não, todos os problemas de exclusão social.

A opinião pública livre é a opinião pública autônoma em oposição à opinião pública heterônoma. Esta, sem autonomia, está sujeita à vontade de um Estado autoritário.

Para que se possa, portanto, usufruir uma opinião pública livre, não se deve esquecer que ela deriva de uma

estrutura livre e competitiva, com diversas fontes de informação. Exatamente a existência de uma pluralidade de órgãos de informação é que permite a existência de uma pluralidade de opiniões e discussões que são, sem dúvida, a essência da opinião pública livre.

A opinião pública livre se constitui na representação de fatos que compõem a realidade social de um país e os embates ideológicos dessa realidade social e são esses embates ideológicos que impedem a força coercitiva da manipulação da opinião pública. ■

Quando a infâmia venceu a cidadania

Por: Rosenildo Gomes Ferreira, jornalista da revista IstoÉ Dinheiro

O dia 15 de maio de 2006 ficará para sempre gravado na memória dos paulistanos. Foi nessa data que o medo, a irracionalidade e, porque não dizer, a infâmia, venceram a cidadania. Uma série de ataques criminosos, combinada com uma onda de boatos, formaram o caldo de cultura necessário para acender o pavio do pânico e da covardia. Sentimentos que nos deixam prostrados diante de uma realidade que não queremos (nem devemos!) aceitar e contra a qual nos achamos impotentes e sem forças para lutar. O remédio prescrito para esses casos nos últimos 30 anos tem sido acorrer desesperadamente para a “prisão” de nossos lares. O placar dessa espécie de jogo de retórica e de ações, em boa medida tresloucadas, que vimos desde a sexta-feira anterior, pode ser contabilizado de várias formas. Podemos usar, por exemplo, o número de mortos. Falou-se em 100 pessoas. Nessa conta estão suspeitos, policiais e gente que certamente estava no lugar errado, na hora errada. Podemos, ainda, ilustrar esse placar macabro com a aritmética dos atentados contra ônibus, prédios públicos e agências bancárias: foram 251 ocorrências.

Particularmente, acho que nenhum desses números é, de fato, importante. Quando daqui a 10, 20 ou 30 anos estiver rememorando esses dias com algum parente mais jovem, falarei, isso sim, da fragorosa derrota da cidadania. Da derrota de cada um de nós e especialmente da derrocada do coletivo. Falarei que a sociedade (uma parte por omissão, outra por interesse direto do ganho financeiro ou simplesmente pelo poder, em sua expressão mais canalha e covar-



Rosenildo Gomes Ferreira

de) acreditou que poderia construir um país cujo mote é a desigualdade, a opressão e, em última análise, a vingança.

Como antídoto para ações criminosas, de quaisquer natureza, fala-se em penas mais severas, encarceramento por longos períodos, pena de morte etc. Fala-se em armar a polícia, comprar carros, bloquear celulares, punir, punir... Como se a pena de morte e toda sorte de castigo cruel já não fossem componentes indispensáveis do fio que conduz a relação dos poderes constituídos com uma grande parcela da sociedade. Por outro lado, nenhuma palavra, nenhuma citação é feita no sentido de promover direitos, exigir o cumprimento das obrigações e também do estabelecimento da verdadeira Justiça. Não essa que está aí. Que é lenta, tardia e, em grande medida, falha.

Nós, integrantes da classe média e da elite

brasileira, que tanto gostamos de citar os Estados Unidos e as sociedades européias mais abonadas, poderíamos também copiar-lhes o modelo de Justiça, que a despeito de algumas imperfeições pune, independentemente da cor do colarinho ou do saldo bancário. Pune na medida certa. Vejamos o caso de Martha Stewart, famosa apresentadora de TV dos EUA. Julgada e condenada por uso de informação privilegiada no mercado financeiro, ela foi encarcerada por cerca de um ano. Apenas para efeito de comparação, algum de vocês, caros leitores, imaginam ver Hebe Camargo ou Ana Maria Braga presa no Carandiru por conta de crime fiscal, por exemplo?

Distribuir Justiça é importante. Mas não o suficiente. Para construir uma sociedade justa de fato é preciso adotar parâmetros mais harmoniosos nos demais “andares do edifício social”. Por que temos de aceitar um serviço público de má qualidade? Por que, nós que pagamos uma carga tributária pesadíssima, achamos normal ter de contratar segurança, previdência, educação e saúde privadas? E por que aceitamos passivamente um Estado que nos tira tudo e dá tão pouco de volta?

Não são, sem dúvida, questões simples de serem respondidas. Nem também fáceis de serem equacionadas. Contudo, é preciso que estabeleçamos primeiro os parâmetros da sociedade que queremos construir daqui para frente. Olhar para o retrovisor ajuda. Principalmente na hora de “mudar de faixa”. Mas, fixar os olhos no passado da “vingança estúpida”, como preconizam muitas cabeças coroadas e também pessoas comuns, poderá nos conduzir com maior rapidez ao mais derradeiro dos desastres: à vitória total e absoluta da infâmia! ■

Ativa e independente

Assim como a rainha de Sabá – majestosa e independente

– Lúcia Helena da Silva, proprietária da Ropahrara, moda exótica, faz questão de carregar dentro de si essas mesmas características. Aos 12 anos, estudando num colégio católico em Andrelândia, Minas Gerais, devido aos seus traços físicos (negra, cabelos compridos penteados em transa), Lúcia foi comparada àquela rainha, e recebeu o apelido de um missionário. “A história da rainha de Sabá encanta”, diz Lúcia Helena, mas não sem motivos. No reino de Sabá – também conhecido pelo incenso muito procurado – não havia miséria e o povo era sadio e feliz. Enigmática e sábia, a rainha visitou Jerusalém e levou muito ouro destinado ao Templo do Todo-Poderoso, para provar a sabedoria do rei Salomão.

Fascinada pela força daquela mulher, pela cultura da época, pelas pedrarias, pelas roupas e tecidos, pelo deserto e pela música que inspirou o nome Ropahrara, Lúcia resolveu criar trajes que remetessem todo aquele lado exótico. Formou-se em Contabilidade, para garantir a profissão e o dinheiro. Na prática, partiu para a realização dos seus sonhos. Em 1992, patenteou a sua primeira grife, a Podre de Chique, na cidade de Juiz de Fora (MG).

A ousadia e a falta de experiência foram péssimas aliadas que a levaram a abrir a sua primeira empresa, fabricando lingerie. Trabalhava madrugada adentro, pois durante o dia ocupava-se no escritório de contabilidade. Levou essa vida durante

dois anos até que faliu. A experiência teve um custo alto.

Mudou-se para São Paulo, arregaçou as mangas e começou vida nova. Em meio à década de 90, aos poucos comprou uma máquina de costura, os tecidos, as linhas e retomou o objetivo de vida. Embora com negócio pequeno, a formação em Contabilidade foi fundamental. “Um dos segredos do sucesso da Ropahrara”, reconhece.

Hoje, com 11 máquinas, a loja emprega no total 13 funcionários diretos, sendo seis no setor de confecção, fora os demais prestadores de serviço que contribuem para que a Ropahrara forneça, além de roupas em geral, calçados, bijuterias e outros acessórios de moda. “Tudo dentro da linha exótica, peças limitadas produzidas para a mulher moderna que deseja ser atraente, diferente”, diz a proprietária. Especializada em confeccionar peças exclusivas para artistas, algumas conhecidas do grande público (como Luciana Gimenez, Adriane Galisteu, Eliana e, recentemente, para a produção do Programa Pânico), no perfil das clientes encontram-se jovens, “até donas de casa na faixa dos 80 anos”, orgulha-se Lúcia Helena, igualmente, ao comentar os diversos e-mails que recebe, tanto de possíveis compradores como também de pessoas satisfeitas com suas mercadorias, muitas adquiridas há anos.

Com duas lojas, uma localizada há sete anos na rua Augusta (região central da cidade de São Paulo) e outra no bairro de Moema (três anos), Lúcia Helena, de

Empresária negra cria moda exótica e se diz realizada em seu próprio país



Lúcia Helena da Silva

origem humilde, negra, se sente realizada em seu próprio país. Recorda-se de ter enfrentado muita dificuldade e preconceito. Certa vez, ao solicitar informações de um equipamento que pretendia adquirir em uma feira técnica, o vendedor dirigiu-se ao seu acompanhante, homem e branco. “Situações semelhantes me aborrecem. Às vezes deixo de comprar, outras faço a aquisição de raiva. De certa forma, me tornei uma pessoa mais dura, fria”, define. Entretanto, ao entrar na Ropahrara e deslumbrar a moda exótica que ela cria, percebe-se facilmente que Lúcia Helena não tem esse comportamento. Muito pelo contrário, ela é ousada, ativa e independente. Afinal, faz por merecer o apelido de rainha de Sabá que ganhou na adolescência. ■

HSBC dá início às atividades do Instituto Solidariedade e apresenta primeiro relatório social da instituição

O HSBC Bank Brasil iniciou no final de março as atividades do Instituto HSBC Solidariedade, novo braço estratégico do Grupo, confirmando que serão mantidas as diretrizes em relação às ações de responsabilidade social que levaram o banco a conquistar, em 2005, o quarto lugar entre todas as empresas e o primeiro entre bancos no ranking das empresas mais efetivas do mundo em Governança Corporativa, elaborado pela revista norte-americana “Fortune”.

O grupo também apresentou seu primeiro balanço social no Brasil, país onde o HSBC investiu mais de R\$ 6 milhões na área social, seja por ações e projetos próprios ou pelo apoio a iniciativas de terceiros. Em 2005 foram apoiados 109 projetos, beneficiando diretamente 11.775 pessoas. Dentro de seus princípios de sustentabilidade, lançou produtos bancários socialmente responsáveis. Criados em 2005, esses produtos incluem o



Participantes das Olimpíadas HSBC Educação

HSBC Sustentabilidade Empresarial – um fundo de investimento atrelado ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) –, e o cartão HSBC Solidariedade. Primeiro cartão de crédito usado exclusivamente

como instrumento social no país, já proporcionou uma doação direta de R\$ 328 mil para a Pastoral da Criança, resultado da entrada de 51 mil cartões no mercado em apenas três meses de atuação. Para 2006, a meta é chegar aos R\$ 5 milhões no ano.

“O HSBC acredita que um banco deve assumir um compromisso ético com a sociedade e com todos os públicos com os quais se relaciona. Por intermédio de sua capacidade de geração de riqueza deve contribuir para o desenvolvimento econômico e social da coletividade em que está inserido. Como terceira maior instituição financeira do mundo, o HSBC busca seu sucesso embasado em três pilares: social, ambiental e econômico”, explica Hélio Duarte, diretor-executivo de Relações Institucionais do HSBC Bank Brasil e presidente designado do Instituto HSBC Solidariedade. Segundo ele, o crescimento do HSBC no Brasil vai possibilitar o aumento de sua atuação na área social, e a criação do Instituto e a publicação do balanço social vão ajudar nessa missão. “O Instituto reforçará esse trabalho e trará a transparência que essa atividade precisa”, disse.

De acordo com Hélio Duarte, a atuação do Instituto seguirá a orientação do Comitê de Responsabilidade Social do HSBC Bank Brasil e terá gestão própria, focada em projetos estruturados nas áreas de Educação, Meio Ambiente e ações na Comunidade, pilares da ação social da instituição em todo o mundo. Sua criação surgiu da ne-



Hélio Duarte

cessidade de profissionalizar ainda mais a ação de investimento social que vinha sendo feita e que crescia vertiginosamente. Outro objetivo a ser perseguido com a iniciativa é que o novo Instituto contribua para que os recursos sociais, gerados direta e indiretamente pelo banco, possibilitem que a área tenha uma fonte própria de recursos para o custeio de suas atividades. A instituição também se destaca no estudo realizado pela WWF e BankTrank – uma coalizão de mais

de 200 ONGs –, lançado em Davos, que analisou a performance de 39 bancos em todo o mundo em relação a políticas e práticas sociais e ambientais. O HSBC foi considerado um dos dois bancos mais efetivos do mundo em Responsabilidade Social, tendo conquistado essa performance por práticas que produzem benefícios sociais e ambientais objetivos, principalmente pela sua aderência e compromisso seguido na prática com os Princípios do Equador. ■

Afrobras vai à Copa do Mundo 2006

Ana Luíza Biazeto

Da Redação

O aluno de canto e percussão do Projeto Guri Pólo Afrobras/Unipalmes, Lucas Eduardo Silva dos Santos, 15, na partida do Brasil contra o Japão, dia 22 de junho, no Estádio de Dortmund, vai entrar na abertura do jogo com outros dois meninos brasileiros: um do Grupo Cultural Afro Reggae e outro do Instituto Ayrton Senna, carregando a bandeira do Brasil, e todo o orgulho e a paixão dos brasileiros pelo futebol, a convite

Lucas vai realizar a
vontade de milhares de
brasileiros:
pisar em gramado
alemão em plena Copa
do Mundo de 2006

da Coca-Cola Brasil, na promoção “Leve essa Bandeira”.

A viagem está marcada para 15 de junho, quando Lucas embarca com a mãe, a dona de casa Magali Tobias Domingos, rumo a Alemanha. “Estou ansioso. Imagino as cidades e os hotéis sofisticados e uma cultura bem diferente da nossa”, descreve irrequieto. “O que mais penso é nos jogadores, principalmente no Ronaldinho Gaúcho, que, apesar de



Lucas Eduardo Silva dos Santos

ser o melhor do mundo, continua humilde, sorri, enquanto nas partidas é incomparável”, fala, enquanto almeja ser tão bom e simples quanto o camisa 10 da Seleção Brasileira de Futebol.

Lucas não só admira a arte que faz o país parar com os olhos vidrados em televisores, telões ou estádios. O ga-

roto da 8ª série do ensino fundamental, morador de uma casa de poucos cômodos, no Glicério, São Paulo, também pratica o esporte. “Joguei no Tia Eva (Comunidade Esportiva do Glicério), no Corinthians e na Portuguesa”. Do último citado, saiu no início do ano, devido ao diagnóstico de sopro no coração.

Com o pai César Eduardo Silva dos Santos, guardador de carros, que já jogou em 14 times, como Bragantino, Sergipe e Embu-Guaçu, o adolescente pôde ver Dida, Roberto Carlos, Ronaldinho, Roque Jr., Marcos, Gustavo Nery, e outros titulares da seleção jogar. “Apesar de ser corintiano, fui em vários jogos, não pelo time, mas pelo futebol daqueles craques.”

De acordo com Lucas, o pai conta as viagens que fez às 25 cidades brasileiras que conheceu e a emoção de ver e ouvir os fogos de artifício quando o time que jogou entrava em campo. “Hoje, ele não gosta de ir mais aos jogos, porque tem muita saudade”, diz ele do pai, que se aposentou devido à fratura no tornozelo.

À toa não aconteceu o amor pelo futebol. César Eduardo tornou-se o ídolo e o exemplo para Lucas, pois “tudo o que ele conta é admirável. Quero começar como ele, em time pequeno, mas depois quero vestir a camisa do meu time ou outro grande de São Paulo; penso no Barcelona, no Madri ou outro da Europa”, almeja.

Segundo a diretora executiva da Afrobras, Ruth Lopes, todos os integrantes do Projeto Guri foram chamados para a seleção, onde cada um falou um pouco da própria vida. No entanto, Lucas foi quem mais se destacou. “Restaram seis analisados pela banca examinadora, mas Lucas sonha em ser jogador, a família é toda envolvida com este esporte. O pai lembra com ele para treinar às 5h. Tudo isso nos chamou atenção e nos fez escolhê-lo”, descreve.



“ Ronaldinho
Gaúcho,
apesar de ser o
melhor do
mundo, continua
humilde ”

Lucas, a mãe Magali e a irmã Larissa

A Afrobras orgulha-se, de acordo com Ruth, por ter sido convidada pela Coca-Cola para participar do projeto, pois “a empresa convidou organizações de porte nacional que foram reconhecidas pelos trabalhos desenvolvidos”. Segundo Lucas, o dinheiro também é importante na carreira futebolística. “Se ganhar bastante dinheiro, penso em dar para minha avó, cega de um olho por causa do diabetes”, relata, aborrecido, e acrescenta que quer comprar quatro casas, uma para a própria família e as outras três para cada irmã do pai.

O interesse musical, especialmente pela percussão, está relacionado com a bola e o gramado. “Para ser jogador tem que saber tocar percussão.”

Único de São Paulo beneficiado pelo programa da Coca-Cola, Lucas, também participa de atividades na Fundação Orsa e, segundo Ruth,

“ambas [Orsa e Afrobras] se uniram para viabilizar a ida dele para a Alemanha”.

Para o presidente da Afrobras e reitor da Unipalmes, José Vicente, a ida do garoto significa o acerto da instituição na estratégia de valorização da negritude e também um prêmio ao seu empenho e determinação na construção deste caminho. “Fundamentalmente, serve como fonte de inspiração para que tantos outros jovens continuem acreditando que é possível transformar os sonhos em realidade”, expõe.

O “Leve essa Bandeira”, promovido pela marca Coca-Cola, vai reunir na Alemanha jovens de 23 países. No Brasil, a empresa decidiu destinar seis das 12 vagas para jovens de projetos sociais. Os seis escolhidos (veja abaixo) vão integrar atividades que reunirão cerca de 300 jovens. Todos eles assistirão a dois jogos do Brasil

na primeira fase e, na partida contra o Japão, três deles ainda terão a honra de entrar em campo carregando a bandeira brasileira.

Lucas, o mascote da Afrobras/Unipalmes, vai à Copa da Alemanha e junto dele os nossos corações verde, amarelo, enfim multicoloridos, como a nação brasileira.

Veja a lista dos escolhidos da Coca-Cola:

Grupo Cultural Afro Reggae - Luiz Henrique Nascimento, 12 anos - Rio de Janeiro/RJ.

Instituto Ayrton Senna - Juliano Cece Bordela, 14 anos - Campo Grande/MS.

Afrobras - Lucas Eduardo Santos, 15 anos - São Paulo/SP.

Pastoral da Criança - Alaine Souza Damas, 14 anos, Presidente Vargas/MA.

Instituto Dunga de Desenvolvimento do Cidadão - Priscila Nolarte, 14 anos - Porto Alegre/RS.

Programa Coca-Cola de Valorização do Jovem - Aliny Pereira da Silva, 12 anos - Cuiabá/MT.



Foto: Rubens Chiril/Perspectiva

Por: Arnaldo Branco Filho, jornalista e professor universitário

Futebol é a paixão número 1 do cidadão brasileiro. Quem – quando criança – não correu atrás de uma bola, seja ela de papel, de pano, de meia, de borracha, de capotão?

Quem não sonhou um dia em ser um jogador de futebol?

Não tem jeito. O futebol está no sangue do brasileiro. O garoto começa a engatinhar e pronto. Ganha sua primeira bola e lá vai ele cambaleando em cima da redondinha, que serve de apoio para os seus primeiros passos. É o início do futebol moleque, uma exclusividade do talento brasileiro. Isso mesmo, o futebol moleque não é para qualquer povo. Ele é 100% made in Brazil.

Bem antes do garoto Dico, também conhecido como Gasolina, conquistar o mundo como Pelé, o futebol moleque imperava nos campinhos improvisados. Aliás, foram nestes campinhos de terra, areia, pedregulho, nas ruas, vielas, beiras do

mangue, na roça, na grama ou até mesmo em asfalto que nasceram jogadas geniais como a “bicicleta” de Leônidas da Silva, que o próprio jogador atribui como criação de Petronílio de Brito; a “folha seca” de Didi, cujo verdadeiro inventor foi Zizinho; o “drible elástico” de Rivelino, hoje

lizada pelo maior gênio da história do futebol, Édson Arantes do Nascimento, o Pelé.

Com a bola no pé, nosso moleque vira Rei. Foi assim com Canhoteiro, Dener, Cafu, Edílson e centenas de craques. E, cá entre nós, molecagem é molecagem. Existe coisa mais gostosa do que apreciar as irreverentes cobranças de pênaltis de Djalminha e Marcelinho Carioca, que – embo-

utebol moleque

tão bem executado por Ronaldinho Gaúcho; o “João Bobo”, criado pelo eterno Mané Garrincha; as “pedaladas” dos moleques Denílson e Robinho; e o “drible sem bola”, imorta-

ra recebam críticas de meia dúzia de amargurados – massageiam o ego do verdadeiro amante do futebol? Que os moleques do Brasil – a maioria, como fica exemplificado acima, de origem negra – sejam eternos!



Foto: Agência CBF

Fotos do Anuário Futebol Top Brasil, setembro de 2005, B2 Comunicação

Paixão pelo esporte

*Zulmira Felício
Da Redação*

Eliani Miranda da Costa Oliveira, a Lica Oliveira, apresentadora do programa Esporte Espetacular da Rede Globo, reconhece que através da arte e do esporte o afrodescendente consegue mais facilmente romper a barreira da invisibilidade. Nem sempre em outras profissões atinge-se esse resultado com a mesma facilidade. “O brasileiro é uma raça abençoada, tem a musculatura ideal para a atividade esportiva, superação, talento, paixão e alegria”, lista como ingredientes necessários que podem conduzir a pessoa ao sucesso profissional, tanto nos esportes, nas artes ou em qualquer outra profissão, mas é fundamental o incentivo para agregar valor ao material humano”, ressalta.

Lica Oliveira sabe do que está falando, sentiu isso na pele quando iniciou sua carreira de atleta do vôlei. Sempre teve o apoio da família ao longo dos 21 anos de dedicação ao esporte, sendo 16 anos como profissional. O apelido Lica surgiu exatamente nos bastidores do vôlei, modalidade em que se destacou na década de 80, quando atuou por 10 anos na seleção brasileira, disputando as Olimpíadas de Moscou e Seul. Jogou em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Itália.

No final da década de 90, seu marido, Chico Chagas (hoje diretor de esportes da Cufa - Central Única das Favelas e organizador da Libbra - Liga Brasileira de Basquete de Rua) trabalhava como técnico na Itália; enquanto isso, a ex-jogadora revezava moradia entre os dois países. Ficou grávida de Tobias (hoje com sete anos) e iniciou os estudos em Comunicação Social (anteriormente, já havia cursado Comércio

Apresentadora do Esporte Espetacular, ex-jogadora profissional, acredita que o Brasil reúne os melhores jogadores na seleção de futebol

Exterior e Fonoaudiologia, entre outros). Mais uma vez trancou a matrícula na faculdade e foi para a Itália para ser mãe. Por lá ficou dando aulas em uma escola de minivôlei.

Em 2001, regressou ao Brasil e voltou para a Comunicação Social da Estácio de Sá, com a certeza de que deveria concluir o curso. “O atleta tem dificuldade de conciliar os horários da atividade profissional com os estudos”, diz ela. Entretanto, Lica conseguiu. Agarrou até a oportunidade de atuar como atriz na novela Mulheres Apaixonadas, em 2003, após um aprendizado na oficina de atores da Globo.

Durante dois anos foi produtora do núcleo de comunicação da Faculdade Estácio de Sá, onde se formou. Fez campanhas publicitárias, teatro, eventos, sempre com o foco no telejornalismo e esporte. Somente em 2005, quando buscaram uma substituta para Glenda Kozłowski, que estava grávida, Lica teve a sua chance de apresentar o Programa Esporte Espetacular.

Perseverante, afinal, como ela mesma diz, “preciso trabalhar”, a apresentadora batalhou para conseguir realizar seu sonho. “Quando se tem talento e incentivo, as portas se abrem”. Talento que reconhece de sobra na Seleção Brasileira de Futebol. Muito embora tenha atuado em outra modalidade esportiva,



Lica Oliveira

ela se une aos milhares de brasileiros que vão torcer pelo hexacampeonato. “Em 1998, morando na Itália, percebi que o italiano, mesmo gostando de futebol, não tem entusiasmo igual ao nosso; esse sentimento faz parte do povo deste país.”

Com igual garra e perseverança, a ex-jogadora posiciona-se com firmeza diante do preconceito que ainda ocorre no esporte. Chegou a ser discriminada em situações banais. Dessa forma, sempre adotou a seguinte postura: ter pena do preconceituoso, pois o sucesso do afrodescendente também incomoda. “As pessoas têm que entender a nossa história [origem], muito mal contada, e aprender a se posicionar. Por isso, o trabalho da Afrobras é importante, uma vez que contribui para o esclarecimento das pessoas. Somos diferentes sim, é preciso saber valorizar as diferenças”.

Negros no futebol

Por: Deise Nunes, Miss Brasil 1986

Trazido da Inglaterra para o Brasil pela elite, por volta de 1880, o futebol foi, aos poucos, popularizando-se. Com o passar dos anos, transformou-se no maior fenômeno de massas do nosso país, que reúne negros e brancos, ricos e pobres, homens e mulheres. A apropriação do futebol como forma de lazer pelo povo foi uma das poucas vitórias dos segmentos mais humildes e populares sobre as pessoas com mais condições financeiras. Por este fator e, também, pela supremacia dos negros nos esportes, o futebol tornou-se um show de graça, de ginga, de alegria. E se o país pára a cada quatro anos para assistir à Copa do Mundo, muito desse espetáculo se deve aos jogadores mulatos e negros, que encantam as torcidas e transformam num verdadeiro show os gramados.

Primeiro o Rio Grande do Sul, depois o Brasil. Hoje, todos vibram ao assistir o desempenho de Ronaldinho Gaúcho, que se transformou em um ídolo mundial. Antes dele, Ronaldo Nazário levantou as torcidas na Copa de 2002, quando o Brasil conseguiu o Penta. A nossa Seleção Brasileira em todos os tempos é um retrato da população do país, essencialmente negra. Os Ronaldinhos, Cafu, Robinho, Romário, Roberto Carlos nos dias de hoje; Leônidas da Silva e Domingos da Guia nas décadas de 30 e 40; Pelé, um mito internacional desde 1960. Mas nem só dos grandes jogadores negros brasileiros é feito o futebol mundial. O africano Eto'o é referência na Espanha e divide com Ronaldinho Gaúcho a graça nos campos.

Outro africano, Roger Milla, mostrou ginga na Copa do Mundo de 1990. Ele comandou a surpreendente equipe de Camarões que se tornou o primeiro país africano a passar para a segunda fase de um mundial. Hoje, afasta-



Deise Nunes

do do futebol, Milla é embaixador da Unicef em seu país. Nascido no Suriname à época em que ainda era colônia holandesa, Ruud Gullit também participou do Mundial da Itália, em 1990. A seleção era a favorita, mas acabou desclassificada nas oitavas-de-final.

Essa constelação de ídolos do futebol aponta para uma realidade eloqüente: os negros dominam hoje a maioria dos esportes mais populares do mundo. Todos os recordes mundiais de corridas do atletismo que vigoram foram estabelecidos por africanos ou seus descendentes. São maioria na NBA, a milionária liga profissional de basquete dos Estados Unidos, bem como no futebol americano e no beisebol, os esportes mais praticados e de maior audiência na América do Norte. No futebol, ocupam cada vez mais espaço em times e seleções da Europa, um continente predominantemente branco.

Os negros representavam um terço da seleção francesa que venceu a última Copa do Mundo. Essa hegemonia gerou a realização de centenas de pesquisas em todo mundo e, entre as explicações, é que o esporte tornou-se um clássico instrumento de ascensão social para os mais pobres, aliada a uma outra explicação polêmica e até controversa: de que simplesmente a natureza criou os negros com maior capacidade para a prática esportiva.

Se por razões sociais ou se por capacidade genética, o que importa é a referência mundial que nossa raça conseguiu estabelecer no futebol. Nossos jogadores são disputados em todos os continentes.

O triste é que, mesmo considerados mitos e gênios da bola, enfrentam ainda o preconceito. No Campeonato Espanhol, torcidas chamaram o jogador Samuel Eto'o de "macaco" e cantaram músicas racistas. Ele contou com a solidariedade de Ronaldinho Gaúcho que, em protesto, ameaçou deixar o gramado. No Brasil, a prática também voltou a se tornar um hábito horrível nos estádios de futebol. Na Copa do Mundo de 1998, a seleção holandesa também protagonizou cena de racismo. O jogador Edgar Davids denunciou preconceito dentro do grupo e uma divisão entre os jogadores negros e brancos da equipe. Apesar de manchar a história do futebol, como qualquer outra prática de racismo, faltam poucos dias para o Campeonato se iniciar e precisamos ficar na torcida para que maus exemplos não predominem, tornando a Copa um momento de lazer e de pura alegria.

Curiosidades sobre a participação dos negros nos esportes:

- Entre 1960 e 1996, atletas africanos ganharam 41% das medalhas disputadas em provas de média e longa distância do atletismo nas Olimpíadas;
- Todos os atuais recordes mundiais de corridas do atletismo foram estabelecidos por africanos ou seus descendentes;
- 80% dos jogadores de basquete da NBA são negros.

Onde os negros não entram:

- Nunca houve um piloto negro na Fórmula 1;
- Somente dois negros já fizeram parte da elite do tênis mundial;
- Apenas três negros já estiveram no pódio da natação em Olimpíadas.

Demetrius Trindade

Da Redação

O jornalismo aconteceu quase por acaso, junto com a faculdade de Ciências Sociais, e a paixão por futebol foi se transformando em trabalho. Com mais de 35 anos de profissão, ex-diretor de redação de Placar e Playboy, Juca Kfourí é conhecido pelas críticas ferrenhas que faz à cartolagem do futebol brasileiro, o que já lhe rendeu várias ameaças, e pela defesa da ética e idoneidade no jornalismo. Acha que hoje em dia é difícil saber quem é

jornalista, quem é garoto-propaganda, quem é empresário de atleta, promotor de eventos, vendedor de placa de publicidade. “A promiscuidade entre jornalistas e cartolas é um caso sério”, ataca.

Atualmente, Kfourí apresenta o programa CBN Esporte Clube, pela rádio CBN, é comentarista na ESPN Brasil, e mantém um blog no portal UOL. Já está de malas prontas para embarcar para a Alemanha, onde realiza a cobertura de sua sexta Copa do Mundo in loco — acompanha o Mundial desde 1970. Juca recebeu a Afirmativa para um bate-papo sobre ética, racismo e, é claro, futebol.

Afirmativa — Como você avalia a questão da ética no futebol?

Juca Kfourí — É o caso de se perguntar onde? Não, não tem. O que tem de ética no esporte se resume a alguns atletas que respeitam o adversário ou respeitam o companheiro e procuram jogar limpo. O que está em vigor hoje é “quem for

Juca Kfourí

Sem papas na língua sobre ética, racismo e, claro, futebol

mais esperto que se dê bem”. É raro, por exemplo, você ver um jogador se acusar, dizendo que cometeu uma coisa ilícita. Tanto que quando isso acontece vira um estardalhaço. E é o que deveria ser frequente, usual. Mas não é.

Afirmativa — Recentemente, o Pelé afirmou, em uma entrevista, que estes casos de racismo no futebol são esporádicos. O que você acha disso?

Juca Kfourí — O Pelé defende aquela velha bobagem de que o que existe no Brasil é preconceito social e não racial. E diz que nunca foi discriminado por ser negro. Não é possível que ele não se dê conta de que desde sempre foi tratado como uma pessoa especial, “quase branco”. Eu digo sempre o seguinte — para verificar até onde vai o preconceito, e não é só o racismo,

preconceito das mais diversas formas —, faço a pergunta: “se sua filha te apresenta o namorado e ele é negro, como isso soa para você?”. Eu digo com toda tranquilidade do mundo, do mesmo modo que se fosse japonês, branco ou índio. Eu só quero saber o que pensa e o que faz. Da mesma forma na relação sexual. Eu quero ver meus filhos felizes. A questão não é racial e sim de integridade.

Afirmativa — E em relação aos casos de racismo no futebol, o que você acha?

Juca Kfourí — O que se fez de demagogia no “caso Desábato”, para não dar em nada. (Grafite se envolveu numa polêmica ao acusar o zagueiro argentino Leandro Desábato de racismo após uma partida, pela Copa Libertadores, do ano passado. O jogador argentino acabou sendo preso e

teve de passar uma noite na cadeia). Tudo o que é demagógico e mentiroso acaba se esvaindo. Recentemente, o Antônio Carlos fez o que fez e a grita é muito menor. (O jogador foi expulso por ter agredido o adversário e em seguida acabou acusado de racismo por ter saído de campo esfregando os dedos no antebraço). Muitas pessoas alegaram “Mas ele tem amigos negros...”. Desde quando isso é critério? Quiseram aliviar o lado dele porque ele não era argentino, não era o Desábato, o que é uma outra forma de discriminação e preconceito.

Afirmativa – *Nós vemos com certa frequência estes casos de racismo no futebol, na Europa. Tem alguma solução viável?*

Juca Kfour – Eu acho que o racismo disfarça o movimento fascista, de extrema direita. Na realidade, a origem disso tudo é a falta de educação, a falta de entendimento de que todos fazemos parte da raça humana e que as distinções não são de raça, são de cor, ideologia, religião, meio de vida. Mas aí nós estamos lidando com a questão da intolerância. Agora, na questão esportiva, eu acho que deveriam ser punidos os que a manifestam, sejam atletas, torcedores, dirigentes e clubes. Com isso não podemos ter a menor complacência, porque estamos falando da tentativa de diminuição do próximo. Devem existir penas que punam com rigor.

Afirmativa – *A Coca-Cola, patrocinadora oficial da Copa, escolheu entidades parceiras, e a Afrobras é uma delas. No total, são seis jovens que vão assistir a duas partidas da Seleção no Mundial da Alemanha. Você é a favor destas iniciativas?*

Juca Kfour – Eu já tive uma posição bem radical a isso e hoje tenho uma posição mais branda. Tempos atrás, se fosse perguntado sobre o assunto, eu diria que estavam fazendo cortesia com o chapéu



Juca Kfour

alheio. Estão é querendo vender mais. Utilizam o lado social para vender mais e faturam horrores com isso. Eu aprendi nestes tempos que é melhor que faça isso para pelo menos um do que pra ninguém. Tem uma coisa no marketing social que me irrita muito. Porque quem quer fazer e ajudar não precisa falar pra ninguém. Vai lá e faz. Eu creio que no fundo estas empresas não estão fazendo generosidade nenhuma, estão é jogando em causa própria. Mas, se isso significar uma oportunidade na vida destes jovens, eles vão ser eternamente gratos. Paciência, faz parte do jogo.

Afirmativa – *Quais as chances da Seleção Brasileira neste Mundial?*

Juca Kfour – Se a Seleção jogar dez vezes com cada um dos adversários que vai enfrentar no Mundial, em campo neutro, ganha seis, perde duas, porque futebol é

assim, e empata as outras duas. Agora, Copa do Mundo é Copa do Mundo. E favoritismo é o que menos me preocupa. O time é maduro o suficiente para não calçar “salto alto”. Diferentemente das outras copas, quando em dúvidas a arbitragem resolvia em prol do Brasil; desta vez será contra. Vão fazer de tudo para que o Brasil não ganhe a sexta copa. Porque se ganhar, a chance de ganhar a próxima é enorme, porque a África é campo neutro e a oitava, se for aqui, maior ainda, já que não vai querer perder duas vezes jogando em casa. E aí acaba ficando monótono para os negócios. O Brasil, para ser campeão, vai ter que jogar tanto que vai ter que ganhar de bons times como Itália, Argentina, Holanda e México. Além do mais, vai ter que ganhar das arbitragens. Às vezes dá. Meu recado para a Seleção é: Brasil, cuidado com o apito.

C

anarinho:

uma vida de realizações!

Aloísio Ferreira Gomes não é pássaro, como sugere o codinome Canarinho, e a certa semelhança entre ambos: popularidade, paixão brasileira e canto, para quem ouviu ou vai ouvir.

Mesmo os mais próximos de Canarinho não imaginam o quanto o ator comediante de *A Praça é Nossa*, do SBT, no qual está desde o início, em 1987 [também trabalhou no programa que a antecedeu, *A Praça da Alegria*, criado por Manoel da Nóbrega, em 1956] ainda exercita o ofício que deu início à trajetória profissional. No dia 2 de maio deste ano, cantou tango, blues, entre outras canções e ritmos à diretora da Universidade Zumbi dos Palmares, Cristina Jorge, em visita à universidade, e durante a entrevista dada à *Afirmativa*.

“Meu apelido é Canarinho porque sou bonitinho...” (risos). Como já era de se esperar, Canarinho, de forma irreverente, deu início ao interessante bate-papo. “Trabalhei na Orquestra Típica Internacional, de Salvador, que só tinha estrangeiros que faziam música portenha e a internacional, e como eu cantava de tudo, inclusive tango, que tinha o uruguaio radicado em

Buenos Aires, Francisco Canaro como protótipo, eles se apaixonaram por mim. Começaram a me chamar de El Canaro, Canaro, Canário e, por fim, Canarinho”, esclarece o surgimento do apelido.

No entanto, além de Canarinho, outros nomes também substituíram o de registro. “Fui Janico, Rodapé, Moleque Saci, Malazarte, Garnisé”, diz sobre os papéis já vividos na televisão. “Como a metamorfose bem usada é forte, toda vez que interpretei um personagem, passei a ser visto como ele.”

Canarinho conta que após anos de ter feito o escravo Janico, numa novela de 1967 da autora Janet Clair, enquanto abastecia o carro num posto de gasolina, aproximou-se um rapaz e chamou-o de Janico. “Levei alguns segundos para achar quem era o Janico. Vi que era comigo e ele continuou: que prazer em ver você. Deixe-me pegar na sua mão. O seu personagem mexeu comigo.”

Ele é irmão de Marcionílio e João, com os quais perdeu o contato há anos, e também de Natália, colocada na roda de um convento pela dificuldade da mãe – que viu morrer aos 12 anos – em criar mais uma

criança. “Do meu pai não tenho nem a imagem, pois morreu quando eu era pequeno, porém sonho em reencontrar meus irmãos”, diz Canarinho, que é casado, tem seis filhos, seis netos e quatro bisnetos.

Os mais de 60 anos como artista foram iniciados pela “teimosia” de não ouvir o colega que lhe disse que ser artista era “pra branco do olho verde”. “Eu disse a ele: quando eu cantar, quem gostar de negro vai me ver negro, quem gostar de loiro vai me ver loiro, quem gostar de moreno vai me ver moreno.”

Em 1947 já era um profissional e cantava na rádio Excelsior da Bahia. “Eu cantei a vida toda, mas não profissionalmente. Nunca me arrebentei para ser reconhecido”, conta Canarinho, que também atuou em boates e dancings, e é cantor e autor de temas de novelas e outras músicas, como *Clarisse*, a mais recente que escreveu, gravada pelos Demônios da Garoa.

Foram 15 novelas, mais de 10 filmes, em diversas emissoras. Começou na TV Paulista, que em 1965 tornou-se TV Globo, com teleteatro e apresentação de programas variados, como os infantis “Brincadeira tem hora” e “No Reino da Garotada”.

O ator, através das músicas aprendeu idiomas, tornou-se autodidata. Fala espanhol, italiano, francês, inglês e alemão. “Aonde falar estes idiomas, eu não morro de fome”, brinca. “Quando me acontece qualquer problema ou aborrecimento, abro um livro de outra língua e vou reciclar”, aponta o estudo como ferramenta terapêutica.

Apaixonado pela vida, deixou de fumar assim que surgiram as explícitas campanhas contra o tabagismo e afirma que “só sabe o valor da vida quem vive bastante, pois pode olhar pra traz e ver o quanto já foi realizado”. Para Canarinho, enquanto há vida, há esperança e ainda mais vontade de viver. “Depois de notar o que foi feito, dá vontade de realizar mais e mais e isso é motivo para agarrar-se mais na vida”, conta ele, o qual afirma estar no início da própria existência e ter projetos para 2020.

Aloísio Ferreira Gomes ganhou dinheiro suficiente, presenteou os filhos com casas, vive numa chácara na Mata Atlântica, em São Paulo, com área de lazer e bosque. Contudo, o maior patrimônio de Canarinho é a arte que reina dentro dele e que o fez ganhar mais de 50 prêmios, incluindo o Troféu Raça Negra 2005, da Afrobras. “Se eu pudesse, morreria trabalhando, pois a arte é um prazer, é mágica e por ela criei meus filhos. Também tenho exatamente o que pedi a Deus quando era menino: uma profissão que todo mundo goste de mim e que me aplaudam, dinheiro, e um lugar bonito para morar”, realiza-se.

De acordo com Canarinho, a música e o esporte são os caminhos profissionais mais fáceis para o negro. “As universidades devem pensar nisso como uma ação afirmativa e disponibilizar estes cursos aos negros, porque já somos o artista, músico, cantor e atleta em potencial. Só falta lapidar”, sugere. “Com tanta dificuldade pela qual passa a nos-



Canarinho

sa raça, se por algum motivo o negro entra na faculdade de música, mas não consegue concluir o curso, já consegue ter uma profissão”, explica a idéia.

Ser admirado por ter aberto caminhos aos artistas que o sucederam, como Toni Tornado, é prazeroso, segundo Canarinho. “O fato de eu ser ídolo de algumas pessoas me é bom, mas não muda a minha personalidade. Quanto mais peso de grandeza eu recebo, mais eu procuro erguer meu corpo para poder carregar tudo isso com dignidade.” Mas ídolo

também pode ter ídolo. “Frank Sinatra, Manoel da Nóbrega, Carlos Alberto e Sílvio Santos são alguns dos que muito admiro”, expõe.

Durante anos de profissão e de vida, Canarinho não se acanha em dizer que “o negro não pode errar e ainda tem que matar um leão por dia”. Sabe a receita sugerida? “Estudar, estudar e estudar. Se há dúvida de quando vai utilizar tal conteúdo, informe-se, saiba, absorva, pois você pode precisar”, conclui Aloísio Ferreira Gomes. ■

A Unicamp e seu programa de ação afirmativa

*Por: José Tadeu Jorge, reitor da
Universidade Estadual de Campinas
(Unicamp)*

O levantamento sócio-econômico dos quase 50 mil inscritos no vestibular da Unicamp de 2006, bem como dos aproximadamente 3 mil matriculados em seus 57 cursos de graduação, dá a dimensão exata do impacto positivo do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) implantado pela universidade a partir do vestibular de 2005.

Com pequenas diferenças em relação ao primeiro ano de aplicação, manteve-se a perspectiva de crescimento da participação da escola pública no exame de acesso da Unicamp, cuja relação candidato/vaga é, na média, a mais alta entre as universidades públicas do país.

Nos últimos dois anos, o percentual de aprovados da escola pública subiu de 28% para 32%, depois de ter chegado a 34,1% em 2005, ano de implantação do programa. A taxa de aprovados em 2006, mesmo que ligeiramente inferior à do ano passado, é expressiva quando comparada com o índice de inscritos oriundos da escola pública, que foi de 31,3% neste mesmo ano. A superioridade da taxa de aprovados em relação à taxa de inscritos mostra que o nível de inclusão da escola pública, na Unicamp, se dá em medida até maior que o de sua participação no exame de acesso, provando que o fator de exclusão não está na universidade pública, como freqüentemente se crê, mas sim no padrão de ensino deficiente dos níveis fundamental e médio.



José Tadeu Jorge

Importante ressaltar que o nível de inserção dos alunos advindos da escola pública aumentou não apenas no conjunto dos cursos mas também nos cursos de alta demanda, como por exemplo Medicina, em que o número de egressos da escola pública mais que triplicou. Essa expansão trouxe um aumento natural da pluralidade étnica entre os alunos de graduação da Unicamp. Em 2004, os negros e indígenas representavam 11,6% dos matriculados. Em 2006 eles representam 14,7%, em que pese a queda do percentual de inscritos entre os autodeclarados negros e indígenas em relação ao ano passado: de 19,2% para 17,6% – queda que explica o decréscimo de um ponto percentual na taxa de aprovados deste ano.

O programa da Unicamp consiste em

atribuir um bônus de 30 pontos – numa média de 540 – ao vestibulando que cursou todo o ensino médio em escola pública, e um bônus extra de 10 pontos aos candidatos autodeclarados negros ou indígenas que igualmente vieram da escola pública. Esse bônus, longe de fazer tábula rasa do mérito acadêmico e sem estabelecer reserva de vaga, funciona como um critério de desempate – a favor do aluno da escola pública – num quadro de desempenhos freqüentemente equivalentes mas cujas condições originárias são desiguais.

O sistema foi elaborado a partir de um estudo de desempenho acadêmico que demonstrou que, dos alunos provenientes de escolas públicas e de escolas particulares aprovados em condições iguais no vestibular da Unicamp, os primeiros tiveram uma média de desempenho superior durante o curso de graduação.

Novo estudo, em desenvolvimento no âmbito da Comissão de Vestibulares da Unicamp, tende a mostrar que essa conclusão continua válida para os beneficiados pelo PAAIS, ou seja, há indícios de que estes, além de demonstrarem maior disposição para melhorar seu desempenho, apresentam também médias superiores às dos demais estudantes. A se confirmar essa tendência, ficará também demonstrado que os programas de ação afirmativa, longe de esgarçarem a qualidade do corpo discente, como às vezes se afirma, podem, ao contrário, adensá-la. ■

Quem determina o sabor da sua vida
é Você.



Desde 1951

convenção®

Cervejas e Refrigerantes

0800 77 10 008

sac@convencao.ind.br

Afrobras

alfabetiza mais 3.350 alunos
através do programa

Brasil Alfabetizado

A Afrobras - Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural está desenvolvendo, pelo segundo ano consecutivo, o programa Brasil Alfabetizado, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada (Secad), órgão do Ministério da Educação. Este ano são 3.350 alunos. No ano passado foram 2.250 pessoas alfabetizadas pelo projeto.

Ensinar as letras do alfabeto e também a ler e escrever para as pessoas que ainda não tiveram a oportunidade de aprender são os objetivos do programa.

“A grande maioria dos alunos são adultos analfabetos totais que eventualmente freqüentaram a escola pelo período de um ou dois anos e abandonaram. A grande maioria das mulheres abandonou por motivos de gravidez e homens por problemas econômicos”, enfatiza a diretora da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (Unipalmares), Cristina Jorge, também coordenadora do projeto Brasil Alfabetizado.



Aluno do Brasil Alfabetizado

No ano passado foram 2.250 pessoas alfabetizadas pelo projeto

Cada turma é composta por 25 alunos no total de 134 turmas, com a duração de 320 horas. Os alunos que freqüentam o curso têm idade a partir de 15 anos. As aulas são realizadas em toda a cidade de São Paulo.

Segundo Cristina Jorge, o curso capacita o aluno para ler, escrever e fazer as quatro operações básicas de matemática, além disto, conhecer um pouco de higiene, alimentação e saúde que são temas trabalhados na alfabetização, através da leitura de pequenos textos.

A professora Cristina Jorge relata a conversa que teve com uma aluna: “Eu perguntei para ela se sabia ler



Alunos do Brasil Alfabetizado



Alunos do Brasil Alfabetizado

e me disse que sabia algumas coisas, como por exemplo, a leitura da marca do arroz, sabão, o itinerário e a linha do ônibus”.

Os alunos que concluírem o curso de alfabetização e quiserem prosseguir com os estudos são encaminhados para os cursos de supletivos realizados nas escolas públicas das respectivas comunidades, de acordo com disponibilidade de vagas, explica a professora Cristina Jorge. ■

MV Bill

lança o livro Falcão Meninos do Tráfico

A obra, que também é de autoria de Celso Athaide, retrata a vida de jovens envolvidos no tráfico de drogas e a violência nas comunidades carentes de várias regiões do Brasil. Ao mesmo tempo, aborda as consequências da criminalidade como o limite entre a vida e a morte. “Estes jovens sabem que aos 16 ou 17 anos talvez seja a linha final da vida, e seu filho poderá ser o seu sucessor”, explica MV Bill.

“A necessidade de fazer com que este assunto entre em pauta, é de todo o Brasil, pois nestes lugares estão os excluídos, os pretos e as pessoas que não têm oportunidade”, enfatiza o rapper.

Em outubro deste ano está previsto o lançamento do filme em longa-metragem “Falcão Meninos do Tráfico”.



Palestra e visita da Alcoa Alumínio

Sílvia Dias, diretora de Recursos Humanos da Alcoa, líder mundial na produção e transformação do alumínio, esteve na Unipalmarens em abril, juntamente com Nemércio Nogueira, diretor de Assuntos Institucionais, que ministrou, para os alunos, a palestra sobre a Responsabilidade Social e Sustentabilidade.

A empresa atua nos mercados aeroespacial, automotivo, de embalagens, constru-



ção civil, transporte e mercado industrial. Mundialmente, possui 131 mil funcionários em 43 países.

Sílvia Dias, que já conhece o projeto da Unipalmarens, disse estar muito impressionada com a velocidade do crescimento, com a seriedade do trabalho e com a amplitude do projeto Unipalmarens. “Quero que a Alcoa se engaje neste projeto.”

Estudantes norte-americanos visitam a Unipalmarens

Quatorze estudantes e dois professores de teologia, o casal Jette e Peter Nash, da Universidade de Wartburg (de origem Luterana), em Iowa – EUA, visitaram a Unipalmarens.

O professor Peter Nash, que ministra a disciplina *A Igreja na América Latina: Raça e Religião nas Américas*, disse que “a cada dois anos, a Universidade de Wartburg realiza visitas com os estudantes em outros países. Após a visita eles manterão um jornal que tratará todo o aprendizado do curso, e, de vez em quando, algum aluno retorna para fazer um estágio e se aprofundar no assunto”.



Biblioteca da Unipalmarece recebe doação de mais de 200 livros, periódicos e filmes

A Biblioteca Joseph Beasley, da Unipalmarece, está, aos poucos, sendo completada. No mês passado, a biblioteca recebeu a doação de 205 exemplares de livros da Nestlé Brasil, através de seu presidente Ivan Zurita. Os livros são das áreas de ciências humanas e exatas.

Anteriormente, a Nestlé havia doado os computadores utilizados no laboratório de informática da universidade.

O laboratório farmacêutico Merck Sharp & Dohme Brasil doou, por



Biblioteca Joseph Beasley, da Unipalmarece



João Sanches

um ano, a assinatura dos principais periódicos semanais e diários do país e também os dirigidos às áreas de economia, administração e marketing. Também doou 50 filmes em DVDs, que formarão parte do Cine Zumba, a nova midiateca da Unipalmarece.

Estas ações de incentivo à educação não pararam por aí. Para contribuir com a Biblioteca Joseph Beasley, a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo doou 43 livros que retratam a cultura universal.



Ivan Zurita

Mais 76 alunos da Unipalmares ingressam em instituições financeiras

Em maio, alunos selecionados pelo Bradesco, HSBC e Itaú começaram a estagiar em diversas áreas das empresas

No Bradesco, a segunda turma de estágio para alunos da Unipalmares, com 30 contratados, teve início no dia 11 de maio. O HSBC, um novo parceiro da universidade, através do

Projeto Ônix, abriu as portas para 20 estagiários para o início do trabalho, no dia 22. Já o Itaú, no dia 23, começou a segunda turma do Programa de Capacitação de Afrodescendentes, com 26 estagiários.

Bradesco

De acordo com o presidente do Bradesco, Márcio Cypriano, durante jantar de reflexão da Abolição da Escravatura, o trabalho de preparação dos jovens para o mercado de traba-

lho que a Unipalmares desenvolve é importante. “As empresas quando vão admitir funcionários, procuram pessoas preparadas e isso a Unipalmares fornece e é aumentado na parceria de estágio.”

O ingresso dos 30 novos alunos da Unipalmares no programa de estágio da empresa, que, assim como a turma iniciada em novembro de 2005, tem duração de dois anos, para Cypriano é, também, para dar exemplo a outras instituições. “Mostra-se à sociedade que uma empresa do tamanho do Bradesco traz estes jovens



Segunda turma de estagiários, coordenadores e diretores do Bradesco

e que é fundamental que todos dêem a oportunidade”, alertou.

O diretor-executivo da instituição financeira, Milton Matsumoto, afirmou que é possível, ao término do programa, os estagiários serem contratados pelo banco. No entanto, depende do desempenho de cada um deles. “Não discriminamos no programa de estágio e nem protegemos. Batalhem e busquem a permanência”, aconselha.

O esforço dos alunos quem garantiu foi a diretora da Unipalmarens, Cristina Jorge: “Eu tenho certeza que este empenho os alunos terão, mesmo que a maioria passe por situações adversas”, afirma.

De acordo com a responsável pela área de planejamento de cursos do Bradesco, Rosely Chagas, o programa serve para complementar a formação acadêmica que os alunos têm na universidade e “cujo currículo é muito bom”. “Dentre as 15 áreas de atuação, incluímos outras como Auditoria Fiscal, Consórcios, Departamento de Relações com Clientes.”

A expectativa daqueles que ingressaram no estágio é boa. “Espero crescer na carreira e ter minha estabilidade financeira”, diz Cássio Victório.

Segundo a aluna Karin Soares Gomes, é valioso ter uma oportunidade de ingressar no mercado com o conhecimento de como funciona a parte financeira, Recursos Humanos, Crédito, entre outras áreas. “Não adianta terminar a faculdade só com teoria. Busco, nesta grande organização, estabilidade, sucesso e crescimento.”

Patrícia Bittencourt afirma que antes



Alunos da Unipalmarens que ingressaram no HSBC

de ingressar na Unipalmarens não teve oportunidade de trabalho tão boa quanto o estágio atual. “Quero ter êxito nesta universidade que propicia a integração dos negros, rara na sociedade”, diz.

HSBC

O convênio entre o HSBC e Unipalmarens também dará a oportunidade de os alunos serem treinados em diferentes áreas. “Esse é o primeiro passo que damos, desde que nos aproximamos da Afrobras. É um trabalho de educação e de inclusão do afrodescendente, que é inteligente e pacífico”, ressalta Hélio Duarte, diretor-executivo de Relações Institucionais.

Para o estagiário Yan Curumin, o in-

gresso no HSBC significa crescimento, principalmente por não haver número significativo de afrodescendentes em instituições financeiras. “Antes eu pensava em ser militar. Entrar na Unipalmarens me fez pensar maior, por isso quero ser efetivado pelo meu esforço e também pelo que a universidade proporciona aos alunos”, diz ele, que atua na área de Ambientação.

Andréia Marcelino, que vai estagiar na Área de Marketing e Propaganda, conta que um palestrante utilizou durante o treinamento dos estagiários a palavra africana “adeborê”, com sinônimo de sucesso. “Foi falado que essa palavra significa ‘aquele que veio para vencer’. Somos 20, e tenho certeza que viemos para vencer dentro do Grupo HSBC”, reforça a aluna e acrescenta que se sente vito-



Segunda turma de alunos da Unipalmes no Itaú

riosa pela oportunidade de estágio, pois “não é fácil, principalmente para negras trabalhar em áreas destinadas a executivos.”

Itaú

Para a gerente de Atração e Integração de Pessoas do Itaú, Valéria Riccominni, o ganho para o Itaú é imenso em ter os alunos da Unipalmes. “Buscamos, através da diversidade, enriquecer os conhecimentos, trabalhar com o diferente, a inovação, o pensar diferente. Isso desenvolve as pessoas, possibilita que tenhamos diferentes conceitos, contexto, clientes.”

Valéria comenta que no decorrer do programa – que tem duração de três anos, com seis horas diárias de trabalho, uma vez por semana –, os estagiários, a exemplo da primeira

turma que já completou um ano, têm um treinamento com professores da Unicamp, sob diferentes ópticas e abrangências. “Estes aprendizes, que foram divididos em áreas como Diretoria de Relacionamento Institucional, Recursos Humanos, Diretoria de Controladoria, de acordo com a aptidão ou experiências profissionais anteriores, têm a oportunidade de conciliar o conhecimento que adquirem na universidade com a prática em todas as áreas de negócios do banco e através de um curso em parceria com o CPDEC da Unicamp, onde têm uma complementação escolar, para o banco ou mercado de trabalho”, conta ela.

A aluna da Unipalmes Tatiane Cristine Nogueira, 23 anos, que atua na Gerência de Atendimento a Agências, conta que, após ingressar

no Itaú, pretende seguir carreira na empresa e aproveitar a oportunidade dada. “Vou me empenhar para ser uma funcionária ao término do programa”, anima-se.

Para o aluno Marcello Eduardo dos Santos, 34 anos, a instituição amplia a visão sobre carreira. “Aqui o horizonte é grande, podemos almejar e vivenciar, se dispostos, diferentes áreas. Este aprendizado levo para o meu dia-a-dia, mesmo que fora da empresa”, afirma ele, que atuará na Unidade de Conciliação Contábil.

A primeira turma do programa do Itaú, iniciada em 2005 com 21 alunos, contava somente com alunos da Unipalmes. Esta, que se inicia, inclui cinco alunos da Universidade São Francisco, parceira da Educafro. ■

Por : Maria Julia Coutinho, jornalista da TV Cultura/SP

Na semana da Consciência Negra de 2003, fiz várias reportagens para a TV Cultura sobre a situação da população negra brasileira. Em uma das matérias perguntei qual era a minha cor para as pessoas que andavam pelo centro da cidade de São Paulo. As respostas dos entrevistados que se consideravam negros variavam entre preta ou negra. Uma entrevistada, moça mestiça de cabelo rastafári, chegou a dizer que não me classificaria como negra para não me ofender. Perguntei: Por que me ofenderia? E ela não titubeou: por causa do preconceito racial. Já para muitos dos entrevistados que se diziam brancos, as respostas eram bem diversificadas: morena, jambo, roxinha, cravo e canela. Quase três anos depois da realização dessa matéria, me deparei novamente com os dados do relatório intitulado “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas”. Trata-se de uma pesquisa feita pelo Instituto Ethos e pelo Ibope Opinião. O levantamento aponta que embora nós, negros, sejamos 46% da população brasileira, somos apenas 3,4% dos funcionários em cargos executivos, 9% dos gerentes, 13,5% dos supervisores.

A difícil ascensão do negro no mundo corporativo já havia sido retratada numa pesquisa do Instituto Ethos feita em 2003. Entre as 500 maiores empresas entrevistadas, o percentual

cor e o cargo



Maria Julia Coutinho

de negros em cargos executivos era de 1,8%.

Em um país onde muita gente ainda acha ofensivo chamar um negro de negro, vai levar tempo para mudar a situação apresentada pelo relatório do Instituto Ethos.

Para não se dizer que a comunidade negra só reclama, afirmo que há alguns avanços e eles existem, em parte pela atuação do movimento negro, e em parte pela busca da sociedade capitalista pelo lucro, uma vez que investir e promover a população negra é vantajoso, já que somos um potencial mercado consumidor.

É importante ressaltar que o debate sobre a participação do negro no mercado de trabalho não pode se transformar unicamente em uma questão quantitativa (a entrada dos negros nas empresas), mas deve levar em conta a qualidade dessas ocupações. Não basta que as empresas promovam um movimento de diversificação do seu corpo funcional. A mobilidade e o igual acesso dessas pessoas a diferentes cargos e novas oportunidades de ascensão também devem ser garantidos. Acredito que o único meio para a mudança é a educação, por mais batida que seja esta frase, pois só o processo educacional de qualidade é capaz de garantir o preparo necessário para o ingresso e o crescimento no trabalho, além de conscientizar aos que ainda acham ofensivo chamar um negro de negro. ■

Presença de negros em cargos de diretoria é de apenas 3,4%

*Francisca Rodrigues
Da Redação*

O relatório Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas ações Afirmativas – pesquisa 2005 realizado e apresentado pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e pelo Ibope Opinião, (agosto e novembro de 2005), mostrou que a presença de negros nas empresas teve uma oscilação no quadro da diretoria – de 2,6%, em 2001, para 1,8% em 2003, e depois para 3,4%, em 2005. Embora quase tenha dobrado a porcentagem de diretores negros nas organizações observadas pela pesquisa, isto não permite concluir que haja, como é desejável, uma tendência de crescimento no topo da escala. No quadro funcional, a presença de negros nas empresas cresceu 3 pontos: de 23,4%, em 2003, para 26,4%, em 2005.

É importante observar também que

em ambos os levantamentos a participação dos negros decresce quanto mais alto é o nível hierárquico.

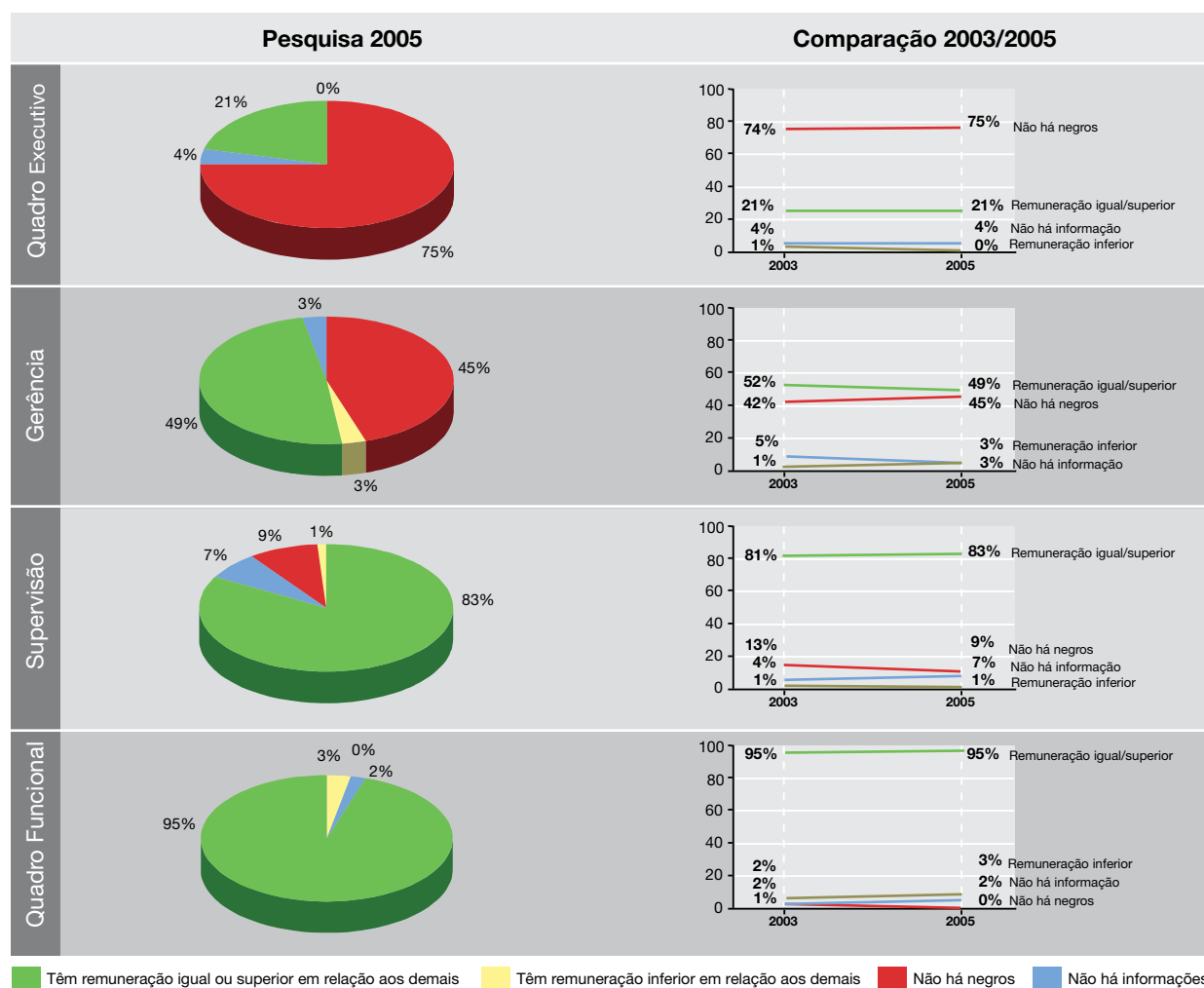
Para o presidente do Conselho Deliberativo do UniEthos, Oded Grajew, depois desse check-up feito nas empresas e que registrou um diagnóstico de desigualdade, é necessário chamar a atenção para o grau do problema. “Umhas empresas olham e não fazem nada e outras mudam a gestão e usam iniciativas”, explica. Ressalta ainda que “o ambiente que tem diversidade é mais ágil e enfrenta melhor as crises”, e convida: “chamamos a todos pela luta a favor da justiça”. Segundo o Ethos, responderam ao questionário 119 empresas. Elas representam 24% do universo das 500 maiores empresas do país observadas pelo estudo. É menos do que se atingiu no levantamento de 2003 (49,4%). Mas significa, ainda assim,

uma taxa de retorno bem superior à média registrada em pesquisas com executivos, que costuma ficar entre 5% e 10%, e diz respeito a mais de 600 mil pessoas, somadas as que trabalham nos quatro níveis hierárquicos considerados na pesquisa, justifica o diretor-executivo do Instituto Ethos, Paulo Itacarambi. Comparada à de 2003, a amostra está mais concentrada em organizações com maior faturamento. E é superior agora a parcela das que possuem mais de 1000 funcionários.

A situação constatada pelo Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas ações Afirmativas – pesquisa 2005 ainda é de grande desigualdade.

Itacarambi alerta que a pesquisa serve de instrumento para que as empresas mudem e reajam. “Algumas já mexeram no quadro geral e incluíram o

Sobre a situação dos negros na empresa



negro, no entanto esperamos que na próxima pesquisa haja aumento destes números”, diz ele sobre a expectativa da instituição.

O negro vive um afunilamento hierárquico, cuja sub-representação em todos os níveis é ainda mais gritante que a da mulher, levando-se em conta que as pessoas desse grupo compõem 46% da população economicamente ativa. E as pequenas alterações nas taxas de participação de 2003 para 2005 não permitem dizer que, quan-

titativamente ao menos, os negros estejam em melhor condição.

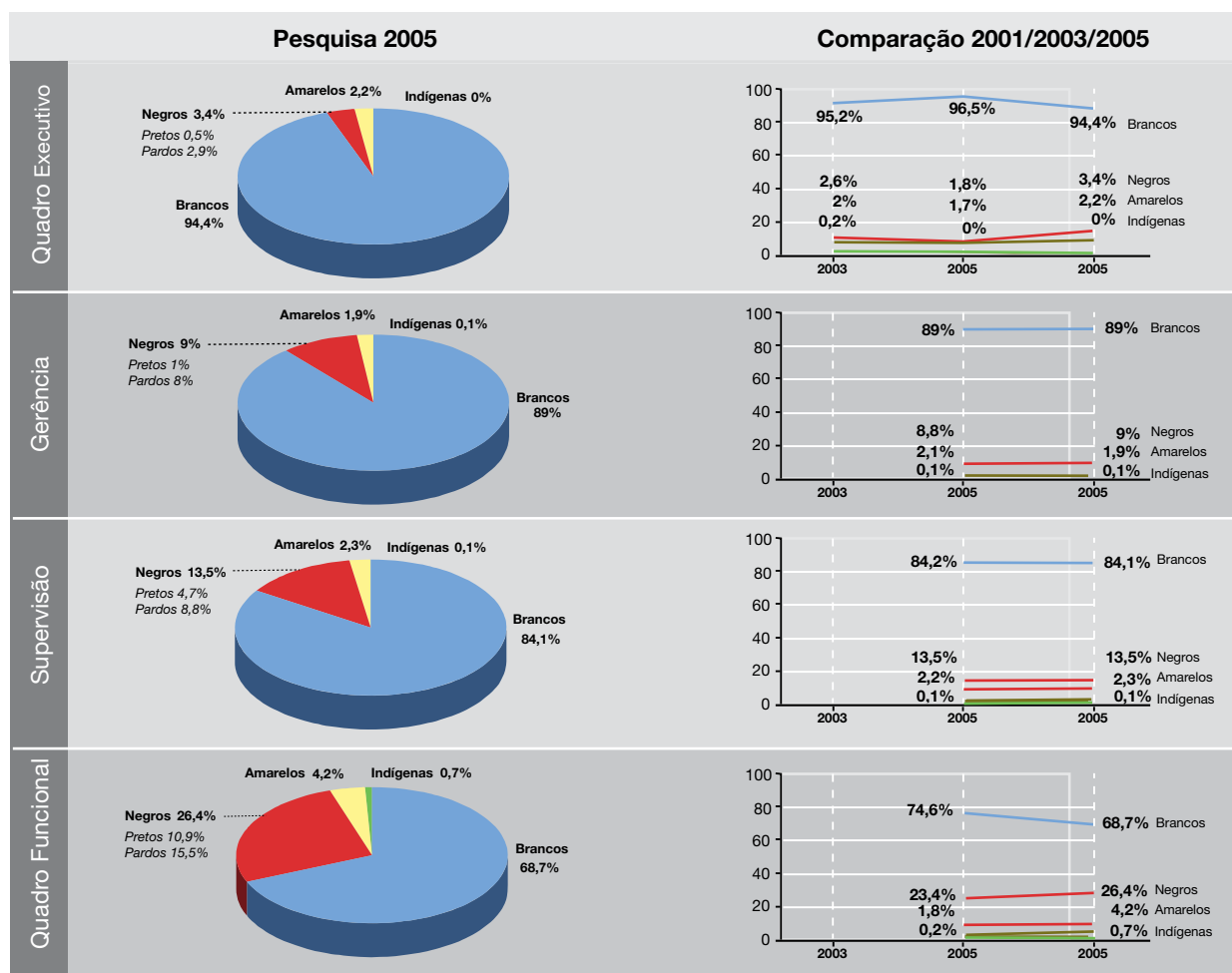
O país tem uma população autodeclarada negra de 48%. Em números absolutos, é um contingente de 87,4 milhões de brasileiros, formado por 12,3% de pretos e 87,7% de pardos, de acordo com a nomenclatura adotada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e utilizada neste levantamento. Os negros compõem 46% da população economicamente ativa e 47% da população ocupada.

Mas essa condição não se reflete na composição dos quadros de funcionários das empresas da amostra.

Os negros têm representação mais baixa do que a das mulheres. E é menor sua presença quanto mais elevado é o nível hierárquico. A porcentagem de negros cai de 26,4% no quadro funcional para 3,4% no quadro de diretoria, em que as mulheres têm participação de 10,6%.

A mulher negra é ainda mais desfavorecida. Ela representa 8,2% das mu-

Composição por Raça



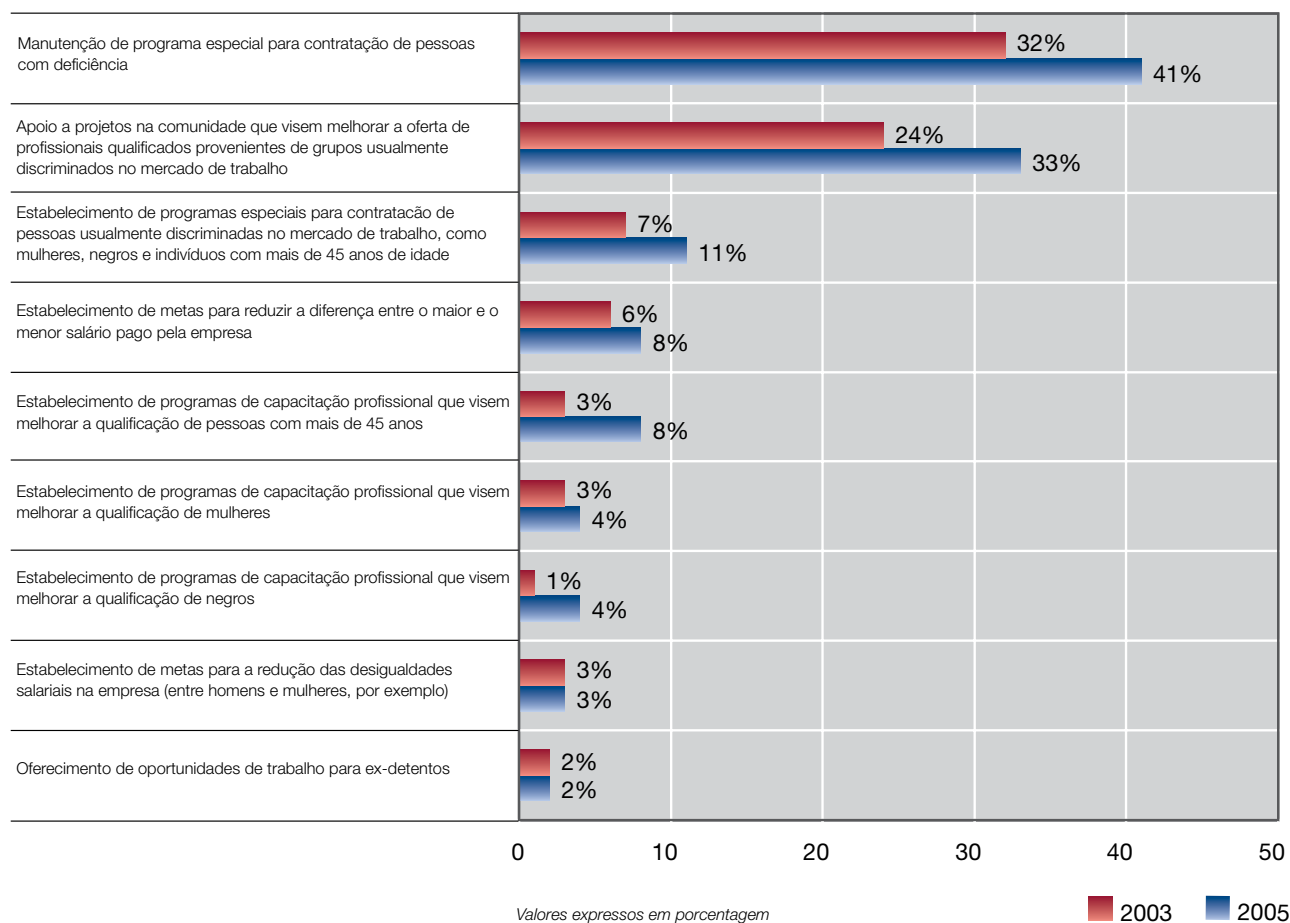
lheres gerentes e 4,4% das diretoras. Nesses níveis hierárquicos, as brancas detêm, respectivamente, 89% e 94% dos postos ocupados por mulheres. Chama a atenção também o fato de haver mais mulheres gerentes de raça ou cor amarela (2,7%) do que de raça ou cor preta (0,6%) e igual porcentagem de diretoras desses dois segmentos (1,6%), apesar de, na população brasileira, as de raça ou cor amarela terem uma participação bem menor, de menos de 0,5%, e as de raça ou cor preta representarem cerca de 3%.

Convém registrar a alta porcentagem de não-respostas a este item da pesquisa. Elas atingiram 24,2% e 24,3% nos quadros de supervisão e funcional, sugerindo alguma dificuldade nas empresas para tratar do assunto ou, simplesmente, para conhecer a raça ou cor de seus funcionários por meios que permitam a autodeclaração.

Na percepção dos presidentes das empresas, a situação dos negros é pior que a das mulheres. De acordo com o levantamento, 75% dos presidentes

das organizações da amostra afirmam não haver negros no quadro executivo e 4% nem sequer têm essa informação. Também é alto o percentual de empresários que dizem não haver negros em nível de gerência (45%). As empresas que afirmam ter diretores negros (21%) possuem em média pouco mais de dois deles. Esse é o único dado novo a saudar. Em 2003, as empresas que declaravam haver negros no quadro executivo tinham, em média, menos de um nesse nível hierárquico.

Promoção da Equidade



Há, no entanto, alguns avanços, mesmo que pequenos, a registrar. É o caso da composição por gênero das organizações. Considerando os três levantamentos realizados pelo Instituto Ethos, há uma progressão que delinearía uma tendência consistente de aumento da participação da mulher no quadro executivo: de 6% em 2001, para 9% em 2003 e 10,6%, em 2005.

Permanece, na composição por gênero, a situação de afunilamento hierárquico – menos mulheres quanto mais alta a instância de poder – constatada no levantamento anterior. E

continua eloqüente, em todos os níveis, a sub-representação das mulheres, que somam 42,7% da população economicamente ativa do país.

A avaliação dos resultados a respeito das pessoas com deficiência é bem mais otimista. Houve um salto no tamanho da parcela desses indivíduos presente no quadro funcional: de 3,5%, em 2003, para 13,6%, em 2005. E caiu consideravelmente o número de não respostas a este item do questionário. Isso indica maior interesse das corporações pela questão, estimuladas pela legislação, que estabelece cotas e outros proce-

dimentos favoráveis às pessoas com deficiência.

Com relação à faixa etária, nota-se que os jovens de 16 a 24 anos estão bem representados no quadro funcional das maiores empresas do país. Ocorre o oposto com as pessoas de 56 anos ou mais, que compõem apenas 1,8% do quadro funcional, embora representem cerca de 13% da população brasileira. ■

Fonte: Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas – Pesquisa 2005 – Instituto Ethos e Ibope.

Agenda Cultural

Uma seleção do melhor da programação de arte e cultura

Por: Rodrigo Massi (agendacultural@afrobras.org.br)



Artes Visuais



"O Universo mítico de Hector Julio Paride Bernabó, o baiano CARYBÉ"

O Museu AfroBrasil apresenta a exposição "O Universo mítico de Hector Julio Paride Bernabó, o baiano Carybé". Com curadoria de Emanuel Araújo, a mostra revela, em sua quase totalidade, o universo dos Orixás que tanto encantou o artista Carybé. Es-

tão presentes livros ilustrados por ele, aquarelas, esculturas, painéis, telas a óleo, fotos e filmes. Entre os destaques da mostra, está um painel entalhado na madeira que retrata Orixás como Iemanjá e Ogun.

Onde: Museu AfroBrasil – Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega – Parque do Ibirapuera, s/n°. Portão 10.

Quando: De 28 de abril a 2 de julho de 2006. De terça a domingo, das 10h às 18h. **Informações:** 11 5579-0593.

www.museuafrobrasil.prodam.sp.gov.br

Entrada gratuita.



"Volpi: A música da cor"

O Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP) apresenta a exposição "Volpi: A música da cor". São 140 pinturas, muitas delas inéditas, do artista Alfredo Volpi (1896-1988), conhecido pelas "bandeirinhas". A retrospectiva, com cura-

doria de Olívio Tavares de Araújo, celebra os 110 anos de nascimento do artista.

Onde: MAM – SP. Museu de Arte Moderna de São Paulo – Grande Sala. Parque do Ibirapuera, portão 03. **Quando:** até 2 de julho, de terças a domingos e feriados, das 10h às 18. Ingressos: R\$ 5,50 (estudantes pagam meia entrada). Crianças até 10 anos e adultos com mais de 65 anos não pagam entrada. A entrada é gratuita aos domingos, durante todo o dia. Estacionamento gratuito no local. **Informações:** www.mamsp.org.br ou (11) 5549-9688/5085/1300.



"Por Ti América"

Depois de ser exibida em Brasília e no Rio de Janeiro, chega a São Paulo a exposição "Por ti América", em cartaz no Centro Cultural Banco do Brasil. Com curadoria de Márcia Arcuri e organização do designer Alex Peirano Chacon, a mostra,

formada por artefatos arqueológicos provenientes da Guatemala, do México, do Peru, da Colômbia e do Brasil, revela a sofisticação dos povos pré-colombianos, da astronomia à manipulação genética da agricultura.

Onde: Centro Cultural Banco do Brasil. Rua Álvares Penteado, 112. Centro. Próximo às estações Sé e São Bento do metrô. **Quando:** Até 16 de julho, de terça a domingo das 10h às 21h. **Informações:** (11) 3113-3651/3652.

Teatro



O Teatro Popular do Sesi apresenta a peça "O Retrato de Dorian Gray", baseada no clássico do escritor irlandês Oscar Wilde. A história gira em torno de um jovem que tem seu retrato pintado por um artista.

Onde: Teatro Popular do Sesi. Av. Paulista, 1313.

Quando: Sábado e domingo às 16h. Até 13 de agosto de 2006. Entrada gratuita.

Internacional



Ano Cézanne

A França celebra o primeiro centenário de morte do célebre pintor francês Paul Cézanne (1839-1906) com inúmeros festivais, eventos e exposições durante o ano de 2006. O ponto alto das comemorações será a abertura para o público da casa em que Cézanne nasceu, Jas de Bouffan. Também será inaugurada exposição no Musée Granet. **Quando:** entre 9 e 17 de setembro. No Brasil, há possibilidade de contemplar obras do célebre pintor de paisagens da Provence no Masp. **Informações:** www.mamsp.org.br.

Palestra



No contexto da Copa da Cultura, criada com o objetivo de estimular o intercâmbio cultural entre Brasil e Alemanha, o Instituto Goethe apresenta a palestra "Futebol: fascinação, estética e estilos nacionais", tendo como palestrante o professor Hans Ulrich Gumbrecht.

Quando: Dia 7 de julho de 2006.

Informações: 11 3088-4288 e www.goethe.de/saopaulo.

As universidades devem ter um ensino de qualidade aberto às diferentes camadas da sociedade

O doutor e professor de Medicina e ex-Reitor da Unesp (Universidade Estadual de São Paulo), Arthur Roquete de Macedo foi um dos entrevistados do programa Negros em Foco, produzido pela Afrobras e veiculado aos domingos, às 21h30, pela Rede Brasileira de Integração – RBI, canal 14.

Durante a entrevista, o professor, membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (MEC), falou sobre o sistema de ensino superior, as ações afirmativas, a qualidade do ensino, a autonomia universitária e a expansão das universidades públicas. Confira os principais trechos desta entrevista exclusiva.

Negros Em Foco: O senhor diz que a autonomia representa muito mais do que as condições necessárias para que as instituições de ensino e pesquisa cumpram a sua missão perante a sociedade. É isso mesmo?

Arthur Roquete de Macedo: É isso mesmo ainda, e cada vez mais. Além de ser a condição necessária, as universidades têm que lutar muito para que sejam

também a condição suficiente para que nós possamos ter um ensino de qualidade aberto às diferentes camadas da sociedade brasileira, e em consonância com aquilo que ocorre hoje, no mundo. Com o processo da globalização, é importante que nós possamos formar quadros com competência para concorrer nos mais diferentes cenários.

Negros Em Foco: Essa autonomia não foi em grande parte e em grande medida a responsável pela situação de coisas nas quais nos encontramos hoje, ou seja, uma universidade fechada que atende poucos?

Roquete de Macedo: Não. Na verdade, eu acho que um ponto deve ser colocado com muita precisão. A autonomia não significa soberania, são coisas distintas. Agora, a universidade, os programas de ensino educacionais e a ciência devem ter autonomia. A história do mundo mostra que a ciência floresceu, houve um avanço na história de quadros, a universidade pode exercer essa autonomia. Nós temos um exemplo, muito próximo, veja bem: hoje, sem dúvida alguma, o sistema

paulista superior constituído pela Unesp, USP e Unicamp é o que há de melhor, e um fator fundamental para este desenvolvimento, para que chegasse nesta condição, foi exatamente o exercício da autonomia. As três universidades paulistas já têm a algum tempo a autonomia, não apenas acadêmica, mas também de gestão financeira, o que permitiu que elas se programassem e fizessem projetos a médio e longo prazo, sem a interferência, às vezes indevida, do governante de plantão. Isso é muito importante.

Negros Em Foco: Como essa autonomia pretendida e necessária pode responder às necessidades que encontramos, quando 73% do acesso à USP são de alunos de escolas privadas? Onde a autonomia pode e deve interferir para que haja menos desequilíbrio como esse?

Roquete de Macedo: Essa é uma questão que na verdade não é decorrência da autonomia da USP, Unesp e Unicamp. É uma questão que está no cerne do sistema de ensino brasileiro. Com a queda da qualidade no ensino

público, no nível médio e no ensino fundamental, ocorreu a proliferação do ensino privado nesse segmento. Então, aqueles alunos de melhores condições socioeconômicas migraram da rede pública para a privada, foram melhores formados e tiveram uma formação mais adequada para enfrentar o vestibular, de uma escola de melhor padrão. O que a sociedade exige da universidade é o ensino de qualidade, igualdade de oportunidade para o ingresso, diversificação, programa que possa ter amplitude em consonância com as necessidades do país. Não adianta você ter uma série de programas elitistas que não dizem respeito àquela demanda do país, não adianta você ter cursos de alto padrão, que são apenas diurnos e impede o trabalhador ter acesso à universidade. Não adianta você ficar encastelado. Em algumas regiões, é preciso ter um processo de expansão regional. Aliás, neste sentido, a universidade a qual eu fui reitor, a Unesp, é um exemplo e está em todo o estado de São Paulo. A USP hoje está abrindo uma universidade na zona leste e certamente tem este escopo e objetivo. Nós estamos vendo agora que também a Universidade Federal, antiga Escola de Medicina, está abrindo uma universidade em Santos. Aliás, é uma situação muito interessante, Santos é o maior porto do país, e apesar da importância, não tinha até pouco tempo atrás nenhuma instituição pública de ensino superior.

Negros Em Foco: *As dificuldades que se apresentam são decorrentes da falta de visão global nacional, uma visão de Estado ou falta de alguma ferramenta que não está presente? Onde está o problema?*



Arthur Roquete de Macedo

Roquete de Macedo: Evidentemente, nós temos problemas de recursos orçamentários nas nossas universidades públicas. Nisso, penso que a autonomia salvou um pouco as universidades paulistas. As universidades federais têm um orçamento exíguo, que não tem permitido, por exemplo, que seja mantida a qualidade das instituições, as contrata-

ções de professores são cada vez menos frequentes. Não há reposição dos quadros por ocasião da aposentadoria e os laboratórios não são renovados. Hoje em dia, a tecnologia, o conhecimento científico avança de uma ordem tal que você precisa de uma renovação frequente, as bibliotecas também não têm o seu acervo renovado. Eu acho que existe

todo um processo no Brasil em que a educação não é prioridade. A educação precisa ser a prioridade e não apenas do governo. Tem que ser prioridade do governo, do Estado e da sociedade. Enquanto não tivermos a educação como prioridade, vão faltar recursos de uma forma adequada.

Negros Em Foco: *Vinte por cento da nossa população que chega ao ensino médio ou na universidade acabam ficando no meio do caminho. Como é que uma universidade ou um país não conseguem responder e dar devidas atenções aos problemas?*

Roquete de Macedo: Primeiramente, é verdadeiro. Segundo, ele não é um fenômeno que ocorre exclusivamente no Brasil. Isso é comum nos países de terceiro mundo, nos quais você tem ações muito importantes ao lado de deficiências e carências absurdas. O fato de você não ter uma condição socioeconômica que permite investimentos feitos continuamente, em montantes, assim como a Índia, Paquistão e outros países. Além disto, no Brasil nós temos um fator que agrava a situação. O Brasil é um país de dimensão continental e neste país nós temos uma diversidade muito grande, ao lado de regiões extremamente desenvolvidas, de nichos que competem em termos de tecnologia, de investigação científica, de qualidade no ensino...

Negros Em Foco: *A classe menos favorecida chegou para bater nas portas e não vai ter como fugir disso. Nós sentimos que há uma estagnação da elite no acesso às instituições superiores, que estão chegando agora para bater nas portas das universidades. São essas classes sociais as menos favorecidas. Na sua visão, como devemos tratar essa demanda?*

Roquete de Macedo: Uma sociedade como a brasileira, em razão das nossas origens, aquilo que tem ocorrido em termos socioeconômico, ao longo dos anos, é evidente que temos que ter políticas afirmativas. A inclusão está aí, acho que veio para ficar e ela vai ter um saldo extremamente positivo. É evidente que a inclusão ficará um tanto melhor se ela for feita com cuidado, de maneira adequada.

Negros Em Foco: *O senhor é a favor destas medidas de inclusão de minorias?*

Roquete de Macedo: Eu sou a favor de medidas afirmativas. Acho apenas que devemos fazer isto com critério, com qualidade, para que haja um processo que não tenha retrocesso, um processo que vai se expandindo ao longo do tempo. Então, veja bem, não adianta você única e exclusivamente dentro de uma política afirmativa colocar o aluno de pior condição socioeconômica na universidade. E para se manter na universidade? Não basta ter chegado lá.

Negros Em Foco: *O que fazer?*

Roquete de Macedo: A prioridade é definida pela vontade política, tem que atender as demandas da sociedade, mas, na verdade, voltando um pouco atrás no assunto que nós estamos colocando da necessidade de uma política mais consistente, isto é indispensável. Senão teremos uma evasão muito grande. E com a evasão perde todo mundo, o aluno que chegou lá para continuar, para ele é uma desesperança muito grande, é uma decepção enorme, perde porque aquele aluno parou no meio e a evasão é ruim. Então, nesse sentido, eu acho que existem vários mecanismos de fi-

nanciamento que deveriam ser acionados. Veja bem, na Câmara de Deputados existem vários projetos que tendem a aumentar a taxa de financiamento. ProUni foi bom, mas pode ser melhorado, deve ser adicionado a outro mecanismo para que o aluno se mantenha dentro da instituição, em condições de aprender e de ter uma condição efetiva.

Negros Em Foco: *Todos nós sabemos que precisamos melhorar a condição de recebimento de alunos no ensino superior e sua capacidade de financiamento é de 2% do PIB atual; precisamos dobrar para 4%. Por que nós não conseguimos esta realização efetiva?*

Roquete de Macedo: Eu acho que é aquilo que já disse: falta a definição de prioridades, tem que ser eleita a educação como prioridade. Sempre a história do mundo mostrou que aqueles países que investiram em educação, na formação de recursos humanos, o seu desenvolvimento socioeconômico é esperado, e quem não fez isto ficou para trás. Se isto era assim há décadas, isto é muito mais importante no momento: entramos na sociedade do conhecimento. Hoje, o que vale para um país não são os recursos naturais. Não é a capacidade de achar isto ou aquilo. O que vale para um país é a qualidade de seus recursos humanos. Se nós não fizermos com que esta qualidade se estenda de forma mais ampla na sociedade, teremos problemas. É evidente que com uma mostra maior você tira a qualidade. Então, é a universalização do ensino superior. Mais do que isto, é a adoção de políticas que levam a qualidade na formação de nossos jovens. ■

Índia também é doutora

Quem comprova a afirmação é Maria das Dores Oliveira, 42 anos, conhecida como Maria Pankararu, sobrenome vindo do povo ao qual pertence e que já perdeu a língua original, instalado em Tacaratu, interior de Pernambuco.

No Dia do Índio, 19 de abril passado, Maria defendeu a tese de doutorado em Linguística, na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), em Maceió, onde mora, sobre a descrição da gramática, morfologia, sintaxe e fonologia da língua indígena Ofayé.

A primeira índia doutora do Brasil, que foi aprovada com louvor, nota 10, informou que sua meta é a publicação de um material didático e paradidático para utilização de sua tribo. “Minha proposta é o resgate, a disseminação e o ensinamento da língua”, ressaltou Maria Pankararu.

No doutorado, Maria Pankararu – graduada em Pedagogia e História e mestre na variação do português na fala dos Pankararu – realizou pesquisas sobre a língua Ofayé. Atualmente, a língua é falada por 11 membros da comunidade Ofayé, localizada em Brasilândia (MS), em risco de ser

extinta. Maria explica, ainda, que a cartilha que será impressa e distribuída será um instrumento significativo para a correlação entre a língua oral e a escrita, facilitando, assim, o aprendizado entre as crianças da comunidade.

Maria Pankararu é coordenadora de atividades e projetos relacionados à educação escolar indígena para os estados de Alagoas e Sergipe, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e atuou por vários anos como professora em tribos indígenas. Durante o doutorado, dedicava dez horas por dia, em média, na pesquisa para a tese de Linguística pela Ufal.

O projeto de doutorado teve início

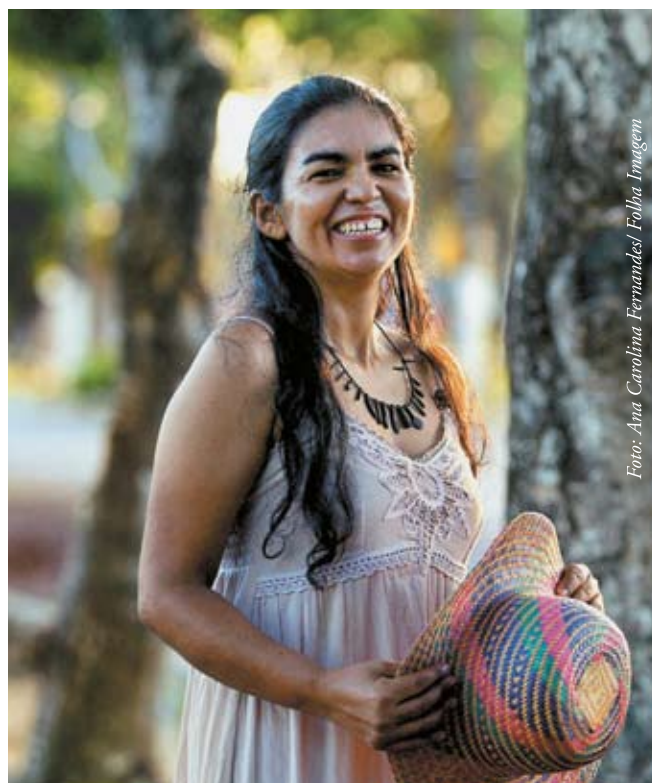


Foto: Ana Carolina Fernandes/ Folha Imagem

Maria Pankararu

em 2002, através de uma bolsa recebida da Fundação Ford. Durante quatro anos, Maria das Dores estudou os Ofayé, visitou-os e conviveu com seus costumes. Fruto disso é a produção de um dicionário fonético sobre a língua. O contato com a história da etnia ocorreu em 2001, num encontro da Funai. ■

O Irã tem o direito à bomba nuclear ?

Entre Bush e Bushehr

Por: Reginaldo Mattar Nasser – professor-doutor, coordenador do curso de Relações Internacionais da PUC (SP)

As relações entre os EUA e o Irã atingiram tal nível de tensão que uma frase sobre o Irã, pronunciada pela secretária de Estado, Condoleezza Rice, foi suficiente para causar profundo alarme no mundo, onde o espectro dos bombardeiros americanos visando às instalações nucleares do Irã passou a ser cada vez mais real. Perguntada sobre possíveis medidas retaliativas contra o Irã, ela respondeu: “Alguns países têm dito que se não conseguirmos medidas significativas no Conselho de Segurança, talvez uma coalizão dos dispostos pense em outras medidas financeiras ou políticas que possam ser tomadas”.

Os EUA acusam o Irã de não cumprir suas obrigações com o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), de 1970, que proíbe os estados, que não possuem armas atômicas, que desenvolvam a tecnologia nuclear para a produção de artefatos bélicos. Os cinco grandes (China, França, Grã-Bretanha, EUA e Rússia) que integram o Conselho de Segurança da ONU, teriam a responsabilidade de adotar uma política de controle permitindo, porém, sob severa vigilância, que todas as nações possam desenvolver tecnologia nuclear com objetivos pacíficos. Olhando 26 anos depois de iniciado o tratado, constata-se que não conseguiu atingir plenamente seus propósitos, pois Índia, Israel e Paquistão não assinaram o TNP e hoje são potências atômicas plenamente integradas na comunidade internacional.

Uma das denúncias mais vigorosas do TNP, na época, veio de um diplomata brasileiro, Araújo Castro, para quem os países não nuclearizados só deveriam participar do regime de não proliferação



Reginaldo Mattar Nasser

se houvesse, concomitantemente, um processo de redução dos armamentos nucleares por parte das grandes potências. Foi o que se denominou “congelamento do poder mundial”, situação em que a assimetria de poder entre os Estados no sistema internacional estaria garantida.

Não foi outro o sentido do discurso do representante do Irã na ONU ao dizer que devido a não adesão de Israel ao TNP, bem como a sua negação de colocar seu regime sob inspeção não poderia materializar a constituição de uma zona livre de armas nucleares no Oriente Médio. Confiando na política de apoio incondicional dos EUA, Israel não tem demonstrado nenhum sinal de que irá algum dia assinar o TNP ou colocar suas instalações nucleares sob o controle das agências internacionais.

O presidente Ahmadinejad, bastante hábil no exercício do jogo diplomático, tem gerado uma série de incertezas. Em um dia o governo iraniano rompe os lacres instalados em seus reatores, no outro, adota uma tática conciliatória admitindo uma negociação desde que a

Rússia fique responsável pela supervisão do enriquecimento do urânio. Essa proposta fez com que o presidente George W. Bush endurecesse seu discurso contra os russos acusando-os de cumplicidade com a liderança iraniana. O reator nuclear de Bushehr está sendo construído sob a supervisão de Moscou, e com o auxílio de técnicos russos. Os russos estão também fornecendo a Teerã modernos sistemas de defesa aérea que serão instalados em volta dos complexos nucleares iranianos. Os negócios – nos setores de petróleo, gás natural e equipamento militar – estão em franca expansão entre Moscou e Teerã, a ponto de os dois países esperarem um incremento no volume anual de negócios bilaterais de US\$ 20 bilhões. Portanto, não há dúvida nenhuma de que o Irã ocupa um lugar especial no mapa geopolítico de Putin.

Assim, os EUA estão num terrível dilema: uma continuidade da crise desestabilizaria os mercados globais e faria com que os preços do petróleo aumentassem, mas por outro lado necessita do auxílio de Moscou para resolver a situação. Apesar do perigo da bomba iraniana não ser iminente, especialistas estimam que o país não possa fabricá-la antes do início de 2009; o medo de ataques dirigidos às centrais nucleares poderia levar o governo a acelerar seu programa nuclear elevando mais ainda o grau de instabilidade no Oriente Médio.

Colocada entre a perspectiva de entre ingressar numa frente internacional anti-Irã, liderada por Bush, que ameaça provocar uma nova guerra, de um lado, e evitar a proliferação de armas nucleares, de outro, a comunidade internacional deverá encontrar um caminho que valorize a diplomacia e as organizações internacionais tratando com isenção e imparcialidades todos os Estados, independentemente de suas conotações ideológicas. ■

A nacionalização do gás na Bolívia

Por: Luiz Alberto Moniz Bandeira, cientista político, professor titular (aposentado) da UNB

A nacionalização das jazidas de gás e petróleo pelo presidente Evo Morales não surpreendeu. Antes e durante a campanha eleitoral para a Presidência da Bolívia, ele declarou que não se devia exportar o gás natural nas condições atuais e que as leis de hidrocarbonetos (gás e petróleo) tinham de ser modificadas de modo que o Estado boliviano receba 50%, e não 18% de impostos. A nacionalização das reservas de gás da Bolívia – estimadas em 48,7 trilhões de pés cúbicos de gás, as segundas em importância, depois da Venezuela – e de petróleo é naturalmente um atributo da soberania do país. Evo Morales, entretanto, precipitou-se ao tomar tal iniciativa, encorajado por Fidel Castro e Hugo Chávez.

Essa não é a primeira vez que nacionalizações de gás e petróleo ocorrem na Bolívia. Em 1937, com o apoio da opinião pública, o coronel David Toro decretou o confisco das propriedades Standard Oil. Em 1969, o general Alfredo Ovando, pressionado pelas organizações de esquerda, confiscou as propriedades da Gulf. Nas duas ocasiões, os governos de fato instituíram a medida mediante “decretos supremos”. Parece que nacionalizações do gás e petróleo são cíclicas. Mas em nenhuma das duas vezes a Bolívia teve condições de sustentá-las.

A revolução de 1952, liderada por Victor Paz Estenssoro, nacionalizou as minas de estanho. Outras medidas radicais, na época, foram demandas pelas organizações sindicais e por partidos de esquerda. Mas Paz Estenssoro adverteu que era necessário comercializar o es-

tanho, ao lembrar que a Bolívia não era uma ilha e estava situada no meio da América do Sul. “É possível dizer que podemos fazer um túnel para sair além dos mares e vender nosso estanho. É uma frase bonita (...), mas a realidade é outra, porque precisamos de dólares para a nossa subsistência”, acrescentou.

Realmente, embora possua as grandes jazidas de diversos minerais e represente um dos centros energéticos mais ricos da América do Sul (1,5 trilhão de metros cúbicos de reservas entre conhecidas e estimadas), a Bolívia é um país mediterrâneo. Perdeu para o Chile, na Guerra do Pacífico (1879-1884), os portos de Antofagasta, Mejillones, Cobija e Tocopilla. Não tem saída para o mar. Essa é uma realidade geopolítica. Que vai fazer Evo Morales? “Um túnel para sair além dos mares”?

A construção do gasoduto ligando a Bolívia ao Brasil estava na agenda diplomática desde o Tratado de 1938, renovado pelos Acordos de Roboré (1958). O presidente Ernesto Geisel esquिवou-se de cumprir o compromisso, pois julgava a Bolívia um país muito instável e não queria que houvesse tanto gás. Foi Fernando Henrique Cardoso, como chanceler, que induziu o relutante presidente Itamar Franco, em 1993, a determinar a construção desse gasoduto, com 3.000 km, passando pelo Pantanal. E, desde sua conclusão, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil passou a importar o gás da Bolívia.

A Bolívia destina ao Brasil 33% de suas exportações. Seus dois principais produtos são gás e soja, que representam quase a metade de todas as suas vendas que ela faz ao exterior. Os investimentos do Brasil representam cerca de 18% do PIB da Bolívia. A Petrobras, responsável por 30% da arrecadação



Luiz Alberto Moniz Bandeira

tributária da Bolívia, possui investimentos da ordem de US\$ 2 bilhões. Tem participação em toda a cadeia produtiva de petróleo e gás – exploração, produção, refino, transporte e comercialização –, controla cerca de 45% dos campos de extração e possui as duas maiores refinarias do país. E, como foi a Petrobras-Holanda que fez tais investimentos, ela poderá processar o governo de Evo Morales, nos tribunais da Holanda, país com o qual a Bolívia tem um acordo de proteção dos investimentos.

O litígio com a Petrobras afetará seus interesses no Brasil. O maior prejuízo, porém, será da Bolívia. Ela pode perder o mercado natural para suas exportações e não terá alternativa senão negociar condições aceitáveis pela Petrobras. Se não vender o gás ao Brasil, vai vendê-lo a quem? Vai escavar um túnel ou exportá-lo de avião, pois nem portos lhe restam? ■

Folha de S. Paulo 12/05/2006

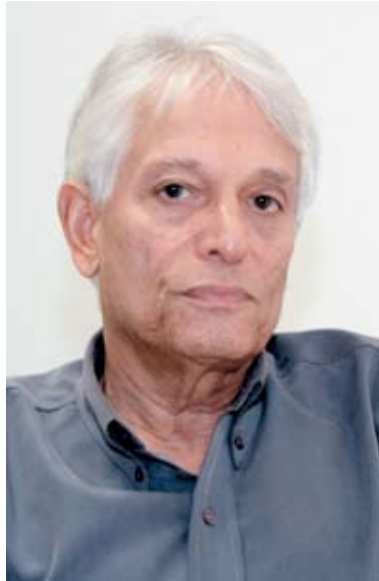
Passemos aos bárbaros

Por: Paulo Edgar Almeida Resende, coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional (PUCSP); membro titular do Grupo de Análise de Conjuntura Internacional (USP) e do Instituto de Estudos de Economia Internacional (SP)

A tentativa de integração de jovens na França, com o projeto do primeiro emprego, suscitou dois meses de protestos estudantis e sindicais. O presidente Jacques Chirac foi forçado a engavetar a proposta, defendida pelo primeiro-ministro Dominique de Villepin. Pretendia-se mudar a forma de contratação de jovens até 26 anos. O contrato experimental concederia ao empregador não ser obrigado a justificar demissões.

Indo e voltando no tempo das lutas democráticas da França, tivemos a revolução de 1789, as barricadas de 1848, a Comuna de 1871, o Maio de 1968. Há registro, em 2005, de cenas de carros queimados, viaturas atingidas por eletrodomésticos, atirados do alto de prédios de conjuntos habitacionais em Clichy-au-bois, como se fora o maio de 68 dos pobres, sem o décor somptueux do Quartier Latin, que acaba de decorar o movimento estudantil parisiense.

O berço intelectual de modelo social capitalista alternativo passa a imagem de que não mais o postula, ou não consegue inscrevê-lo como prioridade de sua nova elite. O carteador neoliberal está à mesa, com assentos restritos. O lema revolucionário *liberté, égalité, fraternité* ocultou-se na Cidade das Luzes. Foi bordão que jamais conseguiu sair do campo da retórica, como nos advertiu Pierre-Joseph Proudhon, mas que encantou o mundo e sobretudo a intelectualidade. O clima atual é de desencanto com a sonhada França revolucionária, que



Paulo Edgar Almeida Resende

virou pesadelo. Jovens tornam-se incendiários, enragés.

A compreensão do que se passa revela evasivas. As explicações econômicas não podem ser mecanicamente transpostas para o entendimento político, antropológico, psicológico do que está ocorrendo. O contratualismo tácito, pressuposto por Hobbes, abre brecha para o retorno ao estado de guerra, no caso da sociabilidade pecar por unilateralismos. E Freud explica a lógica de ódio: o retorno do oprimido tem sua lógica.

No caso presente, a referência que mais interessa evidenciar é a interiorização da periferia no centro, *the Rest in the Wes*. O Ocidente se defronta com o outro em seu próprio território. Ao invés do rico centro metropolitano, pretensiosa e aparentemente distante da pobreza de ex-colônias – imagem que se buscou reforçar –, hoje, pela migração acrescida, e fato novo, o desemprego estrutural, nichos de pobreza se avizinham dos nichos de riqueza na mitificada Paris.

Na desesperança, adensam-se sombras na Cidade-Luz e não só lá. O velho trabalho inglês converte o Labour Party em New Labor, com eliminação da designação socialista. Assimetrias, racismos, discriminações, etnocentrismos chocam pela crueza na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Se vale o bordão, a corrupção dos ótimos é a pior coisa que pode ocorrer, a Espanha – supostamente católica – trocara desde muito de bíblia. Com seu sórdido colonialismo, escandalizara os poucos, mas bons Bartolomeu de las Casas, Francisco de Vitória, Francisco Suarez. Com o franquismo, aproximou-se de Mussolini e de Hitler. Hoje, encanta-se com o catecismo neoliberal da União Européia, que lhe encheu de prebendas, retirando-a do atraso secular.

A centralidade do trabalho como chave da questão social não apenas foi reduzida à condição de emprego, como até esta versão minimal da sociabilidade se vê ameaçada em países tidos como de grau máximo na escala do desenvolvimento capitalista.

O processo de reestruturação capitalista formula novas formas de organização discriminatória do trabalho. Não se trata de prescindir de suas potencialidades, enquanto fundamento de geração da riqueza, mas de precarizá-lo, reiterando a exploração sobre ele, à medida que é exigida sua crescente qualificação.

Neste contexto de desestabilização e mal-estar da civilização, a insatisfação se traduz com o protagonismo dos novos bárbaros, não vindos de fora, mas saídos de dentro, emblematicamente visibilizados nas barricadas na periferia e no centro de Paris. E 63% da população francesa, segundo pesquisas, vêm em seu apoio, como que retomando Frédéric Ozanam, repetindo o que ele dissera, pouco antes de 1848: passemos aos bárbaros. ■

A avenida Paulista e os dentes do PCC

Por: José Vicente, presidente da Afrobras e reitor da Unipalmare

No dia 12 de maio de 2006, a Afrobras realizou uma pequena e concorrida cerimônia, comemorativa do aniversário de 118 anos da Abolição da Escravatura, no Hotel Gran Meliá Mofarrej, ao lado da avenida Paulista, coração econômico de São Paulo e, por consequência, do País. A mestre de cerimônias do evento lia, como editorial, um texto anterior que pretendia confirmar a coerência e mesmo homenagear a presença importante no local do seu autor, o ex-presidente da República José Sarney. Cito dois trechos destacados: "... feita a abolição, os negros foram tratados como um fundo de tacho, sem importância bastante para receber uma atenção especial do Estado. A República os ignorou. Há nisto um dilema que atravessa a vida brasileira, e todo o nosso desejo de progresso. Jequitinhonha já lembrara no Conselho de Estado que o edifício social assentava sobre a base estreita e pouco segura, a divisão em duas classes, a dos senhores e a dos escravos, e nossos males econômicos e sociais vêm desse vício orgânico. Sem considerar



José Vicente

o ser humano em sua plenitude, acima das diferenças individuais, não há civilização, não há Estado, não há nação. Eles não podem se fundar no roubo da liberdade ou na proscrição social ou econômica. A felicidade do homem é a função do Estado, seja ela representada pela superação do medo da morte, como queria Locke, seja pelo 'Welfare', que fez a democracia no século XX. O século XXI precisa

resolver a igualdade, repor o valor do homem, superar, definitivamente, a discriminação e a injustiça. O Brasil precisa resgatar os erros de seu passado para construir seu futuro."

Em circunstância distinta, e em razão direta do nível de pressão a que foi submetido em decorrência dos espetaculares e, logicamente, terríveis episódios que marcaram a cena paulista promovida por integrantes da facção criminosa denominada PCC – Primeiro Comando da Capital – o governador do Estado de São Paulo Cláudio Lembo, justificando, posteriormente, como resultante de sua catarse pessoal, determinou de maneira imperativa e determinante: a culpa é da "minoridade branca" que, além de cínica é má.

O governador informou que esta minoria compunha-se da elite econômica e alta burguesia do país e, que eram o que eram, porque seus discursos e práticas são contraditórios, sendo seus comportamentos expressão de um Brasil que reproduz um caráter de "Casa Grande e Senzala, onde os da Casa Grande tomam o Estado para si, desenvolvem uma relação com seus empregados e demais indivíduos de 'Senhor e Cria-

“Educação é a palavra mágica e a falta dela deve-se à procrastinação das ‘elites dirigentes’”

do’ e resistem a abrir as bolsas para custear medidas de inclusão social da maioria social desfavorecida.”

De outro lado, alguns representantes dessa sobredita “minoridade branca” informavam pela coluna de jornal o desprazer de terem que desmarcar festas já marcadas e buffets já contratados, e que contra esse absurdo estado de coisas de cidade sitiada, PCC e outros quetais, estariam dispostos a fazer manifestação de protestos na avenida Paulista, como fizeram tantas outras correntes de pensamento.

Desafiando o papel de analista privilegiado, o presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, falando à mídia, decompôs o todo em suas partes constituintes e, após deter-se em todas as facetas do fenômeno, definiu o fator comum e o remédio definitivo que explica e soluciona a existência, a ação virulenta, os fundamentos e a destruição final do PCC: Educação aos desfavorecidos. Educação é a palavra mágica e a falta dela deve-se à procrastinação das “elites dirigentes” na sua disponibilização ao povo nas últimas duas décadas. Acrescentou, ainda, que o seu governo havia disponibilizado milhares de postos,

num de seus programas de inclusão de jovens, que repassa cem reais por determinado período aos interessados e, que dado à burocracia, São Paulo até o momento não tinha utilizado o recurso, deixando no ar, assim, a sugestão que caso houvesse sido diferente, aí, sim, teríamos de fato quebrados todos os dentes do PCC.

Por fim a USP - Universidade de São Paulo - símbolo e espaço privilegiado da formação do pensamento, qualificação, interação, reprodução e de ocupação da indigitada “minoridade branca” proclamada pelo governador ou, “elites dirigentes”, destacada pelo presidente, ou dos integrantes do Conselho de Estado como sublinha o ex-presidente José Sarney, revisando a fala de Jequitinhonha, anuncia seu formidável Programa de Inclusão Social ao Ensino Superior para as minorias: três pontos adicionais no processo seletivo, cursinho preparatório ao vestibular ministrado por seus alunos ou em parceria com instituições características comunitárias e coisas do gênero.

Se os símbolos podem ser entendidos como imagem, sinal ou objeto a que se dá uma significação moral fundada em relação natural e, se, simbo-

logia no falar psicológico é a idéia consciente que representa e encerra a significação de outra inconsciente, haja cinismo e haja maldade. Haja casas grandes e haja senzalas.

O drama paulista, na avenida Paulista, musicado pelos sons das balas, coreografados por corpos estendidos em via pública, agências bancárias metralhadas e veículos de transporte ardendo em brasa em plena luz do dia, orquestrado pelo rugido sadio da boa dentição do PCC e o silencioso diálogo dos desfiles dos símbolos anunciados, é assombroso o suficiente para nos obrigar urgentemente a iniciar uma nova construção diametralmente oposta aos prenúncios dessa verdadeira ópera-bufo. De melhor juízo, parece-nos à conclamação do presidente Sarney ao final de sua fala na cerimônia comemorativa do 118 anos da Abolição da Escravatura, ali mesmo na avenida Paulista: “Senhores, comecemos agora, urgente, e, de uma vez por todas, a construção de um novo Brasil para todos, uma República de fato e de direito, sem Casa Grande e Senzalas e sem discriminação, antes que seja tarde demais. E permitam-me, nesse momento, alistar-me como o primeiro soldado.” ■

Black is Power

A COLOMBO FOI A PRIMEIRA EMPRESA BRASILEIRA A ASSINAR O ACORDO DE COTAS PARA AFRODESCENDENTES COM O SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE SP.



LINO FERREIRA

VENDEDOR RESPONSÁVEL DO SUZANO SHOPPING

VOCÊ SEMPRE NA
COR DA MODA.

www.camisariacolombo.com.br



Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares. **VIVA A IGUALDADE. VIVA A DIVERSIDADE.**

A Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares é a primeira instituição de ensino superior voltada para a inclusão do negro na América Latina, uma proposta inédita que tem conquistado o respeito e a atenção de todo o país. É uma universidade completa, diferente de todas as outras, que reserva 50% das suas vagas para negros, e assim promove o diálogo, a reflexão e a integração. Uma idéia que nasce da crença de que o ser humano pode viver em harmonia e equilíbrio e que o desenvolvimento do Brasil passa, necessariamente, pela Educação de seus cidadãos, em especial aqueles historicamente excluídos. Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares. Viva a diferença.



Unipalmares
Rua Washington Luís, 236 - Luz - Tel.: (11) 3313-8701
www.unipalmares.org.br

Realização: Afrobras - Sociedade Afro Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural